SOCIEDADE BRASILEIRA DE HISTÓRIA DA PSICOLOGIA

BOLETIM

UMA PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL DA SBHP

VOLUME 2 NÚMERO 4
SETEMBRO DE 2019

SUMÁRIO

EDITORIAL

André Elias Morelli Ribeiro
Hugo Rosa — 1

ARTIGOS

RESEÑA HISTÓRICA DEL SURGIMIENTO DE LA PSICOLOGÍA EN COSTA RICA: DE LA ATENCIÓN A LA SALUD HACIA SU SITUACIÓN ACTUAL — 6
Rafael Román
Josiane Pawlowski

ITINERÁRIOS DA PESQUISA HISTÓRICA EM PSICOLOGIA NO BRASIL: QUESTÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS — 28
Alcides José Sanches Vergara

OBEDIÊNCIA — 45
Ian Parker

FECHNER'S PSYCHOPHYSICS AND HIS SCIENTIFIC PROGRAM — 58
David K. Robinson

REALISM, TECHNOLOGY AND ALIENATION ON PSYCHOLOGICAL RESEARCH: LOOKING BACK TO WILLIAM JAMES TO CHART A WAY FORWARD — 75
James Cresswell

OS NOVE CÍRCULOS DO INFERNO DA CIÊNCIA — 102
Neuroskeptic

APRESENTAÇÃO DO LIVRO "FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS DA ABORDAGEM CENTRADA NA PESSOA" — 106
Paulo Coelho Castelo Branco

RELATOS

HISTÓRIA DA PSICOLOGIA NO MUSEUM OF RUSSIA ABROAD, MOSCOU — 113
Érika Lourenço
Regina Helena de Freitas Campos

DOIS CONGRESSOS EM MEGA ESCALA: PERCURSOS POLÍTICOS DAS PRÁTICAS PSI — 119
Arthur Arruda Leal Ferreira

XXXVII ENCONTRO ANUAL HELENA ANTIPOFF E III CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA PSICOLOGIA — 123
Leticia Gomes Canuto

ENTREVISTA

UMA CONVERSA COM FRANCISCO TEIXEIRA PORTUGAL — 129
Entrevistadores: Hugo Rosa e Fernando Machado

Set 2019

EDITORIAL

ANDRÉ ELIAS MORELLI RIBEIRO
HUGO ROSA

O mês de setembro do presente ano marca o fim da atual gestão, eleita em outubro de 2017. Com a aproximação da reunião onde ocorrerá a posse da nova diretoria, gostaríamos de compartilhar algumas palavras não exclusivamente sobre este quarto número, mas sobretudo acerca deste Boletim e a gestão que agora finaliza. Pedimos licença aos leitores do Boletim para um editorial um pouco mais longo do que o habitual.

O Boletim da Sociedade Brasileira de História da Psicologia foi, inicialmente, uma resposta a uma série de demandas que apareceram na publicação anterior da SBHP, a Newsletter. As últimas edições desta receberam solicitações de publicações de textos por ocasião da discussão dos novas Diretrizes Curriculares para os cursos de graduação em psicologia. A professora Marina Massimi defendeu a presença da História da Psicologia no currículo básico de formação dos novos profissionais da área, em um texto que foi veiculado na Newsletter. Em sua esteira, outros ainda mais extensos também foram enviados, o que destoava um pouco da concepção original daquela publicação, focada apenas em notícias curtas e notas reduzidas. Ficava claro que as demandas da SBHP não poderiam ser adequadamente atendidas na Newsletter, de modo tal que uma nova publicação se fazia necessária.

Defendemos em assembleia a criação de um veículo que pudesse suprir tais demandas, em substituição a Newsletter. As notícias, chamadas para publicação, inscrições para congressos e demais notas passariam a ser divulgadas nas redes sociais, em fluxo contínuo. A publicação periódica estaria doravante voltada aos textos de maior fôlego, de caráter crítico, reflexivo, apresentando resultados e semelhantes, portanto, aos publicados nas revistas. Recebemos tanto elogios quanto críticas a esta mudança, mas efetivamente ela surtiu bons resultados.

Nas redes sociais, basta verificar os números relativos ao alcance das postagens e seus envolvimentos, isto é, o número de visualizações, engajamento e compartilhamento, em caráter dinâmico, é ponto muito positivo para divulgar notícias. Muito do conteúdo criado em rede social foi visualizado por centenas de pessoas, colaborando, sem dúvida, tanto para a efetiva divulgação da informação quanto para o aumento do interesse pela sociedade. Quanto a isto, o crescimento de associados é uma importante evidência, o que, aliás, pedia por mudanças nos modos de comunicação da SBHP, pois esta expansão na quantidade de associados aumentou o interesse na área. Ao fim da atual gestão o número de associados saltou para 134, um crescimento vertiginoso, e cada vez mais pessoas procuravam a secretaria solicitando informações sobre os acontecimentos ligados à Sociedade. Nenhum dos veículos disponíveis até então permitia responder estas demandas.

Atualmente, a página da SBHP na rede social Facebook tem cerca de 2.000 seguidores e compartilhamos, além do já referido, conteúdos criados por outras sociedades. A possibilidade

de estreitar laços e formar parcerias por meio deste pequeno ato não pode ser subestimada. Explorar as redes sociais e apostar em fluxo dinâmico tem sido uma atualização importante das sociedades científicas, incluindo as de história, sendo, portanto, um importante trabalho a ser continuado nas futuras gestões.

Quanto ao boletim, também já recebemos publicamente elogios e alguns questionamentos, mas gostaríamos de destacar três pontos importantes: o primeiro, a possibilidade de jovens pesquisadores, mestrandos, doutorandos ou recém doutores, terem um espaço para divulgarem seus trabalhos. Todos, sem exceção, agradeceram à sociedade pela oportunidade de divulgarem suas pesquisas, mesmo sabendo que este Boletim ainda precisa de investimentos na sua identidade e reconhecimento formal.

Outro é a aproximação da sociedade com pesquisadores estrangeiros, pois muitos foram os convidados para publicarem suas pesquisas ou conferências no boletim, convites prontamente aceitos. Neste número, gostaríamos de agradecer especialmente aos professores Rafael Román e Josiane Pawlowski, da Faculdad de Psicología de la Universidad de Iberoamérica (UNIBE), pelo artigo escrito expressamente para este número, sobre a Psicologia na Costa Rica. Esperamos que a publicação deste trabalho possa colaborar para a historiografia da Psicologia na América Latina.

O terceiro ponto que destacamos é sobre as entrevistas realizadas e publicadas neste boletim. As entrevistas com pesquisadores da área é uma forma de, pelo diálogo, problemas serem levantados, provocações lançadas à comunidade, além de reflexões que possam suscitar outras questões e assim prolongar o diálogo. Não apenas estritamente à pesquisa em História da Psicologia, mas os problemas e o futuro da área, o atual cenário do país e o papel da História nessa conjuntura, foram questões exploradas em entrevistas. Nos quatro números lançados até o presente momento, esperamos ter cumprido os pontos destacados.

Cabe observar, ainda, uma dolorosa constatação que perturbava os idealizadores do projeto do Boletim: a insuficiência de registro das atividades de pesquisa em história da psicologia no Brasil. A SBHP não possuía um espaço para a elaboração de ao menos relatos do que os associados estavam fazendo mundo afora, como a participação em eventos ou resenhas de livros de interesse da Sociedade. Os espaços disponíveis eram as revistas que aceitavam tais publicações, o que reduzia o alcance no que toca a quantidade de relatos.

Por outro lado, para finalizar este editorial, cabe notar alguns problemas para que possam ser sanados em breve. Os números publicados até o momento foram elaborados a partir de convites e não de submissão por parte exclusiva dos autores. Infelizmente não foi possível finalizar este trabalho em tempo. Além disso, um ISSN para o Boletim é um importante passo a

ser dado para fortalecê-lo, se assim a comunidade desejar sua continuação. Entendemos que a criação de um instrumento desta natureza é fruto do amadurecimento das sociedades, haja vista o fato de outras como a SBHE ou a SBHC terem seus próprios boletins e periódicos. A divulgação em vídeo das entrevistas, por meio da plataforma YouTube, também foi um projeto que não pôde ser concretizado pela falta de equipamento adequado. Notamos também a necessidade de melhoria na página oficial da SBHP, sítio importante para a divulgação de todo o conteúdo da sociedade, inclusive o Boletim. Esperamos que um novo visual e constante atualização – em comunicação direta com as redes sociais e e-mail – possa torná-la mais atrativa para os associados e interessados. Ocorre que, nestes dois últimos casos, tais investimentos dependem não apenas de esforços, mas de orçamento. O trabalho encontrava-se em andamento, mas não foi possível avançar.

Nesta edição do Boletim, além do texto já mencionado dos professores Rafael Román e Josiane Pawlowski sobre a Psicologia na Costa Rica, temos três relatos de quatro diferentes eventos. O primeiro relato, do atual presidente da SBHP, Arthur Arruda Leal Ferreira (UFRJ), é sobre o Congresso da International Society for Theoretical Psychology (ISTP), que aconteceu de 19 a 23 de agosto em Copenhague. O segundo evento relatado é a Conferência 4S (Society for Social Studies of Science), que aconteceu de 04 a 07 de setembro em Nova Orleans.

Já Érika Lourenço e Regina Helena de Freitas Campos, da Universidade Federal de Minas Gerais, relatam a visita que fizeram, a convite do governo da Rússia e do Centro Alexander Solzenítcin dos Russos no Estrangeiro, à inauguração do Museu da Rússia no Estrangeiro, em Moscou. A instituição é dedicada à memória dos cidadãos russos que deixaram o país por motivos políticos, étnicos ou pessoais durante o século 20.

Da pena de Letícia Gomes Canuto, doutoranda da Universidade Federal do Rio de Janeiro, temos o terceiro relato, sobre tudo o que aconteceu durante o 3º Congresso Brasileiro de História da Psicologia (CBHP), em abril deste ano, na cidade de Belo Horizonte.

Dois conferencistas do 3º CBHP também colaboraram com esta edição. David Robinson, da Truman State University e atual presidente da Cheiron, que já colaborou em edições anteriores, fez a gentileza que utilizar suas anotações para produzir uma versão escrita da conferência que nos ofereceu em Belo Horizonte, onde versa sobre o programa de psicofísica de Gustav Theodor Fechner. Já Jim Cresswell, da Ambrose University, no Canadá, nos enviou sua versão escrita da conferência ministrada durante o Congresso, onde trata de uma visão histórica, desde William James, sobre o uso da tecnologia nas pesquisas em psicologia.

Com a publicação de seu novo livro, Paulo Coelho Castelo Branco, da Universidade Federal da Bahia, também enviou para esta edição do Boletim uma apresentação de sua obra

"Fundamentos epistemológicos da abordagem centrada na pessoa", que certamente será de grande utilidade para os pesquisadores da área.

Esta edição também apresenta um interessante trabalho sobre a história da constituição do campo de pesquisas em história da psicologia no Brasil, escrito por Alcides José Sanches Vergara, da Universidade Estadual de Londrina. Nele, o pesquisador apresenta os dois primeiros ciclos da pesquisa no campo, iniciando com a criação do núcleo de História de Psicologia da PUC-SP, nos anos 1980, e do Grupo de Trabalho de História da Psicologia da ANPEPP, em 1996.

Na parte de traduções, temos dois textos inéditos em português. O primeiro é um breve artigo publicado na revista Perspectives on Psychological Science, denominado "Os nove círculos do inferno da ciência". Com um tom bem-humorado, os autores da Neuroskeptic, um blog de ciências ligado à Discover Magazine, apresentam os principais problemas da produção científica no mundo, um tema bastante discutido atualmente, a partir de uma analogia com os círculos do Inferno de Dante.

Outra tradução é de um texto publicado originalmente na prestigiada revista britânica Granta. Trata-se de um artigo citado por Vinciane Despret, da Universidade de Liège (Bélgica), durante uma conferência proferida por ela no Rio de Janeiro. No texto, o importante jornalista Ian Parker (não confundir com o psicólogo homônimo) retoma o famoso Experimento de Milgram, entrevistando amigos do pesquisador, apresentando falas de sua esposa e de relatos de participantes do experimento, discutindo o lugar de Stanley Milgram na história da psicologia e no debate público norte-americano.

Por fim, o Boletim brinda seus leitores com uma cativante e interessante entrevista com Francisco Teixeira Portugal, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde ele, num tom fluido e bastante amistoso, nos conta como foi a criação do livro História da Psicologia: rumos e percursos, além de falar um pouco sobre sua carreira acadêmica, entre outros assuntos de interesse da área.

Esperamos que os leitores do Boletim SBHP apreciem esta quarta edição, e convida os interessados a enviarem seus relatos, apresentações, traduções, artigos e entrevistas para as próximas edições.

Cordialmente,

André Elias Morelli Ribeiro

Hugo Rosa

Secretaria da SBHP

Set 2019

Reseña histórica del surgimiento de la psicología en Costa Rica: De la atención a la salud hacia su situación actual

RAFAEL ROMÁN

JOSIANE PAWLOWSKI

APRESENTAÇÃO

O artigo que segue foi escrito para ser publicado nesta edição do Boletim, a partir de um convite da secretaria da SBHP. Registramos novamente nossos agradecimentos aos autores pela gentileza no aceite e envio do texto.

Rafael Román, Profesor de la Facultad de Psicología de la Universidad de Iberoamérica (UNIBE), Licenciado en Psicología por UNIBE, cursando actualmente la Maestría Académica en Investigación Psicológica del Programa de Posgrado en Psicología de la Universidad de Costa Rica. E-mail: rroman@unibe.ac.cr o rafaromanweb@gmail.com.

Josiane Pawlowski, Profesora y Miembro de la Comisión de Investigación de la Facultad de Psicología de la Universidad de Iberoamérica (UNIBE), Licenciada, Mestre y Doctora en Psicología por la Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil.
E-mail: josiane.pawlowski@unibe.academy o josipski@gmail.com

La historia de la Psicología en Costa Rica se encuentra primordialmente disponible a partir de los diferentes registros institucionales, en la producción académica de sus universidades, en la documentación y publicaciones del Colegio de Profesionales en Psicología y a partir de los testimonios de la primera generación de psicólogos del país. La Psicología encuentra sus bases de desarrollo en Costa Rica desde su relación a las instituciones de servicio de salud pública a las instituciones educativas.

En lo concerniente a la atención a la salud general ofrecida en el país, de la llegada de Cristóbal Colón en 1502 a 1732, no se cuenta con registros de atención médica formal, sino hasta la llegada en ese mismo año de Pantaleón de Pedrosa, médico y cirujano aprobado por el Real Protomedicato de la Villa de Madrid, quien probablemente sea el primer médico en el país, y quien realizara prácticas más afines a lo que hoy consideraríamos competen al área de la psiquiatría. No es sino hasta 1845 que se decreta la creación del primer hospital en el país, finalizando su construcción a mediados de la década siguiente (Carmona, 1994).

En cuanto a la parte académica, la primera institución de enseñanza en el país fue la Casa de Enseñanza Santo Tomás, fundada en 1814, poco antes de la fecha de independencia de España, la cual se elevaría al grado de universidad a partir de 1844 (Archivo Nacional de Costa Rica, 2014), en donde se formaría gran parte de las personas que llevaron a cabo la maduración del estado costarricense. A pesar de que la universidad manifestaba una confesionalidad

católica, sus organizadores respondían a una ideología liberal ilustrada de corte empirista y pre-positivista, sin haber tenido nunca una orientación escolástica (Láscaris, 1984).

Posteriormente y por decisión de Mauro Fernández, secretario de instrucción pública, y en el contexto de una reforma educativa nacional y de un modelo de gobierno liberal que se caracterizó por una limitada intervención estatal y la paulatina secularización en diversos sectores (Campos, Pérez y Rosabal, 1990), se procede a clausurar la institución en 1888. Esto ocurrió debido a que no existían las condiciones sociales ni económicas para sostener la misma, además de que no se contaba con un número suficiente de estudiantes y maestros, últimos que carecían además de libertad de cátedra (Archivo Nacional de Costa Rica, 2014). Láscaris (1984) menciona además la falta de interés de los estudiantes de clase alta, debido al hecho de que la explotación agrícola resultaba más lucrativa, además de que muchos estudiantes llegaban únicamente con formación primaria, puesto que sólo existían en el país tres centros de enseñanza secundaria para la época.

Es por ello que cerca de los próximos 50 años, la educación superior continuó existiendo a través de diferentes escuelas independientes en el país. Las escuelas de derecho y farmacia dependían cada una de su colegio profesional respectivo, la Escuela de Bellas Artes y la de agricultura, dependían del Ministerio de Fomento, y por último, la Escuela Normal, destinada a la formación de maestros, dependía de la Secretaría de Instrucción Pública (Barquero, 1997).

Es así que durante la gran mayoría del siglo XIX y de forma anterior al mismo, la situación de la salud mental en Costa Rica se encontraba en manos de ciudadanos y grupos de caridad relacionados a la iglesia, ya que el estado no contaba con políticas definidas, limitándose a legitimar dichos grupos y proyectos (Coto y Ramírez, 1985). El primer indicio institucional para la atención de la salud mental en Costa Rica será la fundación en 1890 del Hospital Nacional de Insanos (Adis, 2016; Rodríguez, 1991), el cual a lo largo de los siguientes años contará con diferentes nombres, entre ellos el “Asilo Nacional de Locos”, “Asilo de Idiotas”, “Hospital de Dementes” y por último su nombre actual a partir de 1896, el Hospital Nacional Psiquiátrico Manuel Antonio Chapuí y Torres (Rodríguez, 1991), nombre adjudicado en reconocimiento a la donación por parte del sacerdote homónimo de un terreno para su construcción (Caja Costarricense del Seguro Social, s.f.). Es precisamente a finales del siglo XIX y principios del XX que las ideas psicoanalíticas comienzan a difundirse en el país, por lo que el hospital comienza a funcionar en un momento en que se comenzaba a estudiar la enfermedad mental desde otra perspectiva (Adis, 1991).

En el plano cultural e intelectual de final de siglo, la influencia más importante en el país fue el pensamiento positivista (Bonilla, 1957, citado por Láscaris, 1984). En 1897, Mauro

Fernández, el Ministro de Instrucción Pública, positivista y krausista, implementa una reforma educativa de naturaleza principalmente administrativa que centralizaba la educación, procurando su gratuidad y obligatoriedad. A esto siguió una apertura sistemática de escuelas por todo el país (Láscaris, 1984), por lo que se considera en general que hay un antes y un después de dicho periodo (Salazar, 2017). Dentro de la reforma se establecen también convenios educativos con el gobierno de Chile, el cual otorga seis becas a Costa Rica para que maestros costarricenses viajen al país suramericano a prepararse como profesores de secundaria, con el objetivo de volver posteriormente al país a enseñar (Dengo, 1974).

Durante el año de 1889 se funda el Instituto Pedagógico de la Universidad de Chile, en el cual recién se había contratado a diferentes profesores de formación positivista, entre ellos el psicólogo Jörg Heinrich Schneider. Este psicólogo fue profesor de Roberto Brenes Mesén, una de las figuras más importantes dentro de la evolución del país y su historia intelectual, y uno de los primeros seis becados del programa, formándose en Pedagogía, Castellano, Francés y Psicología (Dengo, 1974).

Dengo (1974) considera que Schneider, de orientación experimental, con una fuerte base fisiológica y con un especial interés hacia los estudios sobre la voluntad, ejercería una fuerte influencia sobre la concepción del intelectual costarricense respecto a la disciplina psicológica, correspondiendo esto con el periodo positivista materialista en el pensamiento de Brenes Mesén (Láscaris, 1984). Al regresar a Costa Rica en 1900, es nombrado profesor de castellano, psicología y lógica en el Liceo de Costa Rica, constituyendo uno de los primeros indicios de la enseñanza de la psicología en el país. Esta enseñanza se trata de una materia de estudio en la formación secundaria, lo cual no sería una situación generalizada en el país, sino hasta la década de los 40 (Thomas, 1970), en que se enseñaba usualmente de forma conjunta con Lógica y Ética para estudiantes de décimo y undécimo grado en la forma de una psicología filosófica a cargo de profesores de castellano, religión y estudios sociales (Thomas, 1975). Antes de la década de los 40, se cuenta con al menos seis diferentes casos en los que se impartía psicología en centros de enseñanza secundaria (Láscaris, 1984).

Brenes Mesén además impartiría clases de psicología en el Colegio Superior de Señoritas (Láscaris, 1984) y se convertiría posteriormente en Ministro de Instrucción Pública, siendo que durante su administración se funda en 1915 la Escuela Normal de Costa Rica con el fin de graduar maestros (Dengo, 1974) y de la cual sería su director (Láscaris, 1984). Posteriormente dicha institución sería dirigida por el profesor Arturo Torres, quien había sido estudiante de John Dewey en la Universidad de Columbia (Molina, 2015). De esta manera, en los antecedentes de la psicología en Costa Rica se encuentran una influencia y una preocupación pedagógica

por la educación primaria y secundaria en el país enmarcada en un paradigma epistemológicamente positivista por parte de aquellos que estaban a cargo de la política institucional, pero que coexistía en la práctica con una enseñanza de un carácter más especulativo e improvisado en los profesores, debido a la inexistencia aún de profesionales en psicología en el país.

Además de la relevancia de las instituciones hospitalarias y educativas, es importante mencionar que la Psicología también está relacionada a diferentes instituciones del sistema de salud público que se fundan en el país a partir de 1922, iniciando en este año con la Subsecretaría de Higiene y Salud Pública, la cual posteriormente pasaría a ser el Ministerio de Salud (Organización Panamericana de la Salud, 2004). En 1938 se crea la Sección de Higiene Mental del entonces llamado Ministerio de Salubridad Pública, el actual Departamento de Salud Mental del Ministerio de Salud (Adis, 1991), en donde cabe destacar la labor del doctor Mariano Coronado, el único psicoterapeuta e higienista mental del país a la fecha, quien contaba con estudios de psicoterapia, orientación y psicología en Francia y Estados Unidos, y cuya obra más reconocida fue "Introducción a la Higiene Mental", con un fuerte enfoque hacia la personalidad (Láscaris, 1984).

También se puede encontrar evidencia de iniciativas individuales, en la creación de una escuela para padres y madres por parte de la profesora y psicopedagoga Lilia Ramos en 1924, quien tuvo una orientación psicodinámica producto de su formación en la Universidad de Columbia y en Chile, y quien fuera alumna de Piaget en la Sorbona (Ramos, 1978). Además se cuenta con la publicación de un libro titulado "Resumen de Psicología" de Juan Trejos Quirós en 1929 (Adis, 2016), una obra para la enseñanza de la psicología científica en el país (Láscaris, 1984). Por último se encuentran registros de grupos de estudio sobre psicología humanista realizados a finales de los años 30 e inicio de los años 40 por parte del educador José Basileo Acuña (Adis, 2016; Adis 1991), quien realizara estudios en Francia e Inglaterra con una preocupación por la filosofía oriental (Láscaris, 1984). En cuanto a libros de producción nacional para la enseñanza y divulgación de la disciplina en el país en la época, se encuentran textos con orientaciones asociacionistas dentro de un positivismo materialista (Gagini, 1911) y textos de tendencia psicofisiológica (Lachner, 1938), citados ambos por Láscaris (1984).

A finales de la década de los 30, el modelo de gobierno liberal se ve obligado por protestas populares a involucrarse en mayor medida en la instrucción, la insanidad y la higiene mental (Campos et al., 1990) lo que se consolidará a inicios de los 40, en una transición a un estado interventor, que desarrolla un proceso de estatalización de la salud mental (Coto y Ramírez, 1985) y que marcará el desarrollo posterior de la disciplina en el país. Este periodo es sumamente importante para la historia costarricense en general, debido a una serie de cambios

sociales, políticos y económicos que culminan con la guerra civil de 1948, y con la actual constitución política como consecuencia, todo lo cual ocurre durante el complicado contexto internacional de la época.

Como se mencionó anteriormente, es durante los 40 que se empieza a impartir la psicología como una materia de formación secundaria de manera generalizada. Ya que esta era impartida por educadores (de castellano, religión y estudios sociales principalmente, es decir, profesionales que no eran psicólogos), el enfoque solía ser en muchos casos más filosófico que científico, lo cual aunado a la proliferación de distintos psicólogos improvisados, terminaba por darle una connotación exótica y esotérica a la disciplina (Thomas, 1975). Por este motivo, empieza a existir una mayor concientización, en el tanto se busca hacer visible a la psicología como una práctica científica y profesional que consiste en una ciencia "normal" o equiparable a otras ciencias sociales (Ramírez, 1986). Es también en 1940 que se da el primer aporte al área de enseñanza especial, con la creación por parte del profesor Centeno Güell de una escuela que actualmente lleva su nombre, destinada a la atención de niños con retraso mental, discapacidades visuales y auditivas (Adis, 1991).

Los años 40 también son marcados por la creación de la Universidad de Costa Rica (UCR), institución esencial en el desarrollo futuro de la carrera de psicología, lo que permitió que el país volviera a contar con una universidad tras el cierre de la Universidad de Santo Tomás, hacía cerca de 50 años. En esta ocasión, la universidad contaría con libertad de cátedra por primera vez en el país, así como con autonomía universitaria garantizada en la Constitución Política de 1949, y estando acorde a otros postulados del movimiento de reforma de La Universidad de Córdoba, en cuanto a la participación estudiantil, a la importancia de la investigación, extensión, docencia activa y difusión cultural (UCR, 2018; Flores, 2010).

De esta forma, la psicología empezará a ser enseñada en la UCR como una materia que formaba parte de algunos cursos de carreras de educación superior, específicamente el curso de Psicología Educativa de la Facultad de Educación, el cual cubría el desarrollo durante la adolescencia y sus leyes de aprendizaje para efectos pedagógicos; o diferentes cursos que formaban parte de la Escuela de Trabajo Social (Adis, 1975). Llama la atención la orientación hacia una psicología existencial de Teodoro Olarte, español que arribara al país en 1940 y quien fuera profesor de psicología en la UCR en sus inicios (Láscaris, 1984). Posteriormente, el curso de Psicología General sería creado en 1958 para la Facultad de Ciencias Económicas y Sociales (Thomas, 1970). En general, la presencia de la psicología como parte de la educación superior a manera de cursos en los programas de estudio se hizo presente después de la Segunda Guerra Mundial (Thomas, 1975).

Muy importante igualmente dentro de la institucionalidad y la identidad nacional resulta la creación en 1941 de la Caja Costarricense del Seguro Social (CCSS), el sistema público que atiende la salud de los trabajadores (Adis, 2016). Dicha institución comienza a mediados de los años 40 a ofrecer consulta externa de psiquiatría y neurología en el sistema del Seguro Social (González, 1979; Adis, 1991).

Para antes de 1950, no fueron encontrados registros en el país de profesionales graduados en Psicología; sin embargo, existían personas con conocimientos en la disciplina que hacían psicoterapia, siendo que las funciones propias del campo psicológico eran primordialmente realizadas por pedagogos, trabajadores sociales, educadores, médicos, psiquiatras y por personas del ámbito religioso (Campos et al., 1990). A mediados de la década, el Comité Nacional de la Salud Mental realizó una importante labor de divulgación de los principios y aportes de la disciplina, impartiendo cursos abiertos de capacitación pedagógica que estaban especialmente dirigidos a docentes, y los cuales estaban además reconocidos por el sistema del servicio civil (Thomas, 1970).

Es hacia el final de la década de los 50 que arriban al país los primeros psicólogos formados en universidades de los Estados Unidos y de Europa, en su mayoría con especialización en psicología clínica y aplicada, y quienes pasaron en su mayoría a ser docentes de la UCR. Estos profesionales sustituyeron paulatinamente a los profesores que no eran psicólogos y se dedicaban a dar servicios de orientación estudiantil e investigación, especialmente en los temas de rendimiento académico y el proceso de ingreso a la universidad (Thomas, 1975).

Para la historia de la psicología en Costa Rica, es fundamental la llegada en 1957 del Dr. Adis Castro, quien hizo una formación doctoral en la Universidad de Berkeley y es considerado el padre de la psicología clínica y académica costarricense (Flores, 2010; López, 2013). A su llegada al país fue incorporado en la UCR como docente de psicología clínica, psicodiagnóstico y psicoterapia, e investigación psicológica. También pasó a ser parte de forma permanente del grupo de trabajo en el Hospital Nacional Psiquiátrico, en donde formó el Servicio de Psicología Clínica del hospital y desarrolló las primeras evaluaciones psicodiagnósticas, constituyendo su primer reto en aquel momento, la traducción y adaptación de pruebas psicológicas, tales como el Multifásico de Personalidad de Minnesota, el Wechsler-Bellevue, el Test de Oraciones Incompletas, la Escala de Socialización, entre otras (Adis, 2016).

La impronta del Dr. Adis Castro significa en gran medida el desarrollo de una psicología en el país con características autónomas, siendo un protagonista en la organización de servicios de salud mental, centros de enseñanza de la disciplina, en los inicios de la investigación científica, en la salud comunitaria y en los lazos de colaboración internacional a nivel latinoamericano

(Campos et al., 1990). Es por estos hechos presentados anteriormente que diversos autores, los cuales se han encargado del tema, coinciden en que el final de la década de los años 50 es el momento histórico en el que se encuentra la consolidación académica y profesional de la psicología en Costa Rica (Acuña et al., 1982; Adis, 1975).

Dentro de este contexto de cambios importantes en el país, en el año de 1957, se crea en la UCR el Comité de Evaluación, con el objetivo de establecer un sistema de admisión para los estudiantes que deseaban ingresar a la universidad. Este comité se convertiría en 1961 en lo que hoy se conoce como el Instituto de Investigaciones Psicológicas, el cual se centraría sobre todo en la elaboración de las pruebas para el proceso de admisión a la universidad y a la labor de investigación en epidemiología social (Instituto de Investigaciones Psicológicas, 2019).

Al mismo tiempo que el centro de investigaciones se desarrollaba, alrededor de 1962 llegan al país otros psicólogos que hicieron su formación en países como Alemania y México (Adis, 1991). En 1966 comenzará la formación de psicólogos(as) a nivel de bachillerato universitario en la UCR, con la creación de la Sección de Ciencias del Hombre de la Facultad de Ciencias y Letras en esta universidad (Escuela de Psicología, 2019; Flores, 2010; Campos., et al, 1990; Thomas, 1975). Dicha sección estaba inicialmente orientada hacia ser un complemento cultural a manera de cursos básicos para diferentes disciplinas. En ese sentido, llama la atención que respecto a su propósito, dicha cátedra estaba destinada a proporcionar "una adecuada preparación universitaria a aquellos que no desean o no necesitan seguir una determinada carrera profesional, pero sí buscan un nivel de educación más allá del de la enseñanza media" (Flores y Brenes, 1981, citado por Campos et al., 1990, p. 86).

En 1966 se habilitaría el bachillerato universitario en Psicología (Escuela de Psicología, 2019), para en 1972 ofrecer el grado de Licenciatura, lo que contribuiría al carácter profesional de la disciplina en el país y a una acelerada inserción laboral en la década siguiente (Campos et al., 1990), con la creación de nuevas plazas en instituciones públicas, como en el Hospital Nacional de Niños, el Ministerio de Salud, el Instituto de Alcoholismo, etc. (Morales, 1984).

Considerando los anteriores cambios en materia de educación superior, aún para el año de 1970, Costa Rica contabiliza 10 psicólogos graduados afuera del país, tres en los Estados Unidos, cinco en universidades europeas (Suiza, Alemania y España) y dos en universidades latinoamericanas (México y Venezuela), de los cuales tres tenían Ph.D., y siete un grado de licenciatura, a la vez que tres estudiantes se encontraban en formación en los Estados Unidos (Thomas, 1970). En este año también tiene inicio el Departamento de Psicología de la Universidad Nacional, el cual se ocuparía de la atención de la población universitaria, así como de impartir cursos de psicología para las distintas unidades académicas (Campos et al., 1990).

Tan sólo 5 años más tarde el país pasa a contar con 29 profesionales, 26 formados y procedentes de Estados Unidos, Europa y América del Sur, más los tres primeros graduados por la UCR, y alrededor de mil estudiantes matriculados (Thomas, 1975). De estos profesionales, once tenían un Ph.D. o Doctorado académico, y cuatro, una Maestría (Thomas, 1975). El autor menciona también que para la fecha, cinco profesionales estaban por graduarse en la UCR y estaban por regresar al país otros cuatro psicólogos que concluían sus estudios en Estados Unidos, Alemania y España. En cuanto a la formación, mientras los primeros psicólogos eran especialmente del área clínica e infantil, los más recientes para la fecha tenían formación en áreas como Psicología Escolar, Experimental y Social (Thomas, 1975).

La situación económica del país entre la década del 50 y el 70 fue la de una relativa estabilidad que se caracterizó por un crecimiento en la producción, una importante reducción de la pobreza y un adecuado manejo político, que sufriría un pequeño traspié económico en la década del 70, agravándose en los años 80 (Fischel et al., 1991). Durante este periodo, las discusiones ideológicas, sociales y políticas tendrían mayor presencia en el ambiente académico del país, generando una mayor preocupación por los enfoques teóricos y técnicos de la psicología, así como una actitud crítica hacia su rol en la sociedad costarricense. Es por ello que se habla de un cambio cuantitativa y cualitativamente importante de los profesionales en psicología durante este periodo (Flores, 2010).

Es importante también recalcar que la situación geopolítica internacional propia de la Guerra Fría contribuyó a una serie de conflictos internos en varias naciones americanas, lo cual es relevante para el desarrollo de la disciplina en el país. Las luchas armadas en Nicaragua, El Salvador y Guatemala, además de la situación política en Chile y los cambios políticos en Argentina, contribuyeron con la llegada al país de profesionales en distintas ramas, como psicología social, laboral, del deporte, en investigación, y en el ámbito criminológico y de intervención en desastres naturales. En 1976 arriban al país provenientes de Argentina, varios profesionales de orientación psicodinámica enfocados en áreas como psicología educativa, psicología clínica infantil, psicología comunitaria, tratamiento de adicciones, entre otras (Flores, 2010). La influencia de estos profesionales en el país fue importante tanto en el quehacer profesional, como en distintas instituciones, así como en el plano teórico dentro del programa de estudio de la UCR (Campos et al,. 1990), a pesar de que el país vivió al igual que el resto de Latinoamérica una fuerte influencia de las corrientes cognitivo-conductuales de Ellis y Beck (Ardila, 2018). Otro aspecto importante en este año fue la apertura de la primera universidad privada del país, la Universidad Autónoma de Centro América (UACA); no obstante, no ofrecía aún la carrera de Psicología (Sáenz, 2007).

En cuanto a importantes cambios institucionales en la UCR, a finales de 1976, la Sección de Ciencias del Hombre se convirtió en el Departamento de Ciencias del Hombre, y se dividió en dos escuelas: 1) Escuela de Antropología y Sociología, y 2) Escuela de Psicología (Escuela de Psicología, 2019). En 1977 se funda la Facultad de Ciencias Sociales en la UCR, juntando siete escuelas que estaban dispersas en otras facultades, destinadas a generar docencia, investigación y acción social, bajo el complejo contexto social explicado anteriormente. Esto implicó un cambio epistemológico importante para la psicología en Costa Rica, que pasa de una visión más positivista a una más amplia, más social y comprometida con las clases sociales más desposeídas (Flores, 2010). Es también en este año que se funda el Colegio Profesional de Psicólogos de Costa Rica, contribuyendo al estatus científico y profesional de la disciplina (Thomas, 1975), y cuyo nombre actual se reformó en el 2018 a Colegio de Profesionales en Psicología (Procuraduría General de la República, 2019). Además, es en 1977 que se aprobaría una licenciatura diversificada en Psicología Clínica (infantil y para adultos) y Psicología Social (Universidad de Costa Rica, 2010).

En lo concerniente a los órganos reguladores de aspectos relacionados a la educación superior en el país, Costa Rica cuenta con el CONARE, el CONESUP y el SINAES. El CONARE (Consejo Nacional de Rectores) fue creado mediante el "Convenio de Coordinación de la Educación Superior Universitaria Estatal en Costa Rica", suscrito por las Instituciones de Educación Superior Universitaria Estatal el 4 de diciembre de 1974 y reformado por éstas el 20 de abril de 1982 (Consejo Nacional de Rectores, 2019). Es responsable por reunir a las universidades públicas, las cuales, en conjunto con sus Consejos Universitarios, deciden sobre las carreras y regulan aspectos de coordinación para el ejercicio conjunto de la autonomía universitaria en diversos ámbitos.

El CONESUP (Consejo Nacional de Enseñanza Superior Universitaria Privada), creado en 1981, es el encargado de la inspección y fiscalización de las universidades privadas del país, autorizando la creación de estas, así como la apertura de carreras y sus modificaciones, siendo responsable por inspeccionar que se cumplan las condiciones básicas aprobadas, sin ser un órgano acreditador (Consejo Nacional de Enseñanza Superior Universitaria Privada, 2019). A su vez, la creación del SINAES (Sistema Nacional de Acreditación de la Educación Superior) fue ratificada en 1999 mediante un convenio entre universidades públicas y privadas (SINAES, 2019a), siendo a partir de entonces el órgano oficial de acreditación de la educación superior universitaria y parauniversitaria del país. A diferencia del CONESUP, SINAES no autoriza la creación de una universidad, pero es el responsable por acreditar una carrera.

A pesar del desarrollo institucional y educativo del país incluyendo a sus entidades reguladoras, con la entrada de la década de los 80 el país entró en una crisis económica caracterizada por una alta inflación, que implicó a su vez la entrada en crisis del estado social. De modo que ante presiones del Fondo Monetario Internacional, el gasto en salud por parte de la CCSS se redujo en un 50% para 1982 como parte de un plan de estabilización y contención hacia la institución más importante para la salud pública del país, implicando un importante deterioro de los servicios de salud (Fischel, 1991).

Esto constituye un antecedente para la psicología social en el país, en el tanto aparecen grupos de investigación, reflexión y acción social sobre la situación, los cuales en algunos casos contaban con financiamiento externo (Campos et al., 1990). De igual forma, es a mediados de esta década que se crean cursos de psicología comunitaria tanto en Costa Rica, como en otros países latinoamericanos (Ardila, 2018). Es también para esta época que retorna una cantidad importante de psicólogos costarricenses que se encontraban formándose en el exterior (especialmente haciendo posgrados), lo cual también contribuiría a una mayor cantidad de centros y clínicas psicológicas privadas (Flores, 2010).

A nivel de posgrado en el país, fue en el año de 1984 que se crea en la UCR el programa de Maestría en Psicología, orientado a la metodología de la investigación psicológica (Escuela de Psicología, 2019). Es además en este mismo año que el programa de residencia hospitalaria en Psicología Clínica de la CCSS pasa a ser un programa interinstitucional entre el Centro de Desarrollo Estratégico e Investigación en Salud y Seguridad Social (CENDEISS) y la UCR, según el informe de reacreditación de carrera de Psicología de la UCR (Escuela de Psicología, 2019). De igual forma, a mediados de la década de los 80 tendrán lugar los primeros congresos nacionales en psicología y comenzarán las publicaciones de las principales revistas académicas del país (Campos et al., 1990).

Referente a la década de los 90, uno de los aspectos más importantes consiste en la apertura de diferentes universidades privadas en el país, lo que implica también la enseñanza de la disciplina en estos centros. La Universidad Autónoma de Centro América fue la primera en impartir en 1981 la carrera de Psicología, a lo que seguiría un rápido crecimiento de la educación privada en la década de los 90 y a inicios del siglo (Camacho, Hernández, Rosales y Salas, 2014). En 1993 fue creada la Universidad Católica de Costa Rica, que en 1997 inauguró su carrera de Psicología y en el 2003 fue la primera universidad en tener la carrera acreditada por el SINAES (Universidad Católica de Costa Rica, 2019; SINAES, 2019). Ya en el en año 1995, se funda la Universidad de Iberoamérica (UNIBE), la cual se enfocaría en impartir carreras de ciencias de la salud (medicina, farmacia y enfermería) y que en 1998 inaugura la Facultad

de Psicología, ofreciendo también el primer programa de Maestría en Psicología Clínica en el país (Universidad de Iberoamérica, 2019).

ESTADO ACTUAL DE LA PSICOLOGÍA EN EL PAÍS

En lo que se refiere a la educación pública en Costa Rica, según el sitio oficial del CONARE, el país cuenta con cinco instituciones públicas responsables por la enseñanza a nivel universitario. Las universidades públicas que ofrecen la carrera de Psicología son la Universidad de Costa Rica y la Universidad Nacional (UNA). Relativo a la educación privada, de acuerdo con el sitio oficial de CONESUP consultado en junio del 2019, en el área de Ciencias Sociales, y dentro del subárea de Psicología, hasta el presente momento se encuentran registradas 18 universidades privadas que imparten Bachillerato, Licenciatura o Maestría en Psicología. Estas instituciones tienen su relevancia en el país, lo que se puede verificar a partir de los datos del Banco Mundial para el 2005, al estimar que entre el 20 y el 30 por ciento de los estudiantes universitarios en el país provenían de universidades privadas, porcentaje similar al encontrado en dicho estudio para Guatemala, Argentina, México y Ecuador (Holm-Nielsen et al., 2005).

Específicamente relacionado a las carreras acreditadas por el SINAES, los registros más actuales, al 15 de mayo de 2019, presentan cinco instituciones universitarias, en que se imparte Psicología como carrera, acreditadas por este sistema en Costa Rica (Cascante, 2019). Por orden del año en que recibieron la acreditación se encuentran: Universidad Católica de Costa Rica, Universidad de Costa Rica, Universidad de Iberoamérica, Universidad Latina de Costa Rica y la Universidad Hispanoamericana (SINAES, 2019b).

En cuanto a los programas de posgrado en Psicología ofrecidos en el país, de las universidades públicas, según informaciones obtenidas del CONARE, la UCR ofrece dos Maestrías Académicas: en Investigación Psicológica y en Teoría Psicoanalítica, además de cuatro Maestrías Profesionales: en Psicología Clínica y de la Salud, en Psicología Comunitaria, en Psicología Educativa y en Psicología del Trabajo y de las Organizaciones. Las maestrías ofrecidas por la UCR son vinculadas al Sistema de Estudios de Posgrado (SEP, 2019), cuya propuesta de organización se dio en los años de 1971 y 1972, constituyendo una red que interrelaciona los posgrados, con el grado (Escuelas y Facultades), la investigación (Centros e Institutos) e instituciones nacionales o extranjeras.

Respecto a los posgrados ofrecidos por las universidades privadas, como puede ser consultado en la lista de carreras del CONESUP bajo el área Ciencias Sociales, subárea Psicología, actualmente, diez de ellas ofrecen, en total, 21 maestrías, siendo solamente una de ellas nombrada como maestría académica, tal como se puede observar en la Tabla 1. Actualmente,

ninguna institución del país ofrece un Doctorado en Psicología. Los profesionales recurren a estudios en el exterior para la formación académica a este nivel y tal formación puede ser equiparada a un grado de Doctorado Académico por las instituciones públicas registradas en el CONARE. Aunque sin existir aún un doctorado académico específico en psicología, cabe resaltar el impacto de las investigaciones realizadas en el país y de la preocupación en esta área, por ejemplo, con el ingreso de la Revista Actualidades en Psicología al PsycINFO a partir del 2011 (Ardila, 2018). Asimismo, Miguel (2011) en un análisis realizado a partir de Scielo, Redalyc y Scopus, señala que los países con el mayor número de revistas de producción científica, en estas bases de datos a la fecha, eran Brasil (384 títulos aportados), México (215), Colombia (181), Chile (120), Argentina (110), Venezuela (109), Cuba (51), Costa Rica (24) y Perú (20). El indicador resulta positivo, si se considera que se trata de un país con 11,548 profesionales registrados en el Colegio de Profesionales en Psicología, estando 8,252 de estos activos, de acuerdo a informaciones obtenidas con el Colegio, para una población de 5,003,402, según el Instituto Nacional de Estadística y Censos (2018).

Tabla 1. Universidades privadas y maestrías abiertas actualmente

Universidades Privadas	Maestrías
Autónoma de Centro América	Maestría Académica en Terapia Gestalt
	Maestría en Psicoterapia Analítica con Énfasis en Psicoanálisis
	Maestría Profesional en Psicología Empresarial
	Maestría Profesional en Terapia Gestalt
Autónoma Monterrey	Maestría Profesional en Psicología Laboral
Católica de Costa Rica	Maestría en Psicología con Énfasis en Psicoterapia de la Familia
	Maestría Profesional en Psicología del Trabajo y de las Organizaciones

	Maestría Profesional en Psicología Educativa
Centroamericana de Ciencias Sociales	Maestría en Psicología con Mención en Clínica Psicoanalítica
De Iberoamérica	Maestría en Psicología Clínica
	Maestría Profesional en Psicología Forense
Fidélitas	Maestría Profesional en Psicología Clínica y de la Salud Mental
Independiente de Costa Rica	Maestría Profesional en Psicología con Énfasis en Psicología de la Salud
	Maestría Profesional en Psicología con Énfasis en Psicología Educativa
	Maestría Profesional en Psicología con Énfasis en Psicología Organizacional
	Maestría Profesional en Psicología Clínica
Latina de Costa Rica	Maestría en Psicología Clínica
	Maestría en Psicología Industrial y Organizacional
Latina Heredia	Maestría Profesional en Psicología Organizacional
Para la Cooperación Internacional	Maestría en Estudios en Psicología Grupal
	Maestría en Psicología Clínica Grupal

Elaboración Propia. Fuente: Consejo Nacional de Enseñanza Superior Universitaria Privada. Consulta realizada por área “Ciencias Sociales” y subárea “Psicología” en http://www.conesup.mep.go.cr/carreras

Por lo que corresponde a los centros de atención psicológica vinculados a las universidades, según informaciones del sitio oficial del Colegio de Profesionales en Psicología (2019a), actualmente, la Universidad Latinoamericana de Ciencia y Tecnología (ULACIT), la Universidad Hispanoamericana y la Universidad de Iberoamérica (UNIBE) ofrecen un servicio a la comunidad. Mediante consulta en el sitio oficial de la Escuela de Psicología de la Universidad de Costa Rica, la institución también dispone de un Centro de Atención Psicológica destinado a personas con necesidades psicosociales y recursos económicos limitados y con el objetivo de la formación profesionalizante de estudiantes de la carrera de Psicología. Además, profesionales de la Universidad Católica reportan el funcionamiento de un departamento, que brinda atención psicoterapéutica para población con un difícil acceso.

En el área clínica, se encuentran importantes avances que la Psicología ha realizado recientemente y que caracterizan una búsqueda por un contexto más interdisciplinario. Como ejemplo de esto, en el 2007 es inaugurado el Centro de Atención Neuropsicológica (CAN) "Dr. Gonzalo Adis" vinculado a la Universidad de Iberoamérica, que ofrece las modalidades de servicio privado y servicio de extensión social. Según la Coordinadora del CAN, la Psicóloga Clínica Msc. Carol Garita, en el servicio privado, los profesionales de las diferentes especialidades psicológicas, tales como Psicología Clínica, Servicio de Estimulación Temprana, Psicología Infantil, Psicopedagogía, Psicodiagnóstico Clínico, Terapia de Pareja y Familia, Terapia de Lenguaje, Psicogerontología y Neuropsicología, brindan atención con un costo por consulta. En el caso del servicio de extensión social, este es facilitado por estudiantes supervisados por los profesionales de la UNIBE a pacientes que no pueden cubrir la consulta privada. La parte formativa es dirigida a estudiantes de Bachillerato, Licenciatura y Maestría en Psicología; además, los egresados de UNIBE pueden realizar pasantías supervisadas por los profesionales del centro.

En cuanto a la situación actual de la salud en el país, el sistema público cuenta, en general, con resultados positivos que están al nivel de varias economías de la OCDE, con una esperanza de vida de 79.9 años (Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económico, 2017), con una de las tasas de mortalidad infantil más bajas del continente (INEC, 2010, citado por Sáenz, Acosta, Muiser y Bermúdez, 2011) y con menos del 1% de la población reportando no usar el sistema por cuestiones financieras. Además, el sistema cuenta con estabilidad en su financiamiento y planificación, con una fuerte atención primaria, con un nivel de coordinación intersectorial nacional destacado y con recientes mejoras con el uso de expediente electrónico e innovación de los roles profesionales (OCDE, 2017).

Sin embargo en relación con la salud mental, la realidad es distinta, pues un informe de auditoría de la Contraloría General de la República en cuanto a la labor del Ministerio de Salud en esta materia, señala que respecto a la prevención y promoción, y según los objetivos del Plan de Acción de la Política Nacional de Salud Mental 2012-2021, se han utilizado tan solo alrededor del 20% de los recursos, además de que no se cuenta aún con investigaciones por parte de la Secretaría Técnica de Salud Mental y el Consejo Nacional de Salud Mental para diagnosticar la situación (Contraloría General de la República, 2018).

Lo anterior se encuentra relacionado a un contexto de gran preocupación a nivel nacional respecto al tema del suicidio, que ha crecido en los últimos años de manera alarmante, con una tasa de 7,1 por cada cien mil habitantes registrada en el 2018 (Contraloría General de la República, 2018). Según Alvarado (2019), Costa Rica es el segundo país de Centroamérica que presentó más casos de suicidio en los últimos años, siendo superado solamente por El Salvador (Barquero, 2019), tratándose los intentos de suicidio principalmente de jóvenes de entre 15 y 19 años (Ministerio de la Salud, 2015). Este es un dato contrastante con la reciente y generalizada idea por parte de la población, de ser un país que puntúa alto en diferentes reportes internacionales sobre felicidad subjetiva (Helliwell, Layard y Sachs, 2019). Aunado a lo anterior, encontramos que, según el Área de Estadística de la CCSS para el año 2017, los trastornos más comunes reportados por las áreas de psiquiatría y psicología respectivamente, son el trastorno mixto de ansiedad y depresión y el trastorno de adaptación (Villalobos, 2018),

Con el objetivo de mejorar la atención a esta población vulnerable, recientemente se han organizado diferentes capacitaciones a los profesionales respecto a la prevención de los casos de suicidio en Costa Rica. Debido a las tasas de suicidio en la población adolescente, una de las capacitaciones realizada en abril del presente año por el Colegio de Profesionales en Psicología (CPPCR), fue dirigida a profesionales del Ministerio de Educación Pública (CPPCR, 2019). Otra producción importante relacionada a esta necesidad fue el “Protocolo de atención a la población estudiantil que presenta lesiones autoinfligidas y/o en riesgo por tentativa de suicidio” (Ministerio de Educación Pública, 2018). También registra la preocupación por la salud mental en el país la iniciativa de elaboración y publicación del “Protocolo de Atención a Personas de la Comunidad Universitaria con Urgencias Psicológicas” en diciembre del 2018 por la Oficina de Bienestar y Salud (OBS) de la UCR. Asimismo, esta universidad ha propuesto el año 2020 como un año para la promoción y desmitificación de la salud mental mediante un plan que articule las acciones que se desarrollan en la comunidad universitaria (Universidad de Costa Rica, 2019). Respecto a la población psiquiátrica, de igual forma importante, en 2018 se da el cierre de los asilos psiquiátricos en el país en concordancia con la Declaración de Caracas, la

cual aboga por la no institucionalización de estas personas, y optando por la incorporación de estas a las comunidades con la ayuda de otras instituciones, lo que implica una nueva perspectiva del enfermo mental en el país (Ávalos, 2018).

Finalmente, dentro del contexto latinoamericano, la psicología en el país ha tenido un crecimiento importante (Ardila, 2018). La presente reseña nos permite evidenciar que la psicología costarricense ha tenido un inicio tardío, incluso dentro del área centroamericana, pero exponencial en su crecimiento desde su inicio formal, tanto en los servicios de salud ofrecidos a la población general como en la academia. En un periodo de 50 años, se ha pasado de contar con 10 psicólogos en todo el territorio nacional, a cerca de un psicólogo por cada 600 habitantes. Aunque se trata de un crecimiento positivo, esta situación también desencadena discusiones y desacuerdos entre la oferta y la demanda, en cuanto a la preocupación por proporcionar un servicio calificado, a la vez que procurar una inserción laboral dentro del contexto económico. Por último, considerando la preocupación y las dificultades existentes en cuanto al manejo de datos y a la comprensión de los mismos en cuanto a los altos índices de suicidio y depresión a nivel nacional, y teniendo en cuenta a su vez la trayectoria y los indicadores internacionales positivos en cuanto al área de investigación en el país, pareciera que el principal desafío está precisamente en conciliar ambos aspectos de una manera más estrecha.

REFERENCIAS

Acuña, R., León, S., Rivera, M. y Rodríguez, L. (1982). *Desarrollo de la práctica psicológica y psiquiátrica en el campo de la salud mental, factores determinantes de su evolución con particular referencia a Costa Rica*. (Tesis de grado, Escuela de Psicología). Universidad de Costa Rica. Recuperado de

Adis, G. (2016). *La psicología clínica en Costa Rica: experiencias de participación en su desarrollo*. (1a Ed.). San José: Editorial Universidad de Iberoamérica.

Adis, G. (1991). Sobre la historia de la psicología clínica en Costa Rica. *Revista Cúpula, 27*, 30-34. Recuperado de https://www.binasss.sa.cr/bibliotecas/bhp/cupula/n271991/Contenido.pdf

Adis, G. (1975). Psicoterapia en Costa Rica. *Revista Interamericana de Psicología*, *9*(1), 23-28.

Alvarado, J. (15 de febrero, 2019). Cinco poblaciones que-están en alto riesgo de suicidio. Recuperado de https://www.crhoy.com/nacionales/cinco-poblaciones-que-estan-en-alto-riesgo-de-suicidio/

Archivo Nacional de Costa Rica. (2014). Un momento con la historia. Bicentenario de la Casa de Enseñanza Santo Tomás. Recuperado de http://www.archivonacional.go.cr/index.php?option=com_content&view=article&id=370:200-anos-casa-santo-tomas&catid=1:latest-news&Itemid=50

Ardila, R. (2018). *Psychology in Latin America: Current Status, Challenges and Perspectives*. (1a Ed.). Bogotá: Springer.

Ávalos, Á. (8 de abril, 2018). Hospital Psiquiátrico pone candado para siempre a su "asilo". *La Nación*. Recuperado de https://www.nacion.com/el-pais/salud/hospital-psiquiatrico-pone-candado-para-siempre-a/7DQ5YMG4BBDFLEGKHDTCS3EFUQ/story/

Barquero, K. (4 de abril, 2019). Jóvenes de entre 15 y 19 años encabezan lista de suicidios en Costa Rica. Recuperado de https://www.larepublica.net/noticia/jovenes-de-entre-15-y-19-anos-encabezan-lista-de-suicidios-en-costa-rica

Barquero, M. (1997). Reseña histórica de la enseñanza de la medicina en Costa Rica desde sus inicios hasta 1995. *Acta Médica Costarricense, 39* (1). Recuperado de https://www.binasss.sa.cr/revistas/amc/v39n1/art4.pdf

Caja Costarricense del Seguro Social. (s.f.). Hospital Nacional Psiquiátrico Manuel Antonio Chapuí y Torres. Recuperado de https://www.ccss.sa.cr/hospitales?v=22

Camacho, J., Hernández, V., Rosales, D y Salas, N. (2014). *Historia de la formación profesional de la psicología en Costa Rica durante el periodo comprendido entre los años 1986-2011*. (Tesis inédita de licenciatura). Universidad de Costa Rica, San José. Recuperado de: http://www.kerwa.ucr.ac.cr/handle/10669/16515?show=full&locale-attribute=en

Campos, D., Pérez, R. y Rosabal, M. (1990). Identidad profesional e institucionalización de la psicología en Costa Rica: Crítica e interpretación histórica. *Revista de Ciencias Sociales, 47*, 81-92. Recuperado de http://repositorio.sibdi.ucr.ac.cr:8080/jspui/bitstream/123456789/1714/1/36485.pdfhttp://www.iip.ucr.ac.cr/sites/default/files/contenido/Identidad%20profesional%20campos%20perez%20rosabal%20cs%2090.pdf

Carmona, A. (1994). Reseña histórica Hospital San Juan de Dios. *Hospitales de Costa Rica, 28, 12-20.* Recuperado de https://www.binasss.sa.cr/revistas/hospitales/art72.pdf

Cascante, S. (15 de mayo, 2019). Registro de carreras acreditadas y reacreditadas. SINAES: Costa Rica. Recuperado de https://www.sinaes.ac.cr/index.php/home/carrera

Colegio de Profesionales en Psicología (2019a). *Centros de Atención Psicológica de Universidades Públicas y Privadas.* Recuperado de

http://psicologiacr.com/comision/centros-de-atencion-psicologica-de-universidades-publicas-y-privadas/

Colegio de Profesionales en Psicología de Costa Rica (2019b). *Profesionales del MEP reciben capacitación para el abordaje del comportamiento suicida por parte del CPPCR*. Recuperado de http://psicologiacr.com/profesionales-del-mep-reciben-capacitacion-para-el-abordaje-del-comportamiento-suicida-por-parte-del-cppcr/

Consejo Nacional de Enseñanza Superior Universitaria Privada (2019). *Sitio Oficial*. Recuperado de http://www.conesup.mep.go.cr/

Consejo Nacional de Rectores (2019). *Historia*. Recuperado de https://www.conare.ac.cr/conare/que-es-conare/historia

Contraloría General de la República. (2018). *Informe de auditoría de carácter especial acerca de la rectoría del Ministerio de Salud en cuanto a las acciones de política pública vinculadas con el abordaje de la salud mental*. Recuperado de https://cgrfiles.cgr.go.cr/publico/docs_cgr/2018/SIGYD_D_2018021645.pdf

Coto, M. y Ramírez, L. (1985). *Las políticas estatales en el campo de la salud y enfermedad mental en Costa Rica 1940 - 1980*. (Tesis de Grado). Escuela de Psicología, Universidad de Costa Rica.

Dengo, M. E. (1974). *Roberto Brenes Mesén*. San José: Departamento de Publicaciones del Ministerio de Cultura, Juventud y Deportes.

Escuela de Psicología (2019). *Quiénes somos. Historia*. Recuperado de https://www.psico.ucr.ac.cr/index.php/en/quienes-somos

Escuela de Psicología (2019). *Informe Reacreditación. Breve historia de la Carrera*. Recuperado de https://www.psico.ucr.ac.cr/images/Documentos/Reacreditacion/informe_reacreditacion.pdf

Fischel, A., Salazar, J., Campos, M., Muñoz, M., Gonzáles, Y., Araya, C., Albarracín, P., Botey, A., Araya, M., Golcher, É., Carvajal, G., y Brenes, L. (1991). *Historia de Costa Rica en el Siglo XX*. (3a Ed.). San José: Editorial Porvenir S.A.

Flores, D. (2010). La psicología en la Universidad de Costa Rica: 35 aniversario

de la Facultad de Ciencias Sociales. *Reflexiones, 89* (1), 223-226. Recuperado de https://revistas.ucr.ac.cr/index.php/reflexiones/article/view/11590/10935

González, G. (1979). Breve estudio histórico sobre el quehacer médico-psicológico en Costa Rica. En J. Acuña, *La Psiquiatría y la Psicología en Costa Rica* (pp. 131-269). San José, Costa Rica: Editorial Universidad Estatal a Distancia.

Holm-Nielsen, L. B., Thorn, K., Brunner, J. J., y Balán, J. (2005). Regional and international challenges to higher education in Latin America. In H. de Wit, I. Jaramillo, J. Gacel-Avila y J. Knight (Eds.), Higher education in Latin America (p. 39–70). Washington, D.C.: The World Bank.

Instituto de Investigaciones Psicológicas (2019). *Sobre el IIP. Historia.* Recuperado de http://www.iip.ucr.ac.cr/es/sobre-el-iip/historia

Helliwell, J., Layard, R., y Sachs, J. (2019). World Happiness Report 2019, New York: Sustainable Development Solutions Network. Recuperado de: https://worldhappiness.report/ed/2019/#read

Instituto Nacional de Estadística y Censos (2018). Estimaciones y Proyecciones de Población. Recuperado de http://www.inec.go.cr/poblacion/estimaciones-y-proyecciones-de-poblacion

Láscaris, C. (1984). *Desarrollo de las Ideas Filosóficas en Costa Rica*. (3a Ed.). San José: Stvdivm Generale Costarricense.

López, R. (2013). Desarrollo de la especialidad en Psicología clínica en Costa Rica: perspectivas futura. *Revista Costarricense de Psicología*, *32*(1), 43-60. Recuperado de www.redalyc.org/service/redalyc/downloadPdf/4767/476748711004/6

Miguel, S. (2011). Revistas y producción científica de América Latina y el Caribe: su visibilidad en Scielo, Redalyc y Scopus. *Revista Interamericana de Bibliotecología*, *34*(2), 187–199. Recuperado de https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=179022554006

Ministerio de Educación Pública. (2018). *Protocolo de atención a la población estudiantil que presenta lesiones autoinfligidas y/o en riesgo por tentativa de suicidio*. Recuperado de https://www.mep.go.cr/sites/default/files/protocolo-prevencion-suicidio.pdf

Ministerio de Salud. (2015). *Boletín Estadístico de Trastornos Mentales Costa Rica, 2015*. Recuperado de https://www.ministeriodesalud.go.cr/index.php/vigilancia-de-la-salud/indicadores-de-salud-boletines/boletin-de-morbilidad/3190-boletin-trastornos-mentales-de-notificacion-obligatoria-2015/file

Molina, I. (1 de marzo, 2015). Centenario de la apertura de la Escuela Normal. *La Nación*. Recuperado de https://www.nacion.com/viva/cultura/centenario-de-la-apertura-de-la-escuela-normal/H46SWHHBCVCPDKZYL3WC5PJ46M/story/

Morales, M. (1984). Esbozo histórico de la Psicología en Costa Rica. Jornadas profesionales de psicología. Colegio Profesional de Psicólogos.

Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económico. (2017). Estudios de la OCDE sobre los sistemas de salud, Costa Rica, evaluación y recomendaciones. Recuperado de https://www.ministeriodesalud.go.cr/index.php/biblioteca-de-archivos/tramites/registros-de-gestores-de-la-salud/ocde-residuos/3564-estudios-de-la-ocde-sobre-los-sistemas-de-salud-costa-rica/file

Organización Panamericana de la Salud. (2004). *Perfil del sistema de servicios de salud de* Costa Rica. Recuperado de https://www.bvs.sa.cr/php/situacion/perfil.pdf

Procuraduría General de la República (2019). *Reforma Ley del Colegio de Profesionales en Psicología de Costa Rica.* Recuperado de http://www.pgrweb.go.cr/scij/Busqueda/Normativa/Normas/nrm_texto_completo.aspx?param1=NRTC&nValor1=1&nValor2=86879

Ramos, L. (1978). *Fulgores en mi ocaso*. Editorial Costa Rica: San José

Ramírez, G. (1986). Una interpretación histórica de la evolución de las ciencias sociales en Costa Rica. *Revista de Ciencias Sociales, 33*, 93-105. Recuperado de https://revistacienciassociales.ucr.ac.cr/images/revistas/33/ramirez.pdf

Rodríguez, M. (1991). Reseña histórica: Hospital Nacional Psiquiátrico Manuel Antonio Chapuí y Torres. Recuperado de http://www.binasss.sa.cr/bibliotecas/bhp/textos/rhistoricahnp.pdf

Sáenz, J. (2007). Elementos de Historia del Derecho. (2a Ed.). San José: Ediciones Chico.

Sáenz, M., Acosta, M., Muiser, J. y Bermúdez, J. L. (2011). Sistema de salud de Costa Rica. *Salud Pública de México*, *53*(2), 156-167. Recuperado de http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0036-36342011000800011&lng=es&tlng=es

Salazar, C. (2017). *Don Mauro Fernández Acuña y La Ley General de Educación Común.* Recuperado de: http://kimuk.conare.ac.cr/Record/PUCR_36bfda0966474d83daaf475d11578c6a

Sistema de Estudios de Posgrado (2019). *Sobre el SEP. Historia.* Recuperado de http://www.sep.ucr.ac.cr/index.php?option=com_content&view=article&id=2&Itemid=105

Sistema Nacional de Acreditación de la Educación Superior (2019a). *Sobre SINAES. ¿Qué es el SINAES?* Recuperado de https://www.sinaes.ac.cr/index.php/home/sobre-sinaes

Sistema Nacional de Acreditación de la Educación Superior (2019b). *Sobre SINAES. Carreras acreditadas.* Recuperado de https://www.sinaes.ac.cr/index.php/home/carrera

Thomas, P. (1970). La situación de la psicología en Costa Rica. *Revista Latinoamericana de Psicología*, *2*(1), 9-13. Recuperado de http://www.redalyc.org/pdf/805/80502102.pdf

Thomas, P. (1975). La evolución de la psicología en Costa Rica. *Anuario de Psicología/The UB Journal of psychology, 13*(2), 99-118. Recuperado de https://www.raco.cat/index.php/AnuarioPsicologia/article/view/59683/88098

Universidad Católica de Costa Rica, 2019. *Psicología.* Recuperado de https://www.ucatolica.ac.cr/psicolog%C3%ADa

Universidad de Costa Rica. (16 de abril, 2018). *UCR celebra el centenario de la Reforma de Córdoba*. Recuperado de https://www.ucr.ac.cr/noticias/2018/04/16/ucr-celebra-el-centenario-de-la-reforma-de-cordoba.html

Universidad de Costa Rica (4 de julio, 2019). *El 2020 será el Año de la Salud Mental en la UCR*. Recuperado de https://www.ucr.ac.cr/noticias/2019/07/04/el-2020-sera-el-ano-de-la-salud-mental-en-la-ucr.html

Universidad de Costa Rica. (2010). Informe de reacreditación. Recuperado de https://www.psico.ucr.ac.cr/images/Documentos/Reacreditacion/informe_reacreditacion.pdf

Universidad de Iberoamérica (2019). *Somos UNIBE. Historia*. Recuperado de https://www.unibe.ac.cr/historia

Villalobos, B. (27 de noviembre, 2018). UCR busca llamar atención de estudiantes y funcionarios sobre salud mental. *Semanario Universidad*. Recuperado de: https://semanariouniversidad.com/universitarias/ucr-busca-llamar-atencion-de-estudiantes-y-funcionarios-sobre-salud-mental/

Set 2019

ITINERÁRIOS DA PESQUISA HISTÓRICA EM PSICOLOGIA NO BRASIL: QUESTÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS

ALCIDES JOSÉ SANCHES VERGARA

APRESENTAÇÃO

O trabalho foi apresentado no XXXVII Encontro Anual Helena Antipoff e III Congresso Brasileiro de História da Psicologia em 16/04/2019. Sessão coordenada: Questões teóricas em História da Psicologia e Psicologia Social. Disseminação dos resultados parciais primeira década (1996/2006) de uma pesquisa em andamento que tem como objeto de análise, a produção científica do GT História da Psicologia da ANPEPP (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia) - (1996/2016).

Alcides José Sanches Vergara é Professor Adjunto do Departamento de Psicologia Social e Institucional da Universidade Estadual de Londrina.

Na atualidade, muitas histórias constituem o campo do "psicológico"[1]. O entre aspas usado pelo autor (FIGUEIREDO, 2011) na expressão psicológico, revela as diferentes razões que os pesquisadores têm para estudar a história da psicologia (WERTHEIMER, 1980 apud ANDERY et al, 1998) e a diversidade também do objeto. Revela também o caráter político, cultural, histórico, social, filosófico, interdisciplinar e multideterminado do campo. Histórias dos múltiplos projetos psicológicos existentes, os diversos atores e personagens, suas contribuições para a construção dos saberes, práticas. Ainda nos diz das histórias dos variados lugares e contextos, econômicos, políticos, culturais e sociais, em que acontecem os fatos e acontecimentos históricos. Multiplicidade e diversidade, que se expressam no debate das questões filosóficas, epistemológicas, teóricas e metodológicas que atravessam a história e a psicologia como áreas de conhecimento, delimitando várias concepções com relação ao que se compreende como parte desse campo do "psicológico" e que se situa na interface com o contexto social e cultural.

O crescimento do interesse na área da história da psicologia vem expressar a inquietação dos pesquisadores com a narrativa oficial que acompanha a tendência geral da historiografia (ARAÚJO, 2016). A dificuldade em relatar a história da psicologia em suas formas já consagradas cujo exemplo é a obra de Edwin Boring - A History of Experimental Psychology (BORING, 1950). Uma nova geração de pesquisadores nos anos 1960/70 vai na direção de uma

[1] A história da psicologia, a rigor, não existe, ao menos no singular. Existem, sim, inúmeras maneiras de conceber o campo do "psicológico" e outras tantas maneiras de se inserir nesse campo, intervindo nele praticando "psicologia". (FIGUEIREDO, L. C. 2011, PG.9).

nova história (WOODWARD E ASH, 1987; BROZEK & PONGRATZ, 1980 apud ARAÚJO, 2018). Uma história da psicologia que ultrapasse a dicotomia entre o clássico e o moderno (DANZINGER, 2013 apud ARAÚJO, 2018), a construção de uma nova história, virada social crítica da psicologia (ASH, 1987; FUROMOTO, 1989 apud ARAÚJO, 2018) o que resulta no esforço de superação de questões conceituais, metodológicas e normativas e consequentemente a inexistência de consenso entre os pesquisadores e historiadores da área. A aplicação interdisciplinar aos casos concretos (ARAÚJO, 2018) ou mesmo a crítica através da reconstrução genealógica dos diversos domínios da história e da investigação, dos objetos e métodos de pesquisa parece abrir alguns caminhos novos na pesquisa contemporânea. Diferentes da tradição intelectual e metodológica dos primeiros trabalhos historiográficos que foram influenciados quase que exclusivamente pelo debate interno ao campo filosófico e científico, observamos uma ampliação e abertura a interdisciplinaridade, a "pluralidade" metodológica a multiplicidade de olhares sobre a história do campo do "psicológico". A história das ideias psicológicas (MASSIMI, 1999), as aproximações entre história da psicologia e a filosofia da ciência (ARAUJO, 2016, FILHO, 2004, CAMPOS, 2002); a história da recepção e circulação dos objetos psicológicos, dos registros das fontes e arquivos (ASSIS E PERES, 2016); a história da identidade dos cursos de psicologia (BAPTISTA, 2002); a história da influência das principais teorias psicológicas em território nacional (ABREU et al, 2004; LOUREIRO, 2004); história das instituições e práticas da psicologia no país (ROCHA, 2002; BONFIM, 2004); o ensino de história da psicologia nos cursos de formação (CUNHA, 2002, GOMES, 2004) e a temática da psicologia histórica (WAENY, 2016).

A lista acima não pretende ser exaustiva é importante assinalar nesse momento, a ampliação dos temas de pesquisa, objetos de estudos, épocas e lugares como tendências dos estudos históricos na área da psicologia no Brasil. Diferentes itinerários da pesquisa que levam a compreensão da complementariedade necessária das perspectivas internalista[2] que aborda a história intelectual da disciplina com a externalista[3] que traz subjacente a determinação social da produção dos conhecimentos psicológicos.

---

[2] Abordagem internalista se refere as pesquisas históricas tradicionais que privilegiam a narrativa acerca dos autores e teorias que se tornaram referências no campo do "psicológico e que estão presentes nos manuais e publicações mais relevantes da área

[3] Abordagem externalista se refere as pesquisas históricas que privilegiam o conjunto das condições do tempo e lugar em que se realizam as atividades dos pesquisadores e as influências sociais, culturais e políticas do contexto na produção dos conhecimentos e na configuração do campo de estudos.

A ampliação da compreensão dos múltiplos olhares que cercam o campo "do psicológico" é o resultado do trabalho da pesquisa histórica realizado no Brasil nas últimas quatro décadas. Ao ultrapassar a narrativa tradicional da historiografia oficial, aquela das ideias ilustres e dos grandes personagens, vários desafios metodológicos e teóricos estão colocados. Os reflexos dessas tendências contemporâneas na pesquisa vão abrir caminhos para uma compreensão crítica e contextualizada da história da psicologia no Brasil e a superação do caráter ritualístico presente ainda em grande medida nos manuais de ensino e nas abordagens tradicionais dos fatos históricos. Os trabalhos de pesquisa produzidos no Brasil buscam ressaltar o contexto e as condições de emergência dos saberes e das práticas psicológicas no território nacional. Procuram no período histórico analisado verificar como se apresentam a época o campo de forças e condições estabelecidas, numa tentativa de superar o "presentismo"[4].

Apesar de todo esforço crítico dos pesquisadores e da busca de releituras e ressignificação dos acontecimentos históricos não é possível eliminar radicalmente as crenças particulares que grupos sociais constroem sobre a história, nem mesmo as diferenças filosóficas e descontinuidades entre o conhecimento passado e o atual. As rupturas epistemológicas e históricas são admitidas como parte do embate, tensões e conflitos presentes nas forças que operam no campo; as forças econômicas, sociais e políticas do contexto e a diversidade de situações com que se apresentam as condições histórica em cada época e lugar. Os pesquisadores e historiadores da psicologia acabam produzindo como resultado trabalhos híbridos, que misturam a reflexão filosófica, a teoria científica e a prática social. Essa composição híbrida dá lugar ao diverso, ao inusitado trazendo para o centro da discussão esses fatores circulantes das diferenças regionais e da singularidade local que permite redefinir o campo e ampliar a forma como entendemos e praticamos a psicologia em território brasileiro.

O solo fragmentado do campo "do psicológico" comporta sempre inúmeras histórias e também muitas diferenças teóricas e metodológicas nas formas de as abordar. A escolha do objeto de pesquisa pelo pesquisador é uma tarefa que surge quase invariavelmente da análise teórica, dos recursos e instrumentos técnicos utilizados e do contexto social e cultural em que se insere o tema da investigação. Qual a relevância do "objeto de pesquisa" em determinada época e lugar? A importância da práxis cotidiana, o diálogo permanente com as fontes e o compromisso social em redes interinstitucionais da atividade de pesquisa, tem sido uma condição

---

[4] O "presentismo" é uma expressão que designa uma crítica a tentativa ingênua de buscar no passado as origens das ideias atuais, sem considerar a relevância do contexto da época e as condições de sua emergência. O que pode resultar numa visão preconceituosa, anedótica, parcial e distorcida dos acontecimentos históricos.

determinante, para a definição e ampliação dos caminhos e possibilidades, da produção de conhecimentos em história da psicologia. Para o pesquisador que participa da construção do campo da pesquisa, o acesso aos registros, as fontes historiográficas primárias como correspondência, manuscritos, artigos, livros e publicações, relatos e depoimentos permite aproximar a distância que separa a atividade intelectual da prática social e dos interesses coletivos.

O primeiro ciclo de produção das pesquisas em História da Psicologia no Brasil

A pesquisa histórica em psicologia no Brasil começa a ser produzida com alguma regularidade e sistematização a aproximadamente quatro décadas, nos anos 1980, com a criação do núcleo de História de Psicologia da PUC-SP. O núcleo foi o embrião dos intercâmbios interinstitucionais com outras universidades e instituições associadas que possibilitaram a formação de uma rede de pesquisadores na área da história da psicologia vinculados a diferentes programas de pós-graduação (USP-Ribeirão Preto, USP-São Paulo, UERJ, UFMG, UFBA, UFRGS, UFSC, UNB, PUC-RIO).

Em 1996, se instala o Grupo de Trabalho de História da Psicologia, no VI Simpósio de pesquisa e intercâmbio científico da ANPEPP (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia), quinze anos após a criação do núcleo da PUC. O GT de História da Psicologia vai ser a expressão organizativa dessa rede inicial que se estende no território brasileiro. Com a formação do GT de História da psicologia na ANPEPP se intensificam as atividades da pesquisa histórica, se ampliam as bases da formação acadêmica com mais pesquisadores interessados nos temas históricos relacionados a psicologia em diálogo com os avanços metodológicos na História e na Filosofia da Ciência e também a busca de técnicas mais elaboradas de investigação. Já nesse momento inicial do grupo é possível perceber pelos trabalhos apresentados nos simpósios, o caráter diverso dos projetos de pesquisa, a pluralidade metodológica e a multiplicidade de objetos de estudo.

Esse ciclo inicial é o momento fundacional[5] do grupo e se caracteriza por intensa atividade. Reflete já o acúmulo da pesquisa na área desde a década de 1980 com o crescimento da pós-graduação e o crescente interesse dos pesquisadores brasileiros na área da História da Psicologia. Da rica produção e a diversidade dos temas de pesquisa apresentados nos encontros

[5] A fundação do GT de História da Psicologia corresponde a um acontecimento de grande importância política e necessidade histórica: - havia consenso no grupo, quanto a importância naquele momento de construir redes de intercâmbio científico e a relevância que o estudo da história da psicologia tinha para a compreensão "da natureza em diferentes culturas" e também os efeitos técnicos e teóricos da psicologia científica no mundo (ANPEPP, 1996).

científicos, eventos da área e publicações realizadas pelo grupo nesse período inicial, destacamos dois pontos importantes como resultado da análise dos resumos dos temas de pesquisa histórica e trabalhos apresentados;

1. A formação das ideias psicológicas no Brasil, se insere na tradição cultural ocidental resultado da herança do período colonial e se apresenta num primeiro momento, historicamente sob a influência do projeto político e civilizatório das elites portuguesas e da intelectualidade católica.

2. No período republicano ocorre a expansão do capitalismo, o Brasil vai experimentar o crescimento pelas demandas da psicologia com a institucionalização do saber acadêmico, do campo de pesquisa e da intervenção psicológica. Temos nesse contexto o registro de pesquisas que versam sobre o papel dos pioneiros, percursores da psicologia, também as áreas de aplicação do conhecimento psicológico e por último as instituições de pesquisa e ensino que existiram antes mesmo da regulamentação da profissão e da existência de graduação e pós-graduação em psicologia que foram criados apenas a partir de 1960 com a regulamentação da profissão.

Os temas dos trabalhos apresentados tratam sobre a identidade da psicologia brasileira, sua autonomia como área de conhecimento e a vinculação das construções teóricas e práticas com o contexto onde são produzidas (ANTUNES, 1998; BAPTISTA, 2000) O contexto e a racionalidade econômica que marca o processo de modernização tardia no Brasil vai trazer demandas de aplicação dos conhecimentos psicológicos em diferentes campos da saúde, educação e o mundo do trabalho. A existência dessa orientação pragmática vai fomentar as abordagens e modelos aplicados da psicologia, como os testes e medidas do comportamento, nas instituições de saúde, educação e trabalho (JACÓ-VILELA, 1998). Nesse período o olhar está voltado para o desenvolvimentismo e a psicologia no Brasil é em grande medida dependente das teorias e métodos importados e adaptados ao contexto local. O descompasso entre a produção de saberes acadêmicos e os saberes da psicologia aplicada evidencia a necessidade de buscar referências próprias.

O grande esforço do GT expressa diferentes abordagens históricas e metodológicas que vão para além da identificação de registros historiográficos, contempla os estudos das ideias psicológicas na literatura do Brasil colonial (MASSIMI, 1998) e também os estudos biográficos dos personagens e contextos dessa produção, acervos e arquivos de instituições que contribuíram para a história da psicologia no Brasil ainda antes da existência oficial da profissão e dos cursos de formação (GUEDES, 1998; CAMPOS, 1998; GOMES, 1998; MANCEBO, 1998).

Esse material de pesquisa historiográfica, mostra a psicologia no Brasil antes da regulamentação profissional e da formação universitária. Quais eram as preocupações da área e a

influência externa de outras áreas como a medicina, a pedagogia e a filosofia na formulação das questões epistemológicas e teóricas no campo do psicológico (ROCHA, 2000). Alguns trabalhos de investigação trazem contribuições de natureza histórica, filosófica e epistemológicas em relação as principais abordagens teóricas na psicologia reconhecidas na época como influentes, o behaviorismo, a psicanálise e a fenomenologia (BUENO, 1998; FILHO, 1998; NETO, 2000).

A preocupação com o registro histórico das memórias e vivências que antecedem a formação dos cursos universitários e da profissão ocupa grande parte das atividades do GT de História da Psicologia nesse ciclo inicial.

Convidado internacional muito importante no VIII Simpósio foi o professor Josef Brosek, alinhado com as tendências contemporâneas da pesquisa histórica apresentou o panorama na literatura mundial e os desenvolvimentos institucionais e organizacionais no ensino e na pesquisa da história da psicologia, a investigação em arquivos e as metodologias qualitativas ampliando a compreensão sobre o oficio do historiador e a preocupação com as fontes históricas.

O SEGUNDO CICLO DAS PESQUISAS DO GT E OS DEBATES TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

O GT de História da psicologia experimenta a ampliação do seu campo de investigação, há o aumento do número de pesquisadores e grupos de pesquisa e também o interesse dos psicólogos e das instituições de formação. A participação de vários doutorandos apresentando trabalhos no IX Simpósio da ANPEPP, revela o aumento crescente do interesse pela área o que levou o grupo a definir como o seu tema de reflexão naquele momento as metodologias de pesquisa em história da psicologia. Como justificativa, o crescimento das publicações, teses, dissertações, coletâneas e livros e também a importância da pesquisa na formação inicial dos estudantes com a introdução do ensino da história da psicologia nos cursos de graduação e pós-graduação.

Nesse segundo ciclo, alguns trabalhos de pesquisa apresentados nos X Simpósio já acusam a presença de registros históricos sobre a psicologia social brasileira. Estudos da profa. Marisa Todescan Baptista sobre identidade na perspectiva histórico – dialética em cursos de graduação psicologia e os conteúdos do ensino da psicologia nos primeiros cursos na década de 1960 (BAPTISTA, 2004). A pesquisa da Profa. Elisabeth Bonfim analisa os cursos pioneiros de psicologia social ainda antes da existência e da regulamentação dos cursos de formação de psicólogos (BONFIM, 2004). Trabalho “intempestivo” o da profa. Heliana Conde Rodrigues

que toma na pesquisa como "analisador"[6] a vinda de Lapassade ao Brasil na década de 1970, um dos criadores do movimento da Análise Institucional e ativo militante do movimento de maio de 68 com tendências marxistas e anarquistas, trazendo temas como a luta anticolonialista, a afirmação da homossexualidade e a denúncia de todas formas de racismo (RODRIGUES, 2004). Também o trabalho genealógico, pesquisa da profa. Inês Loureiro que investiga as formas históricas dos cuidados de si e sua discussão pela psicanálise contemporânea e analisa o que está em jogo, a questão do sujeito, as diferentes possibilidades e composições da subjetividade na contemporaneidade (LOUREIRO, 2004).

Trabalhos críticos onde a história é mais do que os fatos passados, trata-se da construção de uma sociedade em transformação e que possibilita compreender as condições históricas dos saberes e práticas atuais com vistas as perspectivas futuras. Uma descoberta ambígua como assinala a prof. Ana Jacó-Villela pois ao lado de coisas conhecidas outras que foram ignoradas. "A história é um saber que permite desnaturalizar seu modo de apreensão atual de um desenvolvimento contínuo em direção ao panteão da ciência e revelar o jogo das forças que caracteriza a construção do conhecimento científico" (JACÓ-VILELA, 2002).

Temos também as pesquisas que comtemplam o uso de vários recursos metodológicos e técnicas de investigação, um "pluralismo metodológico" para usar uma expressão utilizada pela professora Massimi em suas pesquisas sobre a história das ideias psicológicas (MASSIMI, 2002). Ainda dentro de metodologias historiográficas mais conhecidas os estudos biográficos, estudos em arquivos e registros históricos, temos trabalhos com recortes temporais que remontam aos séculos anteriores, o estudo das teses do acervo da Faculdade de Medicina da Bahia (ROCHA, 2002).

Pesquisas sobre recepção e os efeitos das influências, das orientações teóricas de autores importantes através da construção de perfis biográficos e acesso a acervos e instituições no período estudado. Estudos biográficos de personagens e grupos que protagonizaram a recepção e disseminação de algumas vertentes da psicologia como a análise do comportamento, gestalt, psicanálise, a fenomenologia e a psicologia social (GOMES, 2002; ENGELMAN, 2002; FILHO, 2002; ABREU, 2004; BONFIM, 2004; CUNHA, 2004). Estudos da historiografia da psicologia e obras na formação dos estudantes, psicólogos e outras áreas como a educação

[6] Conceito criado originalmente por Felix Guattari e utilizado por um dos principais teóricos da Análise Institucional Francesa e se refere aquilo que faz a Instituição falar, revela os conflitos, sintomas e desvios de suas finalidades e objetivos originais, constituindo uma deriva institucional que pode ser, libidinal, organizacional e ideológica.

(CUNHA, 2002). E pesquisas sobre a análise dos discursos em fontes literárias das mais diversas e sobre a atuação dos agentes e instituições, que protagonizaram a história da psicologia em diferentes lugares do território nacional (CASTRO e JACÓ-VILELA, 2002)

Os trabalhos apresentados refletem a diversidade de orientações teóricas e metodológicas e de objetos de estudo. Um esforço crítico de algumas pesquisas aparece na caracterização do debate realizado na filosofia e história da ciência, que privilegia a história das tendências internas ao campo estudado e a ciência normal, o constante progresso e a maior precisão na descrição de seu objeto. Em outra direção temos trabalhos que buscam ultrapassar esse modelo de pesquisa tentando entender as relações entre o conhecimento científico e os fatores externos, que tornam possível a produção, desenvolvimento e difusão em diferentes contextos. Observa-se a presença no grupo de ambas orientações teóricas e metodológicas.

Ainda no X Simpósio participou como conferencista em uma mesa sobre o intercambio em pesquisa e a pós-graduação na América Latina, a Psicóloga Social da Universidade Central da Venezuela Maritza Montero, pioneira na construção de saberes e práticas no campo da psicologia comunitária. Embora não haja referências direta de sua participação no GT de História, seguramente preenche um espaço importante de construção da psicologia no Brasil, pois o olhar desde o início do processo colonizador esteve voltado predominantemente para os acontecimentos na Europa e os EUA.

No XI Simpósio em 2006, as atividades realizadas pelo GT de História resultam num intercâmbio mais efetivo e estreita colaboração com Universidades e o sistema Conselhos do CFP. A produção é expressiva, também o esforço do grupo para aprofundar temas e métodos e a abertura de espaços de comunicação e disseminação em eventos nacionais e internacionais.

Nesse momento, o empenho do GT de História da Psicologia em ampliar a pesquisa abrangendo regiões e períodos históricos é efetivo conforme o relatório[7] abaixo com a lista de publicações, núcleos de pesquisa, revistas especializadas e eventos produzidos pelo grupo:

1. História da Psicologia: Pesquisa, Formação e Ensino (organização de Regina Helena de Freitas Campos, São Paulo: EDUC, 1996);

2. Historiografia da Psicologia Moderna: Versão Brasileira (organização de Josef Brozek e Marina Massimi, São Paulo: Ed. Loyola, 1998);

[7] Esta relação é uma compilação da produção do GT – História da Psicologia extraída do relatório elaborado e apresentado pelo grupo que consta nos Anais do XI Simpósio de Intercâmbio e Desenvolvimento Científico da ANPEPP, 2006.

3. História e Historiografia da Psicologia: Revisões Novas Pesquisas (organização de Maria do Carmo Guedes e Regina Helena de Freitas Campos, São Paulo: EDUC, 1998);

4. Estudos em História da Psicologia (organização de Maria do Carmo Guedes e Regina Helena de Freitas Campos, São Paulo: EDUC, 1999);

5. História da Psicologia: novos estudos (organização de Marina Massimi e Maria do Carmo Guedes. São Paulo: Cortez e EDUC, 2004)

6. História da Psicologia no Brasil do século XX (organização de Marina Massimi). São Paulo: E.P.U., 2004)

7. História da Psicologia - rumos e percursos (organização de Ana Maria Jacó-Vivela, Arthur Ferreira Leal e Francisco Teixeira Portugal) Rio de Janeiro: Nau Editora, 2005.

8. Clio-Psyché – Paradigmas – Historiografia, psicologia, subjetividades (organização de Ana Maria Jacó-Vilela, Antônio Carlos Cerezzo e Heliana de Barros Conde Rodrigues) Rio de Janeiro: Dumará, 2003.

9. Josef Brozek: história e memória (1913-2004) (texto de Regina Helena de Freitas Campos e Marina Massimi) Memorandum v. 6, p.128-131, 2004.

10. A Faculdade de Medicina da Bahia no século XIX: a preocupação com aspectos de saúde mental (texto de Nádia Maria Dourado Rocha) Gazeta Médica da Bahia, Salvador, v.74, n. 2, p. 103-162, 2004.

11. Avaliação psicológica no Brasil: Tests de Medeiros e Albuquerque. (Texto de William B. Gomes) Revista Avaliação, São Paulo - SP, v. 3, n. 1, p. 59-68, 2004.

12. Psicologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (texto de Gustavo Gauer e de William B. Gomes). Porto Alegre: MuseuPsi, 2005.

13. Psicologia no Rio Grande do Sul (organização de William B. Gomes) Porto Alegre: MuseuPsi, 2005.

14. Aspectos históricos e contemporâneos na investigação do self. (Texto de Mariana Lima de Souza e William B. Gomes) Memorandum, Belo Horizonte - MG, v. 5, n. 9, p. 78-90, 2005.

15. As relações entre identidade, memória e a pesquisa da história da psicologia. (Texto de Marisa Todescam Dias da Silva Baptista) Memorandum, v. 4, 2003.

O interesse do Conselho Federal de Psicologia (CFP) pela recuperação e preservação da história da psicologia no Brasil - concretizado, a partir de 1999, em seu projeto “Memória da Psicologia Brasileira”, coordenado de 1999 até 2003 por Ana Maria Jacó-Vilela e, a partir de

2005, por Regina Helena de Freitas Campos, membros do GT – levou a que o CFP fizesse um convite de parceria ao GT, tendo este contribuído com várias atividades, quais sejam:

1. A realização do Dicionário Biográfico da História da Psicologia Brasileira – Pioneiros, coeditado pelo CFP e pela editora Imago em 2001, sob a coordenação de Regina Helena de Freitas Campos. O GT contribuiu com o planejamento, a pesquisa, a análise e confecção dos verbetes apresentados;

2. A participação no Conselho Editorial da Coleção "Pioneiros da Psicologia Brasileira", coeditada pelo CFP e a editora Imago, cujos volumes foram: Eliezer Schneider, Ulisses Pernambucano, Annita Cabral, Nise da Silveira, Franco Seminério, Paulo Rosas, Mathilde Neder, Madre Cristina, Raul Bricquet, Sílvia Lane, Antônio Gomes Penna, Dante Moreira Leite, Durval Marcondes, Arrigo Angelini, Therezinha Lins de Albuquerque, Anita Paes Barreto e Padre Benko.

3. A participação no Conselho Editorial da Coleção "Clássicos da Psicologia", coeditado pelo Conselho Federal de Psicologia e diversas editoras, cujos volumes lançados até o momento foram: Lourenço Filho, "Introdução ao estudo da Escola Nova" (EdUERJ); Antunes, Mitsuko (org.) – "História da Psicologia no Brasil – primeiros ensaios" (EdUERJ); Campos, Regina Helena (org.) "Helena Antipoff – coletânea" (Casa do Psicólogo); Arthur Ramos, "Introdução à Psicologia Social" (EdUFSC);

4. A realização ou supervisão de vídeos sobre pioneiros da Psicologia Brasileira, quais sejam: Eliezer Schneider, Franco Lo Presti Seminerio, Mathilde Neder, Arrigo Angelini, Antônio Gomes Pena, Mira y Lopes, Ulisses Pernambucano, Paulo Rosas, Antonius Benko, Therezinha Lins, Madre Cristina;

5. Ainda no âmbito do sistema Conselho, o GT prestou assessoria ao CRP/06 na proposta de estabelecimento de uma Linha do Tempo da Psicologia no Brasil.

As atividades desenvolvidas por membros do GT História em suas regiões:

1. Programa de Estudos e Pesquisas em História da Psicologia – Clio-Psyché, da UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), através das professoras Ana Maria Jacó-Vilela e Heliana Conde de Barros Rodrigues, tem realizado encontros anuais, desde 1998, acerca da história e da historiografia da psicologia no Brasil. O Programa deliberou, após a realização do V Encontro Clio-Psyché em 2002, que tais Encontros seriam bianuais, entre outros motivos para favorecer a publicação mais atualizada dos referidos encontros.

2. Grupo de História de Psicologia de Minas Gerais, com a liderança da profa. Regina Helena de Freitas Campos tem realizado encontro anual Helena Antipoff.

3. Grupo de História da Bahia, com a liderança da profa. Nádia Rocha, vem desenvolvendo um ativo programa de resgate de materiais, livros e teses, da Faculdade de Medicina da Bahia. Por intermédio de Rocha o GT tem se encontrado sistematicamente no Congresso Norte e Nordeste de Psicologia. Este ano o GT organizou uma atividade pré-congresso com duração de 4 horas, reunindo em torno de 30 estudiosos da história da psicologia.

4. Revista eletrônica Memorandum: Memória e História em Psicologia, criada em 2001 conta com a colaboração dos membros do GT no que diz respeito à direção e à comissão editorial e científica. A revista já está indexada e no número 9. Este trabalho conjunto tem contribuído para enriquecer a bibliografia brasileira na área e para divulgar no âmbito dos programas acadêmicos de graduação e pós-graduação em Psicologia os estudos produzidos pelo Grupo.

5. Inserção internacional - O GT tem articulado várias modalidades de intercâmbio internacional: visitas científicas, estágios em pesquisa, pós-doutorados no exterior, e estágios em pesquisa no âmbito da formação de jovens pesquisadores no nível de doutorado. Essas atividades têm resultado em programas de intercâmbio institucionais com centros importantes para o estudo da história da psicologia como o Centre Alexandre Koyré d'Histoire des Sciences et des Techniques, da École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris, os Archives de l'Institut Jean Jacques Rousseau, os Archives Jean Piaget, na Universidade de Genebra, e os Archives of the History of American Psychology, entre outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Existe uma história da psicologia no Brasil? Pergunta formulada pela profa. Regina Helena de Freitas Campos, uma das fundadoras do GT de História da ANPEPP, na apresentação do Dicionário Biográfico da Psicologia Brasileira, segunda edição, revista e ampliada, 2007. Em resposta a questão nos diz: - "nos acostumamos a pensar a ciência como algo que vem de regiões avançadas e deixamos de prestar atenção as características regionais de sua evolução. A pesquisa tem revelado que a interpretação sobre a mente e o comportamento humano está relacionado a processos sociais e culturais específicos".

Completada uma década desde a criação do GT de História em 1996, esse segundo período representa um salto qualitativo e organizacional.

De um lado, o campo "do psicológico" se amplia para além do marco fundacional, da construção identitária dos saberes e práticas da psicologia no Brasil. O grupo passa a indagar pelas condições de produção, desenvolvimento e disseminação dos conhecimentos em

diferentes contextos regionais. Busca a perspectiva de um saber histórico que permita desnaturalizar seu modo de apreensão convencional que é o da ciência normativa e revelar o jogo das forças presentes na construção do conhecimento científico.

De outro lado se aprofundam a diversidade de objetos de estudo, os campos de investigação e amplitude dos temas tratados. No aspecto organizativo o grupo se consolida e amplia a rede no território nacional e o intercâmbio na América Latina para além dos contatos já existentes com países Europeus e os EUA. Participa em eventos, visitas, estágios, da criação de periódicos especializados, acervos e amplia a prática da pesquisa nas atividades de ensino de história de psicologia nos cursos de graduação e pós-graduação. Um ciclo virtuoso e produtivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abreu, Norberto; Neto, Silva. (2004) A psicopatologia Fenomenológica de Eugène Minkowisk (1885-1972). Anais do X Simpósio da ANPEPP / GT -História da Psicologia. Aracruz/ES.

Andery, Maria Amália Abib; Micheletto, Nilza; Sério, Tereza Maria A. P. (1998) História da Psicologia: diversidade também de objetos? (In) História e Historiografia da Psicologia: revisões e novas pesquisas. (Org.) Maria do Carmo Guedes – Ed. EDUC. São Paulo/SP.

Antunes, Mitsuko Ap. M. (1998) A formação de profissionais de Psicologia anterior a lei 4119/62 a partir da narrativa de seus protagonistas. Anais do VII Simpósio da ANPEPP/ GT História da Psicologia. Gramado/RS.

Araújo, Saulo F. (2018) A integração entre a história da psicologia e a filosofia da psicologia como programa de pesquisa teórica (In) Pesquisa Teórica em Psicologia: aspectos filosóficos e metodológicos. (Orgs.) Araújo, Saulo F; Lopes, Carlos E; Laurenti, Carolina. Ed. Hogrefe. São Paulo/SP.

_____. (2016) A integração entre a História da Ciência e a Filosofia da Ciência: implicações metodológicas para a Historiografia da Psicologia. (In) História da Psicologia: tendências contemporâneas. Ed. Artesã. Belo Horizonte/MG.

Assis, Raquel M.; Peres, Sávio P. (org.) (2016) História da Psicologia: tendências contemporâneas. Ed. Artesã. Belo Horizonte/MG.

Baptista, Marisa T. S. (2000) A identidade de profissionais que atuaram como psicólogos antes de 1962, em São Paulo. Anais do VIII Simpósio da ANPEPP / GT -História da Psicologia. Serra Negra / SP.

_____. (2002) Identidade, Memória e História da Psicologia: questões metodológicas de pesquisa. Anais do IX Simpósio da ANPEPP / GT -História da Psicologia. Águas de Lindóia/ SP.

_____. (2004) A Identidade da Psicologia em São Paulo: tendências implementadas por dois cursos de graduação na década de 1960. Anais do X Simpósio da ANPEPP / GT -História da Psicologia. Aracruz/ES.

Bonfim, Elizabeth de Melo. (2004) Históricos Cursos de Psicologia Social no Brasil. Anais do X Simpósio da ANPEPP / GT -História da Psicologia. Aracruz/ES.

Boring, Edwin. (1950) A History of Experimental Psychology.2end ed. New York: Appleton-Century-Crofts.

Bueno, José |Lino Oliveira (1998) O Impacto dos avanços do estudo do comportamento sobre a crítica Merleau-Pontiniana da Psicologia Experimental. Anais do VII Simpósio da ANPEPP/ GT História da Psicologia. Gramado/RS.

Campos, Regina Helena F. (1998) A Psicologia em Genebra e os movimentos de defesa dos direitos da criança (1919-1950). Anais do VII Simpósio da ANPEPP/ GT História da Psicologia. Gramado/RS.

_____. (2002) História da Ciência, História da Psicologia: Modelos e Debates. Anais do IX Simpósio da ANPEPP / GT -História da Psicologia. Águas de Lindóia/ SP.
Castro, Alexandre C.; Jacó-Vilela, Ana Maria. (2002) O Machado do Alienista: a intertextualidade na Psicologia e na Literatura. Anais do IX Simpósio da ANPEPP / GT -História da Psicologia. Águas de Lindóia/ SP.

Cunha, Raquel Nunes da. (2002) O Ensino da Historiografia da Psicologia para curso de graduação. Anais do IX Simpósio da ANPEPP / GT -História da Psicologia. Águas de Lindóia/ SP.

_____. (2004) História da Análise do Comportamento no Brasil: perfis biográficos. Anais do X Simpósio da ANPEPP / GT -História da Psicologia. Aracruz/ES.

Engelmann, Arno. (2002) A procura de elementos e o retorno aos todos ou Gestaltens. Anais do IX Simpósio da ANPEPP / GT -História da Psicologia. Águas de Lindóia/ SP.

Filho, Raul Albino P. (1998) O método de Freud para produzir conhecimento: revolução na investigação dos fenômenos psíquicos? Anais do VII Simpósio da ANPEPP/ GT História da Psicologia. Gramado/RS.

_____. (2002) História da Ciência e Filosofia da Ciência: articulações. Anais do IX Simpósio da ANPEPP / GT -História da Psicologia. Águas de Lindóia/ SP.

_____. (2004) Psicanálise, Psicologia e Ciência: relações e conflitos. Anais do X Simpósio da ANPEPP / GT -História da Psicologia. Aracruz/ES.

Figueiredo, Luís Cláudio. (2011) Prefácio (In) Jacó- Vilela, Ana Maria; Leal, Arthur Arruda F; Portugal, Francisco T. (Org.) História da Psicologia: rumos e percursos. 2ª Ed. Coleção Ensino da Psicologia, v.3.Ed. Nau, 2011. Rio de Janeiro/RJ.

Gomes, Willian B. (1998) Efeito fundador e o desenvolvimento da Psicologia no Rio Grande do Sul. Anais do VII Simpósio da ANPEPP/ GT História da Psicologia. Gramado/RS.

Gomes, William B; Lhullier, Cristina; Gauer, Gustavo. (2002) Psicologia no Rio Grande do Sul. Anais do IX Simpósio da ANPEPP / GT -História da Psicologia. Águas de Lindóia/ SP.

Gomes, Willian B., Gauer, Gustavo, Alencastro, Luciano. (2004) Manuais de Introdução e de Psicologia Geral entre 1874 e 2000. Anais do X Simpósio da ANPEPP / GT -História da Psicologia. Aracruz/ES.

Guedes, Maria do Carmo. (1998) A criança de um Instituto de Psicologia da PUC-SP em 1950: um projeto da Psicologia ou da Igreja Católica? Anais do VII Simpósio da ANPEPP/ GT História da Psicologia. Gramado/RS.

_____. (2000) O Ensino da Psicologia Social no Brasil antes de 1962. Anais do VIII Simpósio da ANPEPP / GT -História da Psicologia. Serra Negra / SP.

Jacó-Vilela, Ana Maria. (1998) Arquivos Brasileiros de Psicotécnica e Boletim do Instituto de Psicologia. A Psicologia no Brasil Anais do VII Simpósio da ANPEPP/ GT História da Psicologia. Gramado/RS.

_____. (2000) A História da Psicologia no Rio de Janeiro. Anais do VIII Simpósio da ANPEPP / GT -História da Psicologia. Serra Negra / SP.

_____. (2002) Pesquisando a Psicologia no Brasil: abordagens e métodos. Anais do IX Simpósio da ANPEPP / GT -História da Psicologia. Águas de Lindóia/ SP.

Loureiro, Inês R. B. (2004) Algumas modalidades históricas de constituição do sujeito (o cuidado de si, a Bildung) e sua discussão pela psicanálise contemporânea. Anais do X Simpósio da ANPEPP / GT -História da Psicologia. Aracruz/ES.

Mancebo, Deise. (1998) Produção de subjetividades e formação: história dos cursos de Psicologia no Rio de Janeiro (1953 – 1979). Anais do VII Simpósio da ANPEPP/ GT História da Psicologia. Gramado/RS.

Massimi, Marina. (1998) A história da s ideias psicológicas no período colonial. Anais do VII Simpósio da ANPEPP/ GT História da Psicologia. Gramado/RS.

_____. (1999) O lugar dos conhecimentos psicológicos na cultura luso-brasileira do século XVI ao século XVIII. (In) Estudos em História da Psicologia. São Paulo, Ed. da PUC – EDUC/SP.

_____. (2002) Percursos Metodológicos em História das Ideias Psicológicas. Anais do IX Simpósio da ANPEPP / GT -História da Psicologia. Águas de Lindóia/ SP.

Neto, Norberto Abreu e Silva. (2000) História da Abordagem Fenomenológica no Brasil. Anais do VIII Simpósio da ANPEPP / GT -História da Psicologia. Serra Negra / SP.

Rodrigues, Heliana de Barros Conde. (2004) Um momento analisador na História da Análise Institucional no Brasil. A visita de Lapassade ao setor de Psicologia Social da UFMG, 1972. Anais do X Simpósio da ANPEPP / GT -História da Psicologia. Aracruz/ES.

Rocha, Nádia M. D. (2000) A preocupação com questões psicológicas nas teses da Faculdade de Medicina da Bahia no Século XIX. Anais do VIII Simpósio da ANPEPP / GT -História da Psicologia. Serra Negra / SP.

_____. (2002) Percurso Metodológico: a investigação histórica no Século XIX. Anais do IX Simpósio da ANPEPP / GT -História da Psicologia. Águas de Lindóia/ SP.

_____. (2004) A psicologia e as teses da Faculdade de Medicina da Bahia no Século XIX. Anais do X Simpósio da ANPEPP / GT -História da Psicologia. Aracruz/ES.

Waeny, Fernanda Costa. (2016) As relações entre psicologia e história na perspectiva da psicologia histórica: contribuições para a história e historiografia da psicologia. (In) História da Psicologia: tendências contemporâneas. Ed Artesã, 2016. Belo Horizonte/MG.

Set 2019

OBEDIÊNCIA

IAN PARKER

Publicado originalmente em: PARKER, I. Obedience. **Granta**: Shrinks, Londres, n. 71, p. 101-125, oct. 2000.

Tradução: André Elias Morelli Ribeiro, Universidade Federal Fluminense (UFF/Rio das Ostras)

Nota: A SBHP não possui exclusividade para tradução deste texto para a língua portuguesa, e a presente tradução não foi verificada ou validada pelo autor.

Milgram tinha uma exclusiva só dele. Ele havia conseguido filmar o mal. Ele inventou uma espécie de máquina de tortura. Mas não ficou claro de imediato o que ele deveria fazer com sua descoberta. Quando ele começou o estudo, ele não tinha uma teoria, nem planejava testar a teoria de outra pessoa. Sua ideia surgiu da contemplação de Solomon Asch, mas o momento "iluminado" de Princeton foi uma mudança da teoria para a prática experimental. Ele teve uma ideia para um experimento. Agora, ele estava em uma situação estranha: ele havia feito algo extraordinário mas, tecnicamente, sua observação central não contava para nada. Sem nenhuma provocação, uma pessoa de New Haven atingiu um cidadão com 450 volts. Para o observador geral, isso será uma surpresa, mas não é uma descoberta científica social, como Edward E. Jones, o importante editor do *Journal of Personality*, deixou claro para Milgram quando recusou o pedido para publicar seu primeiro trabalho. "O grande problema", escreveu Jones a Milgram, "é que este é realmente o relatório de algumas pesquisas-piloto sobre um método para induzir estresse ou conflito ... seus dados indicam uma espécie de triunfo da engenharia social ... realmente somos levados a concluir acerca da obediência, mas além disso o que realmente impressiona é o poder da sua situação experimental como um contexto de influência". O *Journal of Abnormal and Social Psychology* também rejeitou o artigo quando de sua primeira submissão, chamando-o de "demonstração", e não de experiência.

Milgram apenas descreveu uma situação experimental. Quando ele reenviou o artigo para o mesmo periódico, desta vez incluiu variáveis experimentais que o tornaram publicável. Na reescrita, Milgram enfatizava o modo como diferenças na situação de pesquisa causavam diferenças nos graus de obediência: quanto mais próximo o aprendiz do professor, maior a desobediência, e assim por diante. Do modo como este experimento saiu da psicologia social para o mundo, estes detalhes acabaram, mais tarde, perdidos. Mas dificilmente poderia ter acontecido de outra forma. A ideia de que as pessoas estavam se eletrocutando em um laboratório de Yale é certamente mais impressionante do que imaginar que uma agressão é menos provável quando se está olhando a vítima olho no olho. A verdade não científica, talvez, é que a comparação central no estudo de Milgram não é entre duas variáveis experimentais quaisquer: é entre

o que aconteceu no laboratório e o que imaginamos o que aconteceria. O controle experimental no modelo de Milgram é nossa intuição falhando miseravelmente.

"De alguma forma", disse Milgram a um amigo em 1962, "eu não escrevo com a mesma rapidez ou facilidade que realizo experimentos. Eu já preparei todos os experimentos que pretendo fazer sobre Obediência, estou impressionado com os resultados e agora me vejo gravemente constipado." Milgram achou difícil colocar o experimento no formato científico. Passaria mais uma década antes de ele incorporar suas descobertas em uma teoria acerca das fontes da obediência humana. Quando ele fez isso, no livro interessante e lindamente escrito *Obedience to Authority* (1974), seus pensamentos sobre um "estado de agente" - uma zona psicológica onde a autonomia é abandonada - não chamaram muita atenção nem foram desenvolvidas por seus pares, até porque os dados e as ideias eram evidentemente retrospectivos. A maioria dos leitores de *Obedience to Authority* são mais propensos a se interessar pelo reconhecimento dado a *The Ghost in the Machine*, de Arthur Koestler, e a Alex Comfort, poeta anarquista inglês, escritor e autor de *The Joy of Sex*. A maioria dos leitores sentirá mais prazer - e sentirá que Milgram teve mais prazer - nas descrições romanescas e extraordinariamente não científicas de seus temas experimentais. ("A sra. Dontz", escreveu ele, "tem um modo de falar em ritmo casual e incomum, e seu tom expressa uma humildade constante; é como se toda afirmação carregasse a emotiva mensagem: sou apenas uma pessoa bastante comum. não espere muito de mim. Fisicamente, ela se parece com Shirley Booth no filme Come Back, Little Sheba."

Mas enquanto Milgram estava lutando para colocar suas descobertas em um contexto científico apropriado, elas pareciam ter encontrado um lar natural em outro lugar. Stanley Milgram - um jovem professor de psicologia social no início de sua carreira - parecia estar em posição de contribuir para uma das atividades intelectuais mais urgentes do final do século XX: dar sentido ao Holocausto. Milgram sempre colocou os experimentos nesse contexto, e a figura de Adolf Eichmann, que foi capturado em Buenos Aires na primavera de 1960, e cujo julgamento em Jerusalém começou um ano depois, pairou sobre seus procedimentos. (Em uma carta que pedia Alan Elms a manter o fornecimento de voluntários para experimentos, Milgram observou que esse papel tinha "alguma semelhança com a posição de Eichmann".) O julgamento, como Peter Novick escreveu recentemente em *The Holocaust in American Life*, marcou "a primeira vez que o que hoje chamamos de Holocausto foi apresentado ao público americano como uma entidade em si, distinta da barbárie nazista em geral." Quando Milgram publicou seu primeiro artigo em estudos sobre obediência em 1963, os artigos de Hannah Arendt sobre o julgamento tinham acabado de aparecer no New Yorker, e em seu livro Eichmann em Jerusalém, e eles haviam dado ampla divulgação à sua percepção sobre "a banalidade do mal." Milgram

colocou o nome de Eichmann no primeiro parágrafo de seu primeiro artigo sobre obediência, e assim reivindicou um lugar em um importante debate contemporâneo. Seu argumento era o seguinte: seu estudo mostrou como as pessoas comuns são surpreendentemente propensas à obediência destrutiva; os crimes do Holocausto haviam sido cometidos por pessoas obedecendo ordens; essas pessoas, portanto, agora poderiam ser consideradas comuns. O argumento tinha um elemento aterrorizante, bem como um elemento consolador: de acordo com Milgram, os americanos tinham que se ver como assassinos em potencial; ao mesmo tempo, podíamos entender que os nazistas não eram mais incomuns do que qualquer cara de New Haven usando camisa xadrez.

Pode parecer bizarro agora: Milgram retomou os nazistas do tribunal de Nuremberg, mas devidamente reconfigurados em um laboratório americano. Mas a ideia causou grande repercussão, e as notícias rapidamente se espalharam sobre os bem-intencionados torturadores americanos de Milgram. "Uma vez estabelecida a conexão [com o Holocausto]", disse Arthur G. Miller, um importante estudioso da Milgram, "os experimentos assumiram uma espécie de realidade maior que a da vida real." O trabalho de Milgram foi relatado no *The New York Times* (65% dos sujeitos no teste obedecem cegamente a fim de infligir dor), e a história foi rapidamente capturada pela *Life*, *Esquire*, *ABC*, *UPI* e pela imprensa britânica. A fama dos experimentos se espalhou e, quando os anos sessenta adquiriram seu espírito de definição, as referências do Holocausto foram acompanhadas por pensamentos de *My Lai*; Este foi um bom momento na história para ter coisas a dizer sobre a obediência a ordens. Quando Milgram publicou seu livro e lançou um curta-metragem do experimento, suas descobertas se espalharam para a cultura popular e para discussões teológicas, médicas e jurídicas. Thomas Blass, psicólogo social da Universidade de Maryland, no Condado de Baltimore, que está preparando uma biografia de Milgram, tem uma grande coleção de referências acadêmicas, incluindo um artigo no contexto da ética contábil. (É o obedecer sem pensar que faz os contadores agirem ilegalmente em nome dos clientes?) Fora da academia, Dannie Abse publicou uma peça anti-Milgram, *The Dogs of Pavlov*, em 1973, e dois anos depois, nos Estados Unidos, a CBS transmitiu uma televisão filme, *The Tenth Level*, que mostra um estranho melodrama sobre os experimentos de obediência, e estrelou William Shatner como uma versão assustadoramente obcecada e romanticamente desvairada do professor Milgram. ("Você pode conhecer sua psicologia social, Professor, mas você tem muito a aprender sobre as diferentes formas de fazer massagem.") Peter Gabriel cantou *We Do What We Told (Milgram's 37)* em 1986. E haveria mais do que o cheiro de Milgram no episódio de 1990 de Os Simpsons, *There's No Disgrace Like Home*, em que os membros da família se eletrocutam repetidamente até que as luzes de Springfield piscam e se

apagam. No ano passado, *The Stanley Milgram Experiment* - um dueto de comédia - fez sua estreia em Nova York. Robbie Chafitz, um dos atores, tinha ficado surpreso e achou engraçado o filme de Milgram quando o assistiu, ainda na adolescência, e sempre prometeu usar aquilo de alguma forma. Além disso, como ele me disse, "qualquer coisa que junte eletricidade e pessoas é engraçado."

Porém, por mais famosas que as experiências tinham se tornado, havia uma pergunta que eles nunca conseguiam se livrar. Era uma questão ética: Stanley Milgram maltratara seus sujeitos de pesquisa? Milgram deve ter visto a tempestade se aproximando, pelo menos a partir do momento em que Herbert Winer entrou em seu escritório, falando sobre ataques cardíacos. No verão de 1962, outros sujeitos registraram seus sentimentos sobre o experimento em resposta a um questionário enviado por Milgram, juntamente com um relatório explicando o verdadeiro objetivo do experimento. As respostas foram transferidas para fichas, agora mantidas - inéditas e anônimas - em Yale. "Desde que participei do experimento", podemos ler em uma dessas fichas, "sofri um ataque cardíaco leve. A única coisa que meu médico me disse que devo evitar é qualquer forma de tensão". Em outro cartão lê-se: "No momento, estou fazendo terapia de grupo. Tudo bem se eu mostrasse esse relatório ao grupo e aos médicos da clínica?"

Desde então, o experimento tem sido amplamente atacado, tanto de dentro quanto de fora da profissão. Para muitos, Milgram se tornou um demônio da psicologia social; Alan Elms conheceu pessoas em confraternizações que se afastavam quando descobriam que ele era um associado de Milgram. O psicólogo Bruno Bettelheim descreveu o trabalho de Milgram como "vil" e "alinhado às experiências dos nazistas com seres humanos". Em sua defesa, Milgram sempre destacava os resultados de estudos psicológicos pós-experimentais - que haviam mostrado existir "nenhuma evidência de consequências traumáticas" - e o fato de as entrevistas conduzidas no Linsly-Chittenden Hall, que fica na Universidade de Yale, terem incluído motivos para que os sujeitos obedientes não se sentissem mal consigo mesmos. Eles foram instruídos a lembrar, por exemplo, que os médicos rotineiramente machucam as pessoas por uma boa causa. (Alan Elms se pergunta se essa entrevista não foi muito eficaz e se os sujeitos deveriam ter sido obrigados a confrontar suas ações mais claramente.)

Mas Milgram nunca venceu de verdade o problema do argumento ético. E a controvérsia foi imediatamente prejudicial para sua carreira. Alguém - talvez um colega de Yale, segundo Thomas Blass - rapidamente alertou a Associação Americana de Psicologia sobre o experimento, e o pedido de Milgram para ser membro da APA foi adiado no período em que o caso contra ele ainda era analisado. Hoje, embora a APA tenha prazer em incluir a máquina de choque de Milgram em uma exposição sobre psicologia, foi necessário o cuidado de descrever os

experimentos como "controversos" na literatura que acompanha a peça. Como a APA aponta, as diretrizes éticas modernas (em parte inspiradas por Milgram) impedem que tais estudos sobre obediência possam ser repetidos hoje.

A controvérsia o seguia. Em 1963, Milgram deixou Yale para assumir uma posição em Harvard. Ele estava feliz lá. Foi quando nasceram seus dois filhos. E quando surgiu um emprego, ele se candidatou. Mas ele precisava do apoio unânime de seus colegas, coisa que ele não poderia assegurar. Ele foi prejudicado por inimigos de seu trabalho sobre obediência. (De acordo com Alexandra Milgram, seu marido uma vez inventou um jogo de tabuleiro baseado no mandato de professores universitários.) O falecido Roger Brown, um proeminente psicólogo de Harvard, disse a Thomas Blass que no departamento havia quem via Milgram como "uma espécie de manipulador ou médico louco. Eles se sentiam desconfortáveis com ele."

Assim, em 1967, Stanley Milgram deixou Harvard para se tornar chefe do programa de Pós-Graduação em psicologia social do departamento de psicologia da Universidade da Cidade de Nova York (CUNY). Em certo sentido, era uma promoção; ele tinha se tornado professor titular aos trinta e três anos. "Mas depois de Yale e Harvard, apareceram os problemas", disse o amigo e colega psicólogo social, Philip Zimbardo. "A maioria das pessoas que conheço que não possuíam recursos próprios, tiveram um efeito permanente em suas vidas. Você não chega a Yale ou Harvard a menos que tenha sido o número um do jardim de infância em diante, está no topo - então aparece essa descontinuidade. É a primeira vez na sua vida que você falha. Você é Stanley Milgram, e pessoas de todo o mundo estão falando sobre suas pesquisas, e você falhou." Milgram foi o autor mais citado em psicologia social - Roger Brown, por exemplo, considerou sua pesquisa de "profunda importância e originalidade" - mas Milgram, mais tarde, disse à Zimbardo que se sentia subestimado.

Um furor ético perturbava a mente de Milgram - na opinião de Arthur G. Miller, pode ter contribuído para sua morte prematura -, mas um de seus curiosos efeitos colaterais foi reforçar a autenticidade de seus estudos nos departamentos de psicologia mundo fora. Quem conhecesse superficialmente algo sobre Milgram, certamente saberia sobre os maus-tratos com voluntários nos experimentos do psicólogo. Os estudos permaneceram intelectualmente sólidos, um elemento básico do pensamento ocidental, e um assunto ótimo para uma conversa numa festa regada a bebida. "As pessoas identificaram o problema com Milgram como apenas uma questão sobre ética", diz Henderikus Stam, da Universidade de Calgary, no Canadá, que foi treinado como psicólogo social, mas que perdeu a fé na área e agora é um teórico e historiador da psicologia. "Então, de certa forma, as pessoas nunca vão além desta parte. Contudo, há uma

questão epistemológica mais profunda, que é: o que podemos realmente saber quando realizamos um experimento como esse? O que fica? O que aprendemos sobre obediência?"

Dentro da academia, havia outra linha crítica, mais silenciosa, contra Milgram: o problema metodológico. Em um artigo em 1968, os psicólogos sociais Martin Orne e Charles Holland levantaram a questão da incongruência, apontando que os sujeitos de Milgram receberam duas informações importantes: um homem em aparente perigo e outro homem - que estava vestindo um jaleco - cuja falta de preocupação evidente sugeria que não havia perigo. Parecia possível que os sujeitos obedientes tivessem acreditado na informação mais plausível (sem perigo) e, portanto, concluíram, em algum nível consciente ou semi-consciente, que o experimento era falso e - em um "pacto de ignorância" - foi generoso o suficiente para desempenhar um papel em prol da ciência. Em outras palavras, eles estavam apenas obedecendo às exigências de um drama barato.

Talvez esquecendo que as pessoas choram no cinema, a resposta de Milgram foi argumentar que os sinais que os sujeitos apresentavam de angústia ou tensão - os batimentos rápidos e agitados - poderiam ser tomados como evidência de que eles haviam aceitado a realidade do experimento. Ele também baseou-se no questionário que havia enviado em 1962, no qual seus voluntários - agora totalmente informados - foram solicitados a concordar com uma das cinco proposições desde "Eu acreditava plenamente que o aprendiz estava tendo choques dolorosos" até "Eu estava certo de que o aluno não estava recebendo os choques". Milgram ficou satisfeito ao notar que três quartos dos sujeitos disseram acreditar que o aluno estava definitivamente ou provavelmente recebendo os choques. (Ele ainda acrescentou, com razão: "Teria sido fácil, neste momento, negar que a fraude tivesse sido aceita").

Herbert Winer diz que foi totalmente enganado, e Alan Elms me disse que, observando através do espelho durante o verão de 1961, ele viu muito pouca evidência de descrença entre os participantes. Mas vale a pena ressaltar que Milgram poderia ter relatado suas estatísticas de questionário de forma bastante diferente. Ele poderia ter dito que apenas cinquenta e seis por cento aceitaram sua primeira proposição: "Acreditava plenamente que o estudante estava sofrendo choques dolorosos." Quarenta e quatro porcento dos participantes de Milgram afirmaram estar parcialmente não-persuadidos. (De fato, em seu próprio questionário, Winer disse que tinha algumas dúvidas.) Essas pessoas não têm muita presença nos escritos de Milgram, mas você as vê nas fichas na Biblioteca de Yale. Em uma delas é possível ler o seguinte: "Eu tinha certeza que 'grunhidos e gritos' eram eletricamente reproduzidos de um alto-falante montado na sala dos alunos". (Eles realmente eram.) "Se [o aprendiz] estivesse fazendo os sons, eu deveria ter ouvido os gritos de debaixo da porta - que era uma porta ruim, fininha. Lamento por não ter

tido sei lá o que o suficiente para me levantar e abrir a porta. Que, aliás, não estava trancada. Para ver se o aluno ainda estava lá." Em outro cartão: "Eu acho que uma das principais razões pelas quais eu continuei até o fim foi que ... eu simplesmente não conseguia acreditar que Yale inventaria qualquer coisa que fosse tão perigosa quanto os choques pareciam ser." Outro sujeito havia notado como o experimentador estava observando-o, em vez de olhar para o aprendiz. Outro não tinha entendido por que ele não podia se voluntariar para ser o aprendiz. E outro escreveu: "Eu tive dificuldade em descrever o experimento para minha esposa, já que eu estava com uma crise de riso - não tive uma risada tão boa desde a primeira vez que vi o 4 Marx Bros - uns 25 anos atrás".

Para um experimento que envolvia a tortura sem sentido de um inocente descendente de irlandeses, houve muitas risadas no Laboratório de Interação de Yale. Frequentemente, os sujeitos de Milgram mal conseguiam se conter quando subiam na prancha de choque. ("Em uma ocasião", escreveu Milgram posteriormente, "observamos um tremor tão violentamente convulsivo que foi necessário interromper o experimento".) Por trás dos espelhos, Milgram e Elms às vezes se divertiam bastante. E hoje, quando os alunos são exibidos no filme original de Milgram, costuma haver estridentes risadas na sala. As pessoas riem e - apesar da possível revelação da existência de um coração obscuro potencialmente universal - vão para casa tendo perdido um pouco fé em seus amigos e familiares.

Segundo Henderikus Stam, o riso dos estudantes, e talvez o dos sujeitos, é uma resposta normal a uma situação absurda. É uma reação à noção de que sérias e complexas noções morais, e as sutilezas do comportamento humano, podem ser razoavelmente esclarecidas através da dramatização em um laboratório universitário. O experimento não faz nada além de explicar a si mesmo. "O que ele faz é dizer: 'Nós não somos espertos?' Se você quisesse demonstrar obediência à autoridade, não seria melhor mostrar um filme sobre o Holocausto ou trechos de notícias sobre a guerra no Kosovo? Por que você precisa de um experimento? Eis a questão. O que o experimento faz? O experimento diz que, se para realmente pesquisar sobre a obediência à autoridade, precisamos de uma representação abstrata dessa obediência, removida de todas as formas reais de abuso de autoridade. Mas o que fazemos então é usar essa representação para remeter aos exemplos históricos reais."

O que acontece quando as referências são exemplos históricos? Leitores de *Hitler's Willing Executioners*, estudo de Daniel Jonah Goldhagen sobre a cumplicidade de cidadãos alemães comuns no Holocausto, aprenderam em um parágrafo de texto escrito por um policial alemão, o capitão Wolfgang Hoffmann, um "zeloso executor dos judeus", que "uma vez desobedeceu a um superior ordem que ele considerou moralmente censurável". A ordem era que ele

e os membros de sua empresa assinassem uma declaração concordando em não roubar dos poloneses. Hoffmann se sentiu ofendido por pensarem que tal declaração fosse necessária, que alguém pudesse imaginar que seus homens fossem capazes de roubar. "Sinto-me atingido", escreveu ele a seus superiores, "no meu senso de honra". A morte genocida de milhares de judeus era uma coisa, mas a pilhagem dos poloneses era outra. Ali estava uma ordem a que ele se opunha e que ele se sentia capaz de desobedecer.

Goldhagen se irrita com o que ele chama de "o paradigma da compulsão externa", que define as ações dos autores do Holocausto no contexto psicossocial ou de forças estatais totalitárias. Seu livro tem como objetivo mostrar como os crimes do Holocausto foram praticados por pessoas que obedeciam a suas próprias consciências, e não por cegueira ou temor. "Se você acha que certas pessoas são más", ele me disse, "e que é necessário acabar com elas - se você as odeia - e alguém ordenar que você as mate, você não está realizando a ação apenas porque alguém mandou. Você está cumprindo porque acha que está certo. Portanto, em todos os casos em que as pessoas matam pessoas que odeiam - seus inimigos ou quem percebem por inimigos -, Milgram é completamente inaplicável."

Goldhagen se pergunta se a abordagem de Milgram sobre o Holocausto atendeu a uma necessidade específica, durante a Guerra Fria, de que "podemos falar bem" dos novos aliados alemães da América. Ele também se pergunta se, privando as pessoas de sua capacidade de agir, "do fato de que eles são seres morais", o experimento explorou um tipo de universalismo reducionista pelo qual, diz ele, os americanos são facilmente seduzidos - a crença de que todos os homens são criado iguais e, neste caso, igualmente obedientes. Goldhagen não acredita, em hipótese nenhuma, na ideia de que Milgram estava medindo a obediência. As condições experimentais não controlavam adequadamente outras variáveis, como a confiança, nem permitiam verificar a maneira como as decisões são tomadas no mundo real – após um tempo, depois de fazer uma consulta para verificação. Além disso, disse Goldhagen, num tom próximo à exasperação, "as pessoas desobedecem o tempo todo! Olhe a seu redor. As pessoas sempre pagam todos os seus impostos? Fazem o que seus chefes lhes dizem? Ou aceitam tranquilamente qualquer coisa que o governo venha a decidir? Mesmo com todos tipos de sanções disponíveis, um dos maiores problemas que as instituições enfrentam é fazer com que seus membros cumpram as regras e ordens". As descobertas de Milgram, diz ele, "são a todo momento, repetidamente, gritantemente até, falsificadas pela vida".

Na opinião do professor Stam, isso se aproxima da definição dos problemas da própria psicologia social. É uma disciplina, diz ele, que faz a afirmação peculiar de que "se você deseja fazer perguntas sobre o mundo social, precisa transformá-las em questões técnicas abstratas".

O experimento de Milgram, diz ele, "tem um ar de cientificidade. Mas não é científico, é ... coisa de cientista".

E existe o problema de Milgram: ele inventou uma poderosa peça de teatro laboratorial tragicômico e, em seguida, teve que introduzi-la na faculdade de ciências sociais. Seu trabalho mais famoso - que tinha a ver com confiança, vergonha, leve sadismo, vontade de agradar, respeito exagerado pela pesquisa científica no pós-guerra, o sonolento prazer de ser convidado a participar e, talvez também, o desejo de um jovem acadêmico bastante desajeitado de garantir atenção e respeito - tinha que passar ele próprio por um evento com um significado único e duradouro. E esse disfarce nem sempre foi convincente. É estranho ouvir Arthur G. Miller - um dos principais estudiosos de Milgram do mundo - reconhecendo que houve momentos em que ele se perguntou, se os experimentos talvez não significassem nada.

Mas a faculdade de psicologia social não está pronta para deixar Milgram simplesmente sair pela porta. E pode haver uma nova maneira de salvar os experimentos de sua ambiguidade desajeitada. Este é o caminho utilizado professores Lee Ross e Richard E. Nisbett (em Stanford e na Universidade de Michigan, respectivamente), cuja recente síntese do pensamento psicológico social visa dar ao sujeito um novo poder. De acordo com o professor Ross, os experimentos podem ser "performáticos", mas eles ainda têm informações de psicologia social para transmitir. Se isso é verdade, então podemos fazer algo que o falecido professor nem sempre foi capaz de fazer por si mesmo: podemos fazer uma espécie de reconciliação entre o artista e o cientista que habitavam Stanley Milgram.

Ross e Nisbett encontram um lugar para Stanley Milgram na nata da psicologia social. Fizeram isso de modo astuto, tomando a ideia de obediência - a grande novidade de Milgram - e colocando-a de lado, silenciosamente. Quando Ross ensina sobre Milgram em Stanford, ele faz questão de dar aos seus alunos instruções detalhadas sobre como eles devem se preparar para as aulas - instruções que ele sabe que serão totalmente ignoradas. Então ele se coloca na frente de seus alunos para analisar sua desobediência. "Eu pedi a você para fazer algo que é bom para vocês, e não ruim", diz ele. "E eu sou uma autoridade legitimada, e não um qualquer, e na verdade tenho um poder que o próprio experimentador de Milgram não tinha. E mesmo assim vocês não obedeceram. Então o estudo não pode ser sobre obediência, apenas." O estudo é sobre, Ross diz a seus alunos - e também pode ser sobre outras coisas - o poder extremo de uma situação que foi construída sem quaisquer rotas óbvias de fuga. (Como Herbert Winer disse: "Em nenhum momento houve uma pausa ou pausa quando qualquer coisa poderia ser levantada" "Não havia realmente nenhuma saída", Ross me disse, "não havia canal para a desobediência. As pessoas que estavam desconfortáveis, aquelas que queriam desobedecer, não

sabiam como fazê-lo. Eles fizeram algumas tentativas tímidas, e isso não as levou a lugar algum. Para desobedecer, as pessoas precisam sair de toda a situação e dizer ao pesquisador: 'Vá para o inferno! Você não pode me dizer o que fazer! Enquanto elas continuarem presas dentro desse relacionamento, eles pedirão ao pesquisador permissão para não dar choques, e enquanto o pesquisador negar essa permissão, os sujeitos não têm saída. Eles não sabem como escapar disso. "Ross suspeita que as coisas teriam saído de maneira muito diferente se fosse feita uma modificação no experimento. É uma mudança bastante grande: a adição de um botão vermelho gigante bem no meio da mesa, junto de um aviso claramente exibido, assinado pelo "Comitê de Pesquisas com Seres Humanos", explicando que o botão pode ser pressionado "por qualquer sujeito, em qualquer experimento, a qualquer momento, se ele ou ela se recusar absolutamente a continuar".

De acordo com Ross e Nisbett (que estão dizendo algo que Milgram com certeza sabia, mas que ele preferiu esquecer), os Experimentos sobre Obediência nos apontam para uma grande verdade psicológica social, talvez a grande verdade, que é a seguinte: as pessoas tendem a fazer coisas por conta de onde elas estão, e não por quem são, e demoramos a perceber isto. Procuramos traços de caráter para explicar as ações de uma pessoa - ele é inteligente, tímido, generoso, arrogante - e subestimamos teimosamente a influência da situação, como as coisas aconteceram naquele momento. Então, se as circunstâncias tivessem sido levemente diferentes (se ela não estivesse atrasada; se ele tivesse dito que o filme era uma comédia), o comportamento poderia ter sido radicalmente diferente. Então, sob certas circunstâncias controladas, as pessoas podem ser induzidas a se comportarem mal: nessa medida, Milgram pode ter algo a dizer sobre uma espécie de obediência destrutiva. Mas, em outras circunstâncias, o professor Ross me prometeu que as mesmas pessoas seriam gentis. Dada a situação correta, disse ele, poderíamos ser levados a fazer "coisas terrivelmente altruístas e abnegadas com as quais nunca teríamos concordado antes de começar".

Assim, o experimento que nos incomodou por quase quarenta anos e que levou Milgram a ter pensamentos sombrios sobre a vulnerabilidade dos EUA ao fascismo, de repente tem uma nova aparência. Agora, é sobre a influência de qualquer situação no comportamento, bom ou ruim: "Você para na estrada para ajudar alguém", disse o professor Ross, "e então a ajuda que você tenta dar se mostra insuficiente, então você dá uma carona para a pessoa e acaba emprestando dinheiro ou deixando que ela fique em sua casa, não porque essa era a pessoa com a qual você mais se importava no mundo, é porque uma coisa leva à outra. Passo a passo."

Essa é a situação de Milgram. "Podemos pegar pessoas comuns", disse Ross, "e fazê-las mostrar um certo grau de obediência ou conformidade - ou, se for o caso, altruísmo ou

coragem, tanto faz - até num grau que você normalmente entenderia ser possível em poucas pessoas. E isso é relevante para nos dizer do que somos capazes de fazer as pessoas fazerem, mas também nos diz que, quando observamos o mundo, geralmente cometemos um erro de atribuição, porque muitas vezes os fatores situacionais são opacos para nós e, portanto, estamos fazendo inferências errôneas sobre as pessoas. O governo da África do Sul diz: 'Podemos lidar com esse sujeito, Mandela?' e a resposta é: 'Não, ele é um terrorista'. Mas um psicólogo social diria: 'Mandela, em um contexto, dado um conjunto de situações, era terrorista'." Segundo Ross, essa é a principal lição da psicologia social; é assim que a disciplina pode ser útil na educação, no local de trabalho e no direito. "Nossa ênfase", diz ele, "deve ser a criação de situações que promovam o que queremos promover, em vez de procurar incessantemente a pessoa certa. Não assuma que as pessoas que cometem atrocidades são pessoas atrozes ou que as pessoas que fazem coisas heroicas são heróis. Não se empolgue demais; não pense, porque você observou alguém sob um conjunto de fatores situacionais discretos, que sabe como eles são e, portanto, pode prever o que eles fariam em um conjunto muito diferente de circunstâncias."

É difícil não pensar em Stanley Milgram em outro conjunto de circunstâncias - imaginar as carreiras que ele não teve no cinema ou no teatro, e imaginar como as coisas teriam acontecido se o trabalho dele aparecesse em outra época ou tivesse sido lido de modo um pouco diferente. Agora podemos colocar os Experimentos sobre Obediência em algum lugar próximo ao centro do projeto psicológico social, mas não foi assim nos últimos anos da vida de Milgram. Ele não conseguiu garantir sua posição em Harvard. Desapontado, mudou-se para Nova York, supondo que logo iria embora novamente, para assumir um cargo em uma instituição mais glamorosa. Mas ele ainda estava na CUNY dezessete anos depois, no momento de sua morte prematura. "Ele esperava que fosse apenas por cinco anos", me contou Alexandra Milgram, "mas as coisas ficaram muito mais difíceis de se mudar para outros lugares. Você ficou feliz por ter o que tinha. E ele estava feliz por fazer o trabalho que ele fez. Não acho que ele tenha sido tão feliz na universidade quanto em, digamos, Harvard, mas ele era uma pessoa muito independente: ele tinha suas ideias, sua pesquisa ".

A pesquisa levou Milgram a uma espécie de exílio interno. Confirmando sua reputação de renegado da psicologia social, ele prosseguiu um trabalho que, embora muitas vezes brilhantemente concebido e elegantemente relatado, pudesse parecer excêntrico e antiquado para os colegas, e corria o risco de parecer colocar o método à frente do significado. "Ele tinha uma iluminação e depois a queimava", diz o professor Miller, "e depois passava para outra coisa". Ele enviou seus estudantes (jovens e saudáveis) para o metrô de Nova York para pedir às pessoas que desistissem de seus assentos. Ele foi coautor de um artigo sobre as virtudes da Câmera

Escondida, o programa de TV, como um arquivo universitário sobre comportamento humano. Antecipando a peça Seis Graus de Separação, ele estudou o fenômeno do "mundo pequeno", investigando as cadeias de conhecimento que ligam dois estranhos. Ele tirou fotografias de passageiros no trem e mostrou-lhes quem viajava na mesma rota, para explorar a noção de "estranhamente familiar". Em um experimento conduzido em 1971, caro, elaborado e, por fim, inconclusivo, ele explorou os vínculos entre atos antissociais vistos na televisão e atos semelhantes na vida real, fazendo com que a CBS produzisse e transmitisse duas versões de um drama hospitalar de sucesso, o *Medical Center*. Ele pediu aos alunos que tentassem dar dinheiro na rua. Ele testou o quão fácil era para as pessoas caminharem entre um fotógrafo da calçada e seu modelo. E quando ele estava se recuperando de um de uma série de ataques cardíacos, ele fez um estudo informal da psicologia social de ser um paciente do hospital. Ele tinha apenas cinquenta e um anos quando morreu.

Certa vez, pouco antes de os Experimentos sobre Obediência começarem, Milgram escrevera a Yale sobre seu medo de ter feito escolhas erradas na carreira. "É claro", disse ele a um amigo, "Estou feliz que o presente trabalho às vezes engaje meus interesses genuínos, ou pelo menos parte deles, mas há outra parte que permanece oculta e de alguma forma, talvez porque não seja dita, parece mais importante ". Ele descreveu sua rotina: sair da cama, arrastando-se para a sala de aula "onde eu me deformo por duas horas como um homem eficiente e perseverante da ciência ... eu não deveria estar aqui, mas na Grécia filmando filmes sob um Mediterrâneo sol, pulando em um pequeno barco de uma ilha para outra no Mar Egeu". Ele acrescentou, em um espírito cômico de auto-depreciação, "Tolo!"

Set 2019

FECHNER'S PSYCHOPHYSICS AND HIS SCIENTIFIC PROGRAM

DAVID K. ROBINSON

ABSTRACT

Gustav Theodor Fechner (1801-1887) is well known to psychologists as the founder of psychophysics, a set of methods for empirically relating measured sensory stimulus to reported sensation. However, few people pay much attention to his philosophy of science. Fechner would be disappointed to find out that he is remembered merely for psychophysics as psychologists understand it today. He envisioned psychophysics—both outer and inner psychophysics—as the key to the broadest kind of scientific worldview, the study of the relationship between the material world and the mental world (indeed the spiritual universe; in German, die geistige Welt).

The preface of Fechner's 1860 masterwork, Elements of psychophysics, states, "[I]t is an exact theory of the relation of mind to body. …As an exact science psychophysics, like physics, must rest on experience and the mathematical connection of those empirical facts that demand a measure of what is experienced or, when such a measure is not available, a search for it." (1966, p. xxvii) In that definition, Fechner reveals his view of natural science, and how psychophysics was meant to expand the range of natural science and the scope of its achievements. Fechner's influence emerged during the mid-nineteenth century, as the physical and medical sciences were achieving great breakthroughs and establishing fundamental and unifying concepts; this was especially true in Germany, including the city where he came to study and remained for the rest of his life, Leipzig. Fechner was one of the most enthusiastic and optimistic believers in unifying concepts of science.

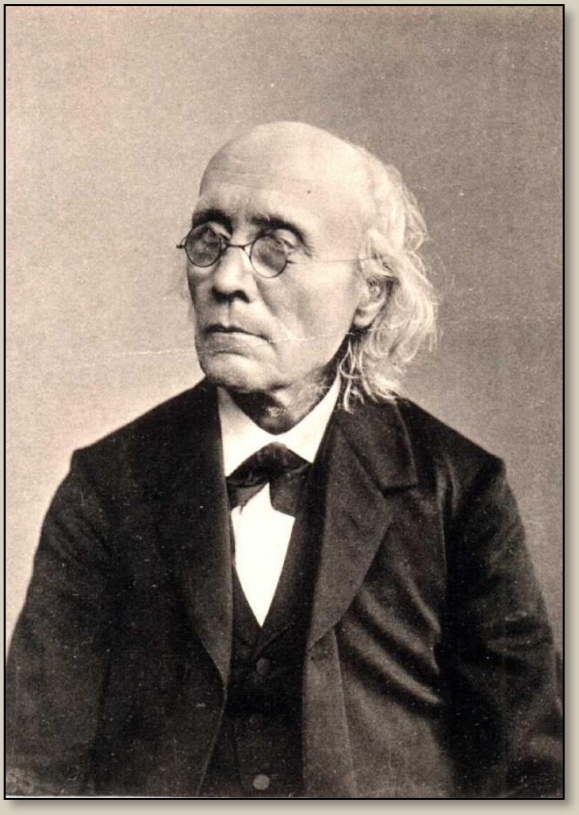
Fechner's psychophysics gave important impetus to psychometrics and experimental psychology; he also proposed a statistical approach to aesthetics and a "theory of collectives" that pointed toward statistical interpretations of many (perhaps all) areas of experience. In his early career he was a central figure in German physics and an early supporter of the atomic theory of matter as well as Darwinian evolution. His profoundly spiritual ideas, however, were out of step with the science of his time. This aspect of Fechner's thought is evident in his inner psychophysics, where he searched for the full measure of "what is experienced."

Keywords (5-10): psychophysics, inner psychophysics, quantitative methods, philosophy of science

This article is a slightly expanded version of a presentation, on 17 April 2019, to the joint meeting: XXXVII Helena Antipoff Annual Meeting and III Brazilian Conference on History of Psychology. A larger version of this work is forthcoming (Robinson, in press), and we thank Oxford University Press for permission to offer this shorter version in Portuguese language.

David K. Robinson
Professor of History, emeritus
Truman State University, USA

FECHNER'S EARLY EDUCATION, HIS SHORT CAREER IN PHYSICS



Portrait of Gustav Theodor Fechner in old age:
Public Domain, https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=180870

Gustav Theodor Fechner (1801-1887) began life in the educated lower-middle class in Germany (Kleinbürgertum), the son of a village pastor. This means his family had some social standing but little money: Fechner's father died when he was five, and his family depended on the generosity of an uncle. Nevertheless, Gustav, his younger sisters, and his older brother Eduard were properly schooled, the latter becoming an artist of some note. At age sixteen Gustav enrolled in Leipzig University to study medicine, about the time that Ernst Heinrich Weber

(1795-1878) began teaching anatomy and physiology there. Fechner became an enthusiastic student of natural science. He decided not to practice medicine and never took the state exams to become a physician. Instead he became a professional writer, contributing to various popular projects of the Leipzig publishing houses and writing books of satirical humor under the pseudonym Dr. Mises. He also earned money by translating French textbooks on physics and chemistry; in this way Fechner managed to continue his studies of natural science, because he not only translated but also carried out his own experiments. By 1831 he began teaching science courses at Leipzig University. When professor of physics Heinrich Brandes died in 1834, Fechner was named to that prestigious position, and he soon made important contributions to experimental physics. The year before, he married Clara Volkmann, sister of the professor of anatomy and physiology in nearby Halle, Alfred Wilhelm Volkmann (1801-1877). E. H. Weber, his brother Wilhelm (1804-1891; professor of physics in Göttingen), and Volkmann remained Fechner's close friends and frequent collaborators throughout his life.

It seemed like a good start, but a few years later Fechner's career nearly ended. By Christmas 1839 he had ruined his eyes doing experiments (among other things, by peering too much into sunlight). Eye damage had halted his experimental research, and soon he was almost totally blind and unable to continue lectures. For nearly four years he was constantly sick and deeply depressed; then on the morning of October 5, 1843, in the garden next to his home, his sight suddenly returned and the very flowers seemed to speak to him. He had a rush of feeling and a manic realization of profound things:

> … I believed that God himself had called me to do extraordinary things and that my suffering had prepared me for it, that I felt that I in part possessed extraordinary psychic and physical powers, …that the whole world now appeared to me in another light … the riddles of the world seemed to reveal themselves; my earlier life had been extinguished and the present crisis now seemed to be a new birth. Obviously my state was close to that of mental disorder; nevertheless, gradually everything settled into symmetry. (Kuntze, 1892, 124f; translated in Heidelberger, 2004, 49)

Though he had recovered some of his visual powers, Fechner was still not strong enough to resume his work as professor of physics; nevertheless, he was motivated "to do extraordinary things." The university granted him a small pension, so he and his wife could live modestly (they were childless) and he could continue to pursue the answers to the "riddles of the world." In bed one morning seven years later, on October 22, 1850, Fechner conceived of the fundamental formula of psychophysics which we call Fechner's Law, and this inspired his main project in life (Fechner, 1860, Vol. 2, ch. 47). Since 1985, continuing a tradition that apparently

began decades earlier at Harvard, the International Society for Psychophysics has been formally celebrating October 22 as Fechner Day (International Society for Psychophysics, 2012).

PSYCHOPHYSICS

Either as Dr. Mises or under his own name, Fechner had been publishing aspects of his philosophical positions well before this crisis during the early 1840s. (Heidelberger, 2004, provides a comprehensive bibliography of Fechner's publications.) One of his books (1836) discussed the life of the soul after death. He did not support orthodox teachings of any established religion; Fechner's views were closer to pantheistic German Naturphilosophie, a Romantic movement that reacted to Enlightenment rationalism by regarding nature as God (or Spirit) and the laws of nature as reflecting the mind of God. Fechner, however, was always more impressed by recent scientific achievements than by philosophical abstractions of German philosophers.

As Fechner emerged from his debilitating illness, he picked up the pieces of his earlier scientific studies, gave university courses on philosophical topics, and continued to work on his new conception of science. He also attracted popular attention with an imaginative tract that drew on his mystical experience in the garden, Nanna, or On the soul life of plants (1848). In a longer philosophical treatise, Zend-Avesta, or On the things of heaven and the afterlife (1851), Fechner argued that not only living things, but all natural systems have souls—panpsychism as well as pantheism. Fechner did not assign souls to all natural objects, as other pantheists did, but to systems of objects: planets, solar systems, and other physical systems, as well as organic bodies.

For his point of departure into psychophysics, the science of physical-mental systems, Fechner appropriated the findings of E. H. Weber, whose experiments had determined that a just-noticeable difference (jnd) in the perception of a stimulus is relative, rather than absolute. For example, subjects are able to report a jnd of about 5% when comparing two weights, rather than a difference of 5 grams, 5 ounces, or some other absolute amount. The jnd's for stimuli of other senses, such as vision, are generally much smaller. As Fechner recorded in his diary on the first Fechner Day, he decided that sensation must be analogous to kinetic energy.

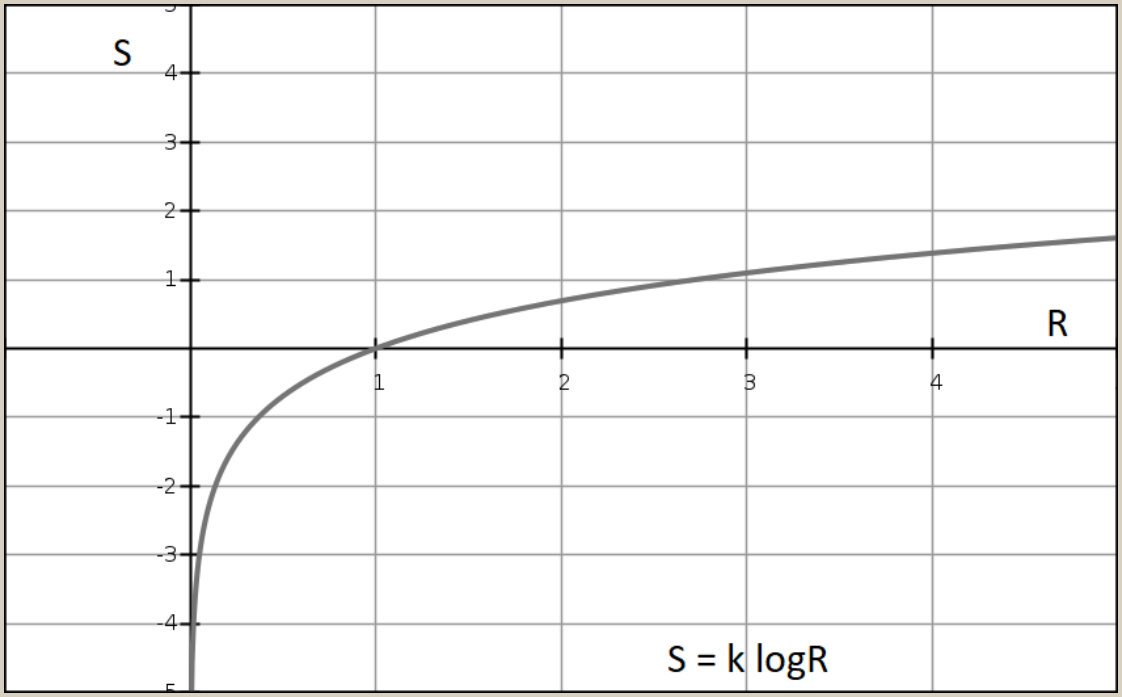
> Every increase occurring is in proportion to the kinetic energy just available, and we presuppose that the soul senses this relative increment (for every particle, summing up all increments and, in turn, summing up the increments to this sum over time) in such a way that, at any given moment, the state of the soul also takes into account the sum of all increments that have accrued to the zero value, rather than just the one single increment effective at the moment. (Fechner's diary, 22 October 1850; quoted in Meischner-Metge 2010, 412)

With this insight, Fechner applied the mathematical tool of the physicist and boldly took the integral of Weber's empirical finding:

> for any particular stimulus (R for Reiz in German),
> dR/R = K, the jnd in sensation;
> integration of that equation produces a mathematical formula for sensation,
> S= k log R, Fechner's Law.

Fechner realized that this formula depended upon the reality (or stability) of the threshold value of sensation, the just-noticeable difference. Assuming the jnd was stable and was the unit of the stimulus needed to change the sensation, the magnitude of sensation (the integral of the Weber equation) stood in logarithmic relationship to that of the stimulus. He first made a vague reference to this relationship in Nanna in 1848 then discussed the formula more thoroughly in 1851 in Zend-Avesta. During these years Fechner convinced himself to claim the full measure of possibility for psychophysics.

In 1860 he published Elements of psychophysics, an elaborate introduction to his new science. He organized many kinds of experimental results—his own work and that of many physiologists and physicists who studied sensory systems: touch (including E. H. Weber's distance studies with calipers), perception of weight, various aspects of vision (light levels, location, etc.), and hearing. He even related psychophysics to economic discussions of Bernoulli and Laplace on fortune physique opposed to fortune morale—the relative value of wealth is obvious in the fact that a poor man receives great happiness from an added amount that a rich man would consider negligible. In order to establish threshold values and other sensory measurements, Fechner defined three methods for measuring sensitivity: the method of just noticeable differences, the method of right and wrong cases, and method of average error (1966, ch. 8). With refinements and extensions these methods continue to be used in psychophysical research today.



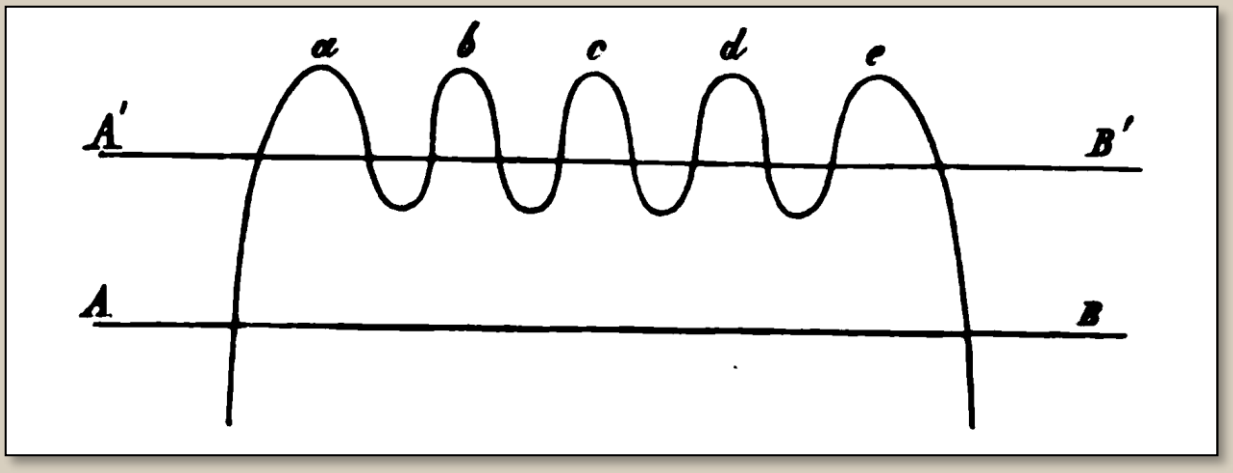
A sketch of the most general representation of the Fechner Law, S = k log R. (In this particular graph, k=1, and the logarithm is the natural logarithm, base e. The actual values will depend on the sensory system.) One important feature is the unit of stimulus R (on the x-axis): when its value reaches one (the just-noticeable difference), S advances beyond the "threshold of sensation" and becomes positive (conscious sensations). Fechner called values of S below that threshold "negative sensations" or unconscious sensations.
Source: Created by the author of this article.

One interesting aspect of Fechner's Law is that S has negative values below the unit value of R, the so-called "negative sensations" below the threshold; Fechner identified these as "unconscious sensations." Although he could offer no experiments to measure the subliminal "sensations," the unconscious contributions to sensation figure prominently in some of his theoretical discussions. With this feature Fechner made a connection to contemporary discussions of "unconscious inferences" in sensory physiology (Wilhelm Wundt, Hermann Helmholtz) and to philosophical discussions of the unconscious by Johann Friedrich Herbart, Arthur Schopenhauer (both preceding Fechner), and Eduard von Hartmann (a contemporary). Sigmund Freud and others would later be influenced by Fechner's views about the unconscious mind.

The issue of unconscious mentation was controversial (Wundt came to reject the approach; see Araujo 2012), but all experimentalists who explore sensory systems understand that a stimulus (R) somehow produces a sensation (S) in the mind—a perception in the conscious mind—that can be reported. Fechner wanted to explore the psychophysical systems in the same way that a chemist explores reaction systems or a physicist analyzes electrical phenomena—by isolating and measuring inputs and outputs, at the very least, and characterizing the intermediate processes as much as those could be understood. Of course, these intermediate processes (of the nerves and brain) were only beginning to be explored in Fechner's time (Helmholtz, Emil

du Bois-Reymond, etc.); brain processes would not be accessed in any direct way until much later in the twentieth century. Nevertheless, Fechner introduced a general discussion of these "psychophysical processes" (let's call them PPP) that connected R and S. He defined "outer psychophysics" as the measured relationships between R and S; "inner psychophysics" (a mostly theoretical concept, he admitted) would describe the relationships directly involving the intervening PPP. Any psychophysical reaction, in order to be fully considered, should therefore be envisioned in this way: R-PPP-S. Most of the pages of Elements elaborated the R-S relationships, outer psychophysics. Some fairly short chapters toward the end of the work discussed wide-ranging prospects for inner psychophysics—what happens between R and S.

One way to delve into Fechner's inner psychophysics is to follow his discussion of how stimuli and sensations combine in sensory systems. He postulates that they combine much as impulses of kinetic energy or electrical signals combine; application of the wave mechanics (Wellenlehre) developed by the Weber brothers offered a general way of representing such combinations. These waves, like the case of the single stimulus and sensation, involve thresholds; the waves may be too weak to be conscious, awake, or apparent; they may rise above the threshold into consciousness or sink below it. For example, there are dreams that we can remember and some that we cannot, unless something brings that dream-wave over the threshold into consciousness. Waves of one system can combine (constructively or destructively) with waves of others. Such combinations of waves could represent the appearance or disappearance of ideas within an individual's mind, or in the awareness of a population of people; such wave systems could represent life systems on a planet, the systems of activity in the entire solar system etc.



Waves and thresholds in psychophysical processes. In this figure, there is one "principle wave" which is also an "underwave" that contains several "overwaves" (a, b, c, d, e). There are two thresholds: the "principle threshold" AB for the principle wave and the "upper threshold" A'B' for the overwaves. (Fechner 1860, Vol. 2, 540).
Source: https://books.google.com/books?id=7mAOAAAAQAAJ&printsec=frontcover&dq=fechner+psychophysik+1860&hl=en&sa=X&ved=0ahUKEwjBh4unvqjiAhUOT6wKHf8UAxQQ6AEINDAC#v=onepage&q&f=false

Using his diagram, we can consider Fechner's own (admittedly preliminary) discussion of the psychophysical processes of inner psychophysics:

> … It should be possible to introduce a psychophysical theory … so that it can be developed. … The following is a first attempt at such a theory. … Imagine that all of the psychophysical processes of a human being are like a wave, and that the quantity of these processes is described by the height of the wave above a horizontal baseline or plane surface to which each psychophysically active point contributes an ordinate … (T)he entire structure and the entire operation of the conscious processes depend on the actual and subsequent developing form, the rising and falling, of this wave, whereas the intensity of consciousness at each moment depends on its respective height. The height of this wave somewhere and somehow must exceed a certain limit, which we call the threshold, before consciousness or waking can occur.
>
> This wave is called the whole wave, the principal wave, or the total wave, and the corresponding threshold, the principal threshold . . . Now, let us represent the movement of a longer period by means of a wave slowly oscillating back and forth and changing the location of its peak depending on the general condition of our liveliness and the direction of our attention—we will call this the underwave. The movements of shorter periods on which our special conscious phenomena depend are represented by smaller waves that are imposed on the underwave—we will call them the overwaves; as the overwaves change, they penetrate the upper area of the underwave, which, upon being altered by the overwaves, becomes the total or the principal wave.

> The greater the strength of the movements of the shorter period (the amplitude of oscillation), the higher those peaks will raise the waves, which serve as their representation, above the underwave, and the deeper the valleys will be imprinted into them, according to whether the direction of their movement is the same or in opposition to that of the underwave. It is by these risings and sinkings, which by their nature must exceed a certain size limit—we call this the upper threshold—that any special phenomenon that is related to them can enter into consciousness.
>
> With this schema, we are doing nothing else but describing graphically what was said above with words, namely, that special conscious phenomena depend on special forms of periodical movement that are considered to be modifications of a more general form of periodical movement on which the general condition and working of consciousness depend, and that these special processes, like the total process, have their thresholds. (Fechner, 1860, Vol. 2, ch. 42, 454–456).

Such a wave mechanics of sensations might lead to mathematical, scientific consideration of the most profound questions.

> Our principal waves, on which our principal consciousness depends, produce waves on which our special conscious phenomena depend; but can our principal waves for their part also be considered as overwaves of some larger principal wave? If physical waves can work like this, why not also psychophysical? The total activity of the earthly system can thus be represented under our schema as a larger wave, and the systems of activity of the individual organic creatures are a part of it as mere overwaves. The systems of activity of the heavenly bodies are likewise only overwaves of the general system of the totality of the processes of nature. The stepwise construction that goes on inside us also carries on outside of us.
>
> Therefore, if the overwaves in us, on which our distinct conscious phenomena depend, are discontinuous only above their own threshold but continuous above our principal threshold, will not the principal waves, on which our principal consciousness depends, also be discontinuous only above our threshold and then continuous above some deeper principal threshold? This would mean that there must exist, beyond our principal consciousness, a still more universal one that in the same way comprehends our consciousness as part of its own particularities, just as our consciousness for its part comprehends its own particularities.

> The consequence of this conception leads to the view of an omnipresent, conscious God in nature, in whom all spirits live, move, and have their being, as He also lives in them. The heavenly bodies and the individual spiritual intermediate beings dwell in between Him and us, and these creature-spirits carry our sensory experiences just as undivided and united in themselves, as for their part they are carried in the divine God; like us, these creature-spirits carry their own sensory circles that carry within them their own special perceptions. According to the principle of analogies and interconnections that this apparent, stepwise construction already furnishes in man himself, this view can thus be further developed and supported.
>
> In this connection, we can see many reasons to consider the prospect of our own future existence after death. In particular, the following point of view is suggested: If an image in our eyes, connected with overwaves, after its extinction leaves a memory aftereffect that enters into a more universal and higher realm of the memories and thoughts of the common or principal consciousness, then we ought to believe that something corresponding to this also happens to our principal waves, insofar as they for their part are overwaves above a deeper threshold, and that our souls accordingly enter into a higher spiritual realm in God after death. (Fechner, 1860, Vol. 2, ch. 45, 541–543).

This passage has come a long way from the consideration of one stimulus exciting a sensation. Starting with a mathematical relationship to describe that simple case, Fechner's psychophysical wave mechanics built upon that relationship and demonstrated how to combine stimuli and sensations into conscious and unconscious systems, within a body, a planet, a solar system, or the universe.

RECEPTION OF PSYCHOPHYSICS AND INNER PSYCHOPHYSICS; STUDIES OF AESTHETICS AND COLLECTIVES

Within a few years many experimental scientists realized that the first part of Fechner's Elements of Psychophysics offered a systematic approach to research on the senses in which they had all been engaged. Physiologists, philosophers, and a few physicists examined and critiqued Fechner's work; Heidelberger (2004, ch. 10) reviews these critical assessments of Elements, as well as Fechner's responses to them (1877, 1882). The critiques took many approaches: one important problem was that, while stimulus magnitudes might be measured with the usual physical measurements, it is not possible to measure sensations with the same confidence.

Fechner's implied analogy with mass, motion, and energy in physics could not hold, some reviewers noted.

Fechner's systematic methods produced masses of data for discussions of various sensory issues; however, nearly all of these discussions remained in the realm of what Fechner called outer psychophysics; they ignored his sweeping claims for inner psychophysics. Whereas Fechner admitted that the fundamental formula was only an approximation for outer psychophysics (the busy work of measuring and experimenting), he postulated that Fechner's Law has to be exact for the psychophysical processes of inner psychophysics. Again, the analogy to ideal conditions in physics problems seems apt. He felt confident that his equation, based on the general agreement of so many rougher and finer measurements in outer psychophysics, was the fundamental one describing internal psychophysical processes. This postulate, he claimed, was the key to understanding the way physical and spiritual forces operated and interacted—in the human mind and throughout the universe.

If inner psychophysics was so important to Fechner, why was it ignored in his time and largely forgotten now? Historians of psychology and philosophy have offered at least four explanations for the fate of inner psychophysics (Robinson 2010). By the early twentieth century, when noticed at all, inner psychophysics was considered to be a negligible part of a major breakthrough for experimental psychology, psychophysics (e.g. Boring 1929). Alternatively, inner psychophysics could be considered an essential part of a system that failed, though a part of that system (outer psychophysics) provided methods that flourished as part of experimental psychology. Third, inner psychophysics could be considered a distant precursor of later developments in cognitive psychology, neuroscience, or signal-detection theory. A further, very broad interpretation is that inner psychophysics marked a fundamental shift in philosophy of science, a new theory of measurement that inspired Ernst Mach's radical empiricism and Niels Bohr's theory of complementarity in nuclear physics (Heidelberger 2004, ch. 5).

As Fechner extended psychophysics into the inner processes, he saw opportunities to apply his methods to things beyond straightforward sensory cases in order to provide empirical ways to address complicated issues that philosophers had traditionally treated in systematic, deductive ways. So he argued for an empirical, experimental, psychological aesthetics—an inductive "aesthetics from below" in contrast to the previous treatments of "aesthetics from above" (Allesch 2018; Woodward 2018). Fechner first published his ideas on experimental aesthetics in a special journal volume that the Saxon Academy of Sciences dedicated to E. H. Weber's fiftieth jubilee as professor. "[Weber was] the first since Galileo who, through his path-breaking psychophysical experiments, widened the domain of exact research beyond its

apparent boundaries," indeed in directions that included the experimental aesthetics that Fechner proposed for this familiar field of philosophy (Fechner 1871, 555-556). If there are aesthetic associations occurring in inner psychophysical processes (and surely there must be), these might be examined more systematically, mathematically, and especially empirically. He used his approach to elaborate on a well-known aesthetic subject, the Golden Section, as well as other cases. He also proposed an "experiment" by which he would engage the viewing public in a comparison of two Madonnas that were attributed to Hans Holbein; these happened to be on exhibit together in Dresden at the time. He later (1872) admitted that his Holbein experiment was less than conclusive because so few people filled out the survey forms, but he insisted that such methods could give an empirical foundation to aesthetics.

Fechner extended applications of psychophysical methods most broadly in his work on the theory of collectives. Needless to say, the experimental approach to aesthetics had aroused condemnation from more traditional philosophers. Perhaps because of that, and because almost everyone ignored the inner psychophysics which supported these broader applications, Fechner published few hints about this larger project on collectives. Even his wife apparently did not know about it. After he died, she turned over his papers to Wundt and his associates, and they were all astonished to find a nearly completed work. One of them edited and published the large posthumous work, Theory of Measuring Collectives (1897). In it, Fechner broadened Gauss's approach to probability and introduced a new conception of measurement that would be elaborated in the coming century, perhaps even in the statistical thinking of quantum mechanics (Heidelberger 2004, 99ff). His Leipzig colleagues could hardly have imagined the promise of this line of thought, but clearly they thought it was important.

FECHNER'S VIEWS, MOTIVATIONS, AND LEGACY

Fechner's broad scientific vision was inspired by the advances of his time: electrical theory, atomic theory, cell theory, conservation of energy, evolution, etc. These fundamental laws and formulas were unifying areas of scientific research that had generally been treated separately. Fechner enthusiastically shared the scientific spirit that seemed to be bringing things together. Shortly after he published Elements, he made a diary entry in which he referred to himself as "a Naturphilosoph of a certain direction" (6 November 1862; quoted in Meischner-Metge 2010, 416). Fechner was also a sweet and modest character, whose truncated career as professor inspired more pity than resentment. He was briefly caught up in the spiritism craze in Leipzig, but he left it to others to defend the phenomena of the séance. Fechner would not take credit for what he insisted on calling the "Weber Law"; however, since his time everyone calls

it either Fechner's Law or the Weber-Fechner Law. Nor did he take credit for the methods used to establish its validity; instead he gave credit to others such as his brother-in-law, Volkmann. Fechner insisted on calling E. H. Weber the founder of psychophysics, but Wilhelm Wundt, the father of modern experimental psychology, and nearly everyone else credits Fechner with the systematic presentation of psychophysics, and certainly no one else made such wide-ranging claims for it (Robinson 2010, 432).

For Fechner psychophysics was the key to unified natural science. Having played an active role in the development of experimental and theoretical physics of the early nineteenth century, he was eager to apply its symmetrical and perfect laws in psychophysics. In chapter 36 of Elements, he notes that we do not know what light or electricity really are, but physics nevertheless describes their behaviors. At the end of chapter 48 he notes that the same is true of the psychophysical processes of inner psychophysics, whose ultimate essences also elude us for the time being. As in physics, the empirical work of psychophysics continues. "We will research the laws of psychophysics on humans, and then we will be able to apply them to the universe. Consciousness and unconsciousness merely display two cases of the same formula, which at the same time defines their relationship and the transformation of the one into the other." This transformation of the unconscious into the conscious also describes our eventual understanding of the physical and mental universe. "I cannot prove it yet, but I believe that the progressive development of psychophysical research itself will ultimately lead [to this goal], and so I bring to a close my first attempt to achieve this distant prospect." (Fechner, 1860, 547)

How could Fechner be so confident about the promise of natural science? This is a complicated historical question, but such confidence seems to fit his life experience and its setting, up to the publication of Elements in 1860 and in the subsequent decades until his death in 1887. In his early years, mathematical methods were already firmly established, especially in France; chemistry was emerging as an exact science, first in France and then in Britain and Germany; European physicists such as Ampère and Ohm were establishing the connections between static electricity and electric current; Faraday demonstrated the connection between magnetism and electric current. Maxwell formalized all these connections in his famous equations by 1879; they predicted electromagnetic radiation, whose new problems later inspired the work of Planck, Einstein, etc. The life and views of Fechner offer revealing insight into how some European practitioners saw the possibilities and the scope of the natural sciences in the early to mid-nineteenth century. We can better understand how physiology (science of life) and psychology (science of mind) could emerge with such force in that particular intellectual environment.

To Fechner, as to many of his contemporaries, it must have seemed only a matter of time and some dedicated research until all the universe would be explained and understood through mathematical laws. Empirical science would always point the way. Fechner was fanatical about carefully measuring, quantifying, drawing up tables of measurements, correlating those measurements, and looking for relationships; through such work the fundamental laws of science would eventually be revealed. For Fechner, however—more than for others—these would also have to include direct mathematical relationships between physical and psychical phenomena. The "unconscious sensations" of these relationships would eventually gain strength, by a felicitous combination of overwaves and underwaves, to produce conscious knowledge of nature's laws.

REFERENCES

Allesch, C. G. (2018). Fechner's Ästhetik – Intention und historische Hintergründe seinesWerks. In G. T. Fechner. Vorschule der Ästhetik. (pp. 1-52). C. G. Allesch (Ed.) (Klassische Texte der Wissenschaften). Berlin: Springer Spektrum. [Fechner's aesthetics: Intention and historical background of his work].

Araujo, S. F. (2012). Why did Wundt abandon his early theory of the unconscious? Towards a new interpretation of Wundt's psychological project. History of Psychology, 15, 33–49. http://dx.doi.org/10.1037/a0024478.

Boring, E. G. (1929). A history of experimental psychology. New York: Century.

Fechner, G. T. (1836). Das Büchlein vom Leben nach dem Tode. Dresden: Gimmer. [The little book of life after death; the first edition appeared under the name "Dr. Mises"; subsequent editions and translations carry Fechner's name].

Fechner, G. T. (1848). Nanna oder über das Seelenleben der Pflanzen. Leipzig: Leopold Voss. [Nanna, or On the soul life of plants]

Fechner, G. T. (1851). Zend-Avesta oder über die Dinge des Himmels und des Jenseits. Vom Standpunkte der Naturbetrachtung. Leipzig: Leopold Voss. [Zend-Avesta, or On the things of heaven and the afterlife: From the standpoint of meditating on nature].

Fechner, G. T. (1860). Elemente der Psychophysik, 2 vols. Leipzig: Breitkopf und Härtel. https://archive.org/details/elementederpsych001fech [Elements of psychophysics; Volume 1 has been translated: Fechner, 1966].

Fechner, G. T. (1876). Vorschule der Aesthetik, 2 vols., Leipzig: Breitkopf und Härtel. [Preliminary studies of aesthetics; also see Allesch 2018].

Fechner, G. T. (1897). Kollektivmasslehre. G. F. Lipps (Ed.). Leipzig: Engelmann. [Theory of measuring collectives].

Fechner, G. T. (1966). Elements of psychophysics, volume 1. D. H. Howes & E. G. Boring (Eds.), H. E. Adler (Trans.). New York: Holt, Reinhart and Winston.

Fechner, G. T. (2004). Tagebücher 1828-1879. A. Meischner-Metge & I. Altman (Eds.). Leipzig: Verlag der Sächsischen Akademie der Wissenschaften; Stuttgart: Fr. Steiner. [Diaries, 1828-1879].

Heidelberger, M. (2004). Nature from within: Gustav Theodor Fechner and his psychophysical worldview. Cynthia Klohr (Trans.). Pittsburgh: University of Pittsburgh Press. [Translation of (1993) Die innere Seite der Natur: Gustav Theodor Fechners wissenschaftlich-philosophische Weltauffassung. Frankfurt am Main: Klostermann].

International Society for Psychophysics. (2012). http://www.ispsychophysics.org/.

Kuntze, J. E. (1892). Gustav Theodor Fechner (Dr. Mises). Ein deutsches Gelehrtenleben. Leipzig: Breitkopf und Härtel. [Gustav Theodor Fechner (Dr. Mises). A German scholar's life].

Meischner-Metge, A. (2010). Gustav Theodor Fechner: Life and work in the mirror of his diary. History of Psychology, 13, 411-423. http://dx.doi.org/10.1037/a0021587.

Robinson, D. K. (2010). Fechner's "inner psychophysics." History of Psychology, 13, 424-433. http://dx.doi.org/10.1037/a0021641.

Robinson, D.K. (in press). Gustav Theodor Fechner: Psychophysics and natural science. In Oxford Research Encyclopedia of Psychology. Oxford University Press.

Woodward, W. R. (2018). Fechner (1801-1887) for and in psychology: Part 1. Archives of Psychology, 2(5), 1-21. https://www.academia.edu/36685678/Fechner_1801-1887_For_and_In_Psychology_Part_I._Archives_of_Psychology_2_1-21.

Set 2019

REALISM, TECHNOLOGY AND ALIENATION ON PSYCHOLOGICAL RESEARCH: LOOKING BACK TO WILLIAM JAMES TO CHART A WAY FORWARD

JAMES CRESSWELL

ABSTRACT

Traditionally, psychologists have presumed that accuracy of propositions through convergent observations generated through the use of neutral research technologies just like the natural sciences. Since the early 1990's psychologists have begun to debate the value of this approach because it is challenging to address scientific propositions without giving very serious credence to our own noetic activity. This paper discusses technologies and their role in shaping what are taken as observations of the real. I propose that psychological research technologies run the risk of creating hyperreal similitudes and the result is that psychological propositions bypass what really matters to humans. The purpose of this paper is thereby twofold: (1) outline the problem of hyperrealistic alienation in psychological research and (2) address the following question: Where does one go to look for a different paradigm of research? I argue that looking back to William James, his discussion of habits, and radical empiricism is a positive way forward. A careful reading of James reveals that he anticipated this issues that I identified above and will discuss below. By way of an illustration, I discuss a current project using arts-based methodologies.

Apresentação

O artigo deriva da conferência proferida pelo autor no XXXVII Encontro Anual Helena Antipoff e III Congresso Brasileiro de História da Psicologia, em abril de 2019. Agradecemos ao prof. James Cresswell pelo envio do texto completo.

James Cresswell é professor na Ambrose University, em Calgary (Canada). Atua nas áreas de Psicologia Social e Cultural, e Imigração e Ajustamento.

INTRODUCTION

Realism, as it tends to show up in psychological research, is indebted to Comte's notion that we can have positive knowledge which means subject-independent knowledge of necessary regularities of phenomena (for discussion see Chirkov, 2016). The products of psychological science are thereby presupposed to be statements about the world derived from observations and so such causal laws are propositional statements. Traditionally, psychologists have presumed that accuracy of propositions through convergent observations generated through the use of neutral research technologies just like the natural sciences. Since the early 1990's psychologists have begun to debate the value of this approach (e.g. Danziger, 1990). There cannot be any kind of propositions without thinkers that discuss them and it is challenging to address scientific propositions without giving very serious credence to our own noetic activity.

This paper starts from a critique of the praxis of scientific propositions by discussing how they are developed. Specifically, it involves discussing technologies and their role in shaping what are taken as observations of the real by looking to Herbert Marcuse (1974) and Albert Borgmann (1992). I extend this discussion to propose that psychological research technologies run the risk of creating hyperreal similitudes and the result is that psychological propositions bypass what really matters to humans. Psychological science is alienated from lived experience through its own technologies and I illustrate this alienation using examples from the history of psychology. The purpose of this paper is thereby twofold: (1) outline the problem of hyperrealistic alienation in psychological research and (2) address the following question:. Where does one go to look for a different paradigm of research?

I argue that looking back to William James (1983/1890, 1996/1909, 1996/1912), his discussion of habits, and radical empiricism is a positive way forward. I will discuss how his work offers key insights because it was not only ahead of his time but ours as well. A careful

reading of James reveals that he anticipated this issues that I identified above and will discuss below. By way of an illustration, I discuss a current project using arts-based methodologies.

BACKGROUND ON PSYCHOLOGICAL RESEARCH: NAÏVE REALISM

Polkinghorne's (1983) Toward a Methodology in the Human Sciences is a thorough text that outlines important themes and figures that prefigure current debates about realism. He notes that realism, as it tends to show up in psychological research, is indebted to Comte's notions that the study of human phenomena should be conformable to methods in natural science. Comte's positivism comes from the notion that we can have positive knowledge which means subject-independent knowledge of necessary regularities of phenomena. He paves the way for what I consider one of the central notions of realism: the single-method positivist tradition where the scientist rejects all metaphysics in favour of knowledge confirmed by experience. Polkinghorne notes that

There is a strong reformist flavor to the positivist movement. It's members preached the gospel of good news in which all human problems would finally be solved by applying the correct method. Traditional beliefs and practices were to be cast aside and replaced by prescriptions developed by applying to human problems the methods that had succeeded in uncovering the secrets of the natural world. All metaphysical ideas should be exorcised since they were not merely wrong – they stood in the way of progress. Positivist methodology was ultimately supposed to guarantee progress through technical means applied to the social realm. (1983, p. 19).

We get at the accuracy of propositions through convergent observations just like the natural sciences. What counts of real is taken to thereby surpass the individual proclivities related to any particular subjectivity.

Polkinghorne (1983) goes on to discuss how figures such as Mach further enhanced Comte by presenting the practice of getting to statements about reality by seeking to observe-describe for the purpose of providing summary of necessary relationships: causal laws. Thanks for the Vienna Circle, we have a turn to language in the form of a focus on propositional statements that are latent in Comte and Mach. They emphasized that the products of science are statements about the world derived from observations and so such causal laws are propositional statements. This added a second component to the notion of realism, which is the issue of reference that manages how to deal with the relationships between words and the world. Referential theory, that is, deals with the link between sense data and statements that had been logically derived from observation. Hence, we see how realism generally involve logical positivism. Realism involves intersubjective agreement that supports sufficient justification for knowledge.

What could be called naïve realism is predicated in (1) observing the world and (2) logically inferring propositions that represent the world. These two predicates of naïve realism resonate with the caricature purveyed by pragmatists and Richard Rorty, in particular. Rorty (2006) notes that realism is an inquiry into the matter of finding the nature of something that lies outside our beliefs and desires. The unity of realists is taken to emerge in a commitment to observations and objectivity. He sees what I am calling the naïve realist approach as being about sentences that correspond to the world. That is, without sentences, there would be no discussion about reality and we can come to hold beliefs once we have language to form propositions.

The reason for the pejorative "naïve" is grounded in Rorty's pragmatist point that such a scientist is seen as one who keeps people in touch with something beyond humanity. Someone who points out why this is naïve is, strikingly, Alvin Plantinga (1982). He points out that there is a right way to challenge realism. The realist position is that there really are elementary things that are inferred entities and this idea becomes complex because, since Kant, it has been hard to avoid how things in the world owe the fundament structure to the activities of minds. He points out that there cannot really be any kind of propositions without thinkers that discuss them and it is pretty hard to address truths without giving very serious credence to our own noetic activity. Rorty and Plantinga disagree on many points but they both are honest about the massive challenge that faces the realist: getting past the noetic quality of scientific propositions is very tough and it is naïve to simply presume methods uncover reality that can be described.

I am first going to address two key historical thinkers and their engagement with the topic of technology. These are not psychologists but they do provide insights into technology that can give us a generative lens through which we can critically examine the history of psychology and the practice of developing scientific propositions in psychology. One is Marcuse (1974) and his book "Eros and Civilization", which is complemented by a philosopher of technology named Albert Borgmann (1992).

PSYCHOLOGY RESEARCH TECHNOLOGIES

Surplus Of Repression

Marcuse (1974) is a Marxist Psychoanalyst and he starts from the way that Freud identified civilization with repression. For Freud, the history of humans is the history of repression because desires for pleasure cannot go unfettered and so civilization builds an apparatus to facilitate the repressive regulation of desires. At the heart of this idea is the tension between the pleasure principle and reality principle. Full and painless gratification of pleasure is not possible

because others' gratification may cause us pain and vice versa. That is, self preservation that requires civilization is in tension with the pleasure principle and represses it. Marcuse goes so far as to claim that the reality principle changes the substance of the pleasure principle so that we find pleasure through ways that are more acceptable to society. It is in this way that we are sustained in a sociohistorical world and this approach to repression is where Marcuse begins to launch his ideas, which have relevance to our conversation.

Marcuse (1974) introduces what he calls "the surplus of repression" and this phrase is meant to address how the restrictions to unrestrained pleasure involve more than modification of pleasure to get along in society. He notes how the reality principle must be embodied in systems of societal institutions and relations, laws and values which transform and modify the attempts to experience pleasure. What is added to the Freud is a discussion of scarcity insofar as humans perceive that there are not enough resources and systems enabling the reality principle are, as a consequence, organized in light of of scarcity. Part of the reality principle is thereby the need to overcome scarcity by labor and so he writes that "… domination is exercised by a particularly group or individual in order to sustain and enhance itself in a privileged position. Such domination does not exclude technical, material, and intellectual progress, but only as an unavoidable byproduct while preserving irrational scarcity, want, and constraint." (pp. 36-37). This domination is more than what is necessary to enable the functioning of societies and so he refers to surplus repression.

An important concept tied to the surplus of repression is what Marcuse (1974) refers to as the "performance principle". He uses this phrase to address how the suppress of repression alters the sociohistorical conditions that make up the reality principle because society is stratified according to competing economic interests. Humans must perform in a way that reflects the economic drive within the surplus of repression and so labor is for a system that we do not control and operates as a power to which we must submit if we want to live. The performance principle entails more than survival because people "… do not live their own lives but perform pre-established functions. While they work, they do not fulfill their own needs and faculties but work in alienation." (p. 45). The organized domination of society isolates people and puts distance between them to prevent spontaneous relationships.

Marcuse's (1974) comments about the surplus of repression are predicated in the notion that sociocultural phenomena are integral to human practices (such as thinking) and so he promotes a heavily social form of psychoanalytic thought (see Brown, 1959). This approach means that human sociocultural phenomena would be integral to all human practices such as research as well. The surplus of repression – i.e. more societal demands than are necessary for human

society – and the performance principle – i.e. modus operandi that people must perform their work to satisfy alienating socioeconomic power structures – taken together point to an important question for psychological research: Do these concerns about the surplus of repression and performance principle hold for all humans and so include psychological researchers and the scientific propositions they utter?

One of the central figures who presented the possibility that psychological research is a sociocultural practice and not detached science was Kurt Danziger (1990). The naïve realism that I outlined above involves attempting to develop scientific propositions and Danziger noted that this approach reflect the 19th century view that psychology is a research activity that involves looking for natural things. Science can be understood as a social process, however, and researchers have missed the socially constructed nature of psychological knowledge. Danziger starts from the candid observation that it is difficult to investigate the historical and social development of investigative practices because practices involve tacit knowledge about how to conduct work that is not written down. He points out that psychological researchers form a social group with their own normativity, just like any other group. This normativity pertains to the kind of knowledge about what counts as good research and how interpersonal interactions involve the tacit development of what is taken to be good scientific propositions, and what is taken to be knowledge about what researchers are supposed to be observing.

Danziger (1990) outlines three concentric circles that constitute sociocultural milieu of psychological research that informs the development of psychological propositions. The broadest circle is constituted by the professional environment and this involves the sociocultural normativity established by psychologists and it encompasses the imperative to pursue a naïve realist approach predicated on observing the world to draw inferential propositions about it. This milieu involves socioculturally constituted notions that are taken as taken-for-granted truisms. Psychological research entails a professional environment where it is taken for granted that research ought to look like naïve realism and divergent research is simply taken as problematic. Danziger chronicles, for example, how the current approach to science was not always taken as obvious and current naïve realism looked different in the contest between behaviourists (e.g. Skinner) and the introspectionists (e.g. Wundt).

The next concentric circle involve the research community where the professional milieu is recapitulated but this circle also involves a smaller community of researchers such as those that share research interests in a particular area. Research communities involve social structures and interpersonal relationships that entwine with the practice of research and so shape what eventual emerges as scientific propositions. The third concentric circle involve the

research situation itself and the social interactions between researchers and the participants that they study. Danziger points out that humans are not able to behave as objects and so techniques of social control are needed to shape the research situation in order to produce objective-sounding scientific propositions. Such social situations involve dynamics of power just like all other social situations and the "constructive schemes" – the socially structured frames for interpreting and structuring data – shape what can possibly happen in the situations. Participants are treated as objects and the social situation is one where their voice is defined as irrelevant.

Consider a more recent discussion as an example: Brown and Stenner's (2009) critical examination of the famous "Lost in the Mall" paradigm used to study human memory. This paradigm emerges from a famous psychologist named Elizabeth Loftus and it is a discussion of how she enabled the fabrication of a memory. Brown and Stenner (2009) describes how

> …the researcher (Loftus) recruits a confederate (Jim) who has a younger sibling (Chris). Jim interacts with Chris in the course of which he asks Chris, 'Do you remember the time when you got lost in that shopping mall?' – an event that according to Jim (and Jim's and Chris's mother; and thus Loftus) never occurred. Eventually, after more interactions, Chris agrees that he did indeed get lost in the mall; moreover, he elaborates on the details, and is disappointed and doubtful when he is later debriefed. (p. 133).

The result was the presupposition that a scientific proposition could be made about the unreliability of eyewitness testimony and how the human mind operated according to general covering laws that information would be stored and changed. Brown and Stenner noted that the research missed some very serious, if not painfully obvious, social phenomena. The argued that the research does not just find a scientific proposition about human memory. The study missed how the notion of memory storage was never questioned because this approach is presupposed by professional community of researchers in psychology. The social practices about shaping memory were never discussed and the conversations between Loftus and her colleagues were bypassed even though they played a significant role in what Loftus decided to do with her two sons. Furthermore, the relationships of Loftus to her children were never discussed because the research was blind to the way that it could be about power relations that include the moral, pedagogical, and ontological issues in which the researcher and her participants were situated.

Danziger (1990) is one of several researchers who challenged the presupposition that research is immune to social relationships (e.g. Billig, 1997; Gergen, 1985; Potter & Wetherall, 1987; Shotter, 2008) and so it is reasonable to say that social forces impact psychological

research, but social forces do not immediate amount to the surplus of repression. The surplus of repression involves social control that is more than necessary and I propose that this surplus of repression is seen in the ethos of what Danziger (1990) calls "methodological fetishism" (for a more sustained discussion of this topic see Cresswell & Curtis, 2017). He argues that investigative practice involves social normativity that focusses on procedure to an extreme extent. The technological procedures of what is taken as "good psychology" manifest as a disciplinary obsession with methodological orthodoxy. Researchers often replace a concern for theory and idea development with methodological concerns and so psychology has come to be defined as having practical goals that focus on methods as tools to achieve technical scientific propositions. Hence, when Danziger claims that "… scientific psychology does not deal in natural objects. It deals in test scores, rating scales, response distributions, serial lists, and innumerable other items that the investigator does not just find but constructs with great care." (p. 2), we can see how he means that psychologists have an extreme focus on the techniques of research. A quick perusal of journals such a Journal for the Theory of Social Behavior, Theory & Psychology, Culture & Psychology, and Qualitative Psychology regularly note this methodological fetishism that hampers the development of rich and informative scientific propositions. This preoccupation with method is unnecessary and amounts to a surplus.

The next topic to which I will quickly turn is the performance principle, which involves a modus operandi that people must perform their work to satisfy alienating socioeconomic power structures. The forgoing discussion drawn from Danziger (1990) and Brown and Stenner (2009) point to the power relations inherent in psychological research and I will address the alienating potential of psychological research in more detail below. A brief comment pointing to the socioeconomic power structures is in order, however, as this issue has become especially important to psychologists lately. Nosek (2015) lead a coalition of 270 scientists who attempted to replicate 100 studies published in the three top tier psychological journals: Journal of Personality and Social Psychology; Journal of Experimental Psychology: Learning, Memory, and Cognition; and Psychological Science. Only 36% of the studies were able to be replicated and this research reflects a current crisis in psychology that has been dubbed the replication crisis.

Psychological researchers have begun to talk openly about the problems and practices that concerned Danziger almost 30 years ago. One concern is fraudulent research but there is more conversation about HARKing, which is hypothizing after the results are known (Kerr, 1998). A related concern is p-hacking, which involves collecting data on a number of measures and running analyses until statistically significant results are uncovered (John et al., 2012). Both phenomena involve collecting data and looking for results that can be satisfy a publication

bias towards novel results that are positive that, in turn, can support a researcher's career development. Basically, the replication crisis has unearthed a serious problem in psychological research and it is a direct result of socioeconomic power structures. The surplus of repression and performance principle are at work in the development of psychological propositions.

Technologies & Hyperrealism

Exploring the surplus of repression and performance principle in psychology, moreover, requires a conversation about technology because these two ideas establish the grounds for Marcuse's (1974) ideas about technology. His point is that the performance principle needs to be supported by some sort of apparatus because alienation does not feel good and people would want to pursue their own pleasures. The key technological apparatus for supporting the performance principle at the time of his writing was the entertainment industry and so he writes that it is not "…until the late stage of industrial civilization, when the growth of productivity threatens to overthrow the limits set by repressive domination, has the technique of mass manipulation developed an entertainment industry which directly controls leisure time, or has the state directly taken over the enforcement of such controls." (p. 48). The technology of entertainment is designed to keep our attention focused in an anesthetic state where we do not notice our alienation. Marcuse was writing about the entertainment industry with music and television in mind.

I extend Marcuse's points in a more contemporary direction by drawing on Albert Borgmann's (1992) discussion of hyperrealism. The latter writes about the danger of losing a sense of reality once we have left the modernist project. The postmodern critique of modernist universalism was a critique of the effort to uncover universal laws that enable prediction and control, which had largely failed to live up to the hope that we could engineer solutions of many social problems. The collective disillusionment with the ability to engineer progress was accompanied with a critique of the way that modernist mechanistic metaphors lead to thinking and acting based upon isolated individuals. The postmodern critique thereby also included a critique of the fractured individualism that accompanied modernist efforts.

The postmodern critique, according to Borgmann, is continually "backward looking" (1992, p. 79) because it offers a critique of modernism with little vision about what to do with growing technological possibilities. Intrinsic to technological possibilities are the options that become available to people in the form of environments that are provided for us by industry and we don't question if they help or under us in dealing with the loss of universal concerns or practices that isolate us from others. The void created by the absence of a vision for what we

should be doing is filled with technological products indifferent to the real contexts and relationships in which humans exist. The human environment is increasingly engineered to the point that it goes beyond reality: hyperreal exaggeration of reality crafted by designers. He writes, for example, of the hyperreality available in a treadmill where one can "run" through a virtual pristine course in a beautiful vista that is engineered so perfectly that it is surpasses what a real experience would be like. People consume the technologies that offer a pristine presentation that replaces a tangible reality and so Borgmann argues that the hyperreal overshadows the messiness of real life with a layer of superficiality. The technologies that enable the surplus of repression and performance principle, amount to the hyperreality.

Borgmann (1992) was prophetic insofar as his claims have only magnified with the development of mobile and handheld technology. His argument has been realized in the wake of software and applications that customize themselves to our desires and provide a simulated hyperreal environment where life is augmented (see a wave of popular books on the topic such as Alter, 2017; Lanier, 2018; Wu, 2016). There is no shortage of instances where technology lulls humans into an anesthetic state. Such claims lead to another pertinent question for psychological research: Does psychological research involve technologies that function to establish a hyperreality similar in kind to entertainment and mobile technologies?

I return to Brown and Stenner (2009) to address this question because they start from a critique of naïve realism that I noted above. They argue that scientific propositions in psychology are generally taken to be about the general operational laws of human psychology and this approach manifests in a concern for objectivism and scientific materialism. In addition to the methodological fetish identified above, psychological research involves the position that the phenomena we study are independent of their relevance to humans and the concerns of everyday life such as communal values or morality. Such phenomena are independent of human sociohistorically situated activities. Brown and Stenner challenge this approach by claiming that it is wrong to understand humans via the simplified complexity that is needed to sustain a naïve realism approach and I will argue that thy way they make their case illuminates how, in the case of psychology, naïve realism manifests as hyperrealism.

Crucial to Brown and Stenner's (2009) argument is the notion of mediation as a principle of human functioning that extends to research. They spend some time exploring the notion of language as it relates to mediation and raise the notion that human thinking is always mediated via the linguistic signs in which humans are situated. Because language mediates humans' manifest experience, we don't know the world per se and we only know the way that the world affects us as we participate in language. The result is that whatever humans experience is not

total reality but virtual image projected back on the world. It is important to note that language and mediation are fundamentally social and so Brown and Stenner are not advocating for a kind of isomorphic experience but rather a collective experience of what we take to be real. The inherent relationality of mediation means that the world we take for granted is neither objective nor a subject idealism, but the role of language to mediate our experience is not seen by us per se because it offers a virtual world of verisimilitude. As such, mediators disappear and so we rarely have the experience of language because it is integrated with the world of experience. Life is virtual to an extent because of mediation, but this is the kind of reality humans engage while psychological research technologies offer a hyperreality that obscures even this experience.

To support my claim, I'm going to start with an illustration that begins with Francis Galton who, at an exhibition in London in 1884, illustrates the role of technology in psychology. At this exhibition, he and his assistants provided

> … a number of pieces of simple apparatus, among the, a pendulum with a response key, a handgrip and a dial, a photometer with which to compare small patches of color, and a long tube that emitted a whistle when an assistant blew through it and whose pitch was raised by turning a calibrated screw plug at the end until the visitor could no longer hear it. For three pence, then visitor could be tested and measured… (Hunt, 2007, p. 233).

Galton was interested in measurement and the visitors to the exhibition found the idea of testing to reveal something about oneself to be attractive. Galton was interested in collecting as much data as possible to develop some sort of means to quantify whatever underlying factor predicts people's abilities. His principle interest was intelligence and he gathered as much data as possible to plot and study indicators of intelligence, which lead to the discovery of the bell curve and the regression line that inspired Pearson's work on the correlation coefficient.

Hunt (2007) notes how Galton is responsible for developing and promoting many of most influential methods in psychological research. He was the first to develop the self-questionnaire and outlined means by which persons of above average intelligence could be identified. His aim was to develop technologies of measurement that could measure, assess, and predict the outcome of a persons intelligence. What drove his development of technologies was a belief that intelligence was inherited and social engineering would be possible with refined measurement technologies. Figures such as Cattell, Binet, and Stern were inspired by Galton in their development of means to assess intelligence that ultimately lead to the Intelligence Quotient (mental age divided by chronological age). The use of such technologies to assess intelligence

was so convincing that Goddard inspired legislators in 27 states to implement eugenics programs in 1931. The United States Army adopted these technologies and they became popularized as the general public became aware of the possibility to use them to be tested.

This illustration, by way of illustrating the problem with measuring the object of intelligence, links to mediation and supports my eventual claim that psychological research involves technologies that enable hyperrealistic scientific propositions. Finding an object called intelligence has been quite elusive for psychologists. It's been well documented that intelligence is better conceived as a pragmatic ability to get along and function well in a community (Español, 2018), which is why immigrants and minority groups usually score lower on intelligence tests designed in Eurocentric contexts. The Flinn effect has documented the need to adjust intelligence tests as scores increase with every generation and the change is too quick for an inherited ability to increase in a population. The critiques of eugenics movements and their systematic employment to subvert populations are well known and psychology departments are rushing to distance themselves from these errors and other colonial enterprises dressed up science (Bhatia, 2018). Galton's vision of developing technologies to measure an inherited general capability has been difficult to sustain.

Critics such as Danziger (1990), Brown and Stenner (2009), and more recently, Chirkov (2016) all argue that the technologies used to measure supposed object may be the meditational means by which the objects themselves are socially constructed. Recall Danziger's claim that "… scientific psychology does not deal in natural objects. It deals in test scores, rating scales, response distributions, serial lists, and innumerable other items that the investigator does not just find but constructs with great care." (1990, p. 2). What drives psychological research is its methodological fetish and the professional communities that presuppose what ought to be studied. Intelligence is whatever intelligence measurement technologies are designed to measure, for example. Psychological researchers establish their measures that provide the 'language' that shapes what psychology is taken to be and the community constitution of what we take to be psychology is obscured (see Cresswell & Curtis, 2017).

The reason that I argue that the meditational force of research technologies amounts to hyperrealism is that, as I outline below, what humans take to be real is socioculturally constituted. In line with thinkers like Charles Taylor (1999), Richard Rorty (2006), Mikhail Bakhtin (1981), and William James (1996/1912). I have argued that human experience is deeply embodied and irreducibly sociolinguistically constituted at the same time. This position means that humans live in a world where they shape social realities and psychological research is about engaging such realities (see Cresswell, 2017). Intelligence, for example, is a phenomenon

grounded in a historical process of engagement with technologies that constitute it as they are meditational means . It misses the reality of human interactions and life by informing us what intelligence is and how we ought to peruse the development of scientific propositions about it. The way that psychologists layer their social realities over top of genuine human phenomena amounts to a kind of hyperrealism where the verisimilitude of the construction through technological mediation is not addressed.

Recall that a central aspect of Marcuse's (1974) argument is that hyperrealism enables alienation. Brown and Stenner (2009) hint at the possibility of alienation by picking up the theme that psychological research has become what is grasped by the concepts and techniques of the community of psychologists and not by people's everyday lives (for a similar critique see also Schraube & Højholt, 2016). In an attempt to replicate life in a research laboratory that obscures the mediation of research technologies, researchers end up with a misplaced concreteness and overly simplified scientific propositions about persons. The results are solicited models of human systems and the problem is that life is simply not so clean. Life is all about disequilibrium and "perfect systems are signs of death" (Brown & Stenner, 2009, p. 39). To flesh out the possibility of alienation, it is important to first address a third question raised by examining Marcuse (1974) and Borgmann (1992).

Missing What Matters

Marcuse (1974) argued that it is possible to seek pleasure in a way that is different from what is offered to us by the entertainment industry. He holds to the psychoanalytic claim that there can be better or worse forms of pleasure. The kind of pleasure that Marcuse thinks we can endorse is what he demarcates as phantasy. Phantasy spelled with a "Ph" is a psychoanalytic notion that entails pleasure marked by a high degree of freedom. It involves a truth value of its own because it invokes happiness and freedom that reveals the actual potentiality of oneself. It is a term used to describe how people can find socially acceptable ways to develop themselves in ways that they find personally enjoyable and rewarding. Marcuse uses the notion to point out how it involves satisfaction and happiness without the alienation that comes with the performance principle. It involves a free self that repels the surplus of repression.

In contrast, Marcuse (1974) argues that base pleasures such as those provided by the mass entertainment industry appeal to immediate gratification that offers a similitude of phantasy. Such entertaining technologies do not energize us because they actually lull us into a state of passively receiving what titillates us. They encourage alienating work because we need to constantly continue upgrading and purchasing new technologies that gives us access to

entertainment. Where phantasy involves living deeply because it involves authentic questioning of oneself and what is enjoyable, such soul searching is prohibited by technologies of entertainment. Something real is at stake for one that lives in phantasy involving a free relationship to technology but one who is consumed by the entertainment industry is constantly in a progressive alienation from the reality of what makes them happy and the alienation is sustained through a constant need to labour to afford technologies.

In the same way that Marcuse (1974) argues that entertainment distracts us from surplus of repression and alienation, Borgmann (1992) points out that hyperrealism prevents us from asking important questions about what is authentically good for us. Borgmann claims that hyperrealism supports the bypass of crucial decisions in life concerning how we should conduct our affairs. The inherent danger in segmenting morality from technological production and use means that we become entertained by hyperreal presentations and cease to make decisions with weighty responsible insight. For example, as soon as a device creates time, another device fills that time and so family life becomes demarcated by acquisitions and not by practices. Like Marcuse argues that entertainment distracts humans, Borgmann notes that we turn away from what really matters to us and reality ceases to speak in its own right.

Borgmann (1992) argued that a genuine alternative to hyperrealism is needed but the genuine alternative is not the return to the modernist meta-narrative of dehumanizing control. He argues for a turn to what he calls “focal reality”, which is a turn to that which engages our mind and body and it involves recognizing that reality is “eloquent”. Borgmann is challenging the postmodern position that humans engage in a kind of laissez-faire relativism where we reject the idea that things speak for themselves. In our dismissal of the idea that methods enable reality to speak for itself, we have dismissed all possibility of a kind of reality that compels us to think outside of our predilections. The result is that people tend to make decisions without responsible insight that considers wider focal reality; something to which we have a sense of obligation that concerns more than us. People are in a week position as they avoid taking responsibility for the order of things. He points out that crucial life decisions concern our conduct and we must engage in deliberation about what is focally real.

If focal reality is not reality like we see in the modernist enterprise, then what is it? Borgmann (1992) argues that it is a celebration of community and makes the case that we need a sense of community that is obscured through hyperrealism . It is the communal discourses that are more than discourses we can play with at will. The communal bonds that constitute human subjectivity and verisimilar reality provide a kind of background that cannot be taken lightly. He discusses religion as an important instance of focal reality where it involves

communal bonds that enable people to gather around a common space while also challenging people to engage in something beyond themselves. Religion is part of a focal reality that matters and it is neither taken as unassailable truth nor dismissed as just another discourse. This discussion leads to our final question about psychological research: Is it possible that psychological technologies direct us away from what really matters?

My work in psychology and the cognitive science of religion directly concerns what Borgmann (1992) labels focal realities. I criticized both critical psychologists (e.g. Gergen, 1994) and mainstream cognitive scientists (e.g. Barrett, 2012) for neglecting what matters to people. My argument is that language is embodied and constitutive of the realities that we take for granted. It is in language that communities constitute shared realities to which community members adhere. In the case of religion, for example, I argue that what matters to practitioners is what the faith is about and so a mainstream cognitive science of religion that ignores cultural content ignores what religious experience is all about (Cresswell, 2017). In an effort to attend to the socially constructed knowledge about religion and self, critical psychologists miss how language embeds us in a community that is experientially compelling (Cresswell, 2011). Psychological research technologies and the hyperrealism they constitute avoid such communal phenomena and so bypass the focal realities presented by Borgmann (1992).

While psychological technologies may provide a kind of hyperrealism that bypasses meaningful communal forms of life, Brown and Stenner (2009) highlight another important aspect of focal realities that is missed. They note that psych "kills its subject matter in the process of taking hold of it" (p. 2) by posing narrow questions stipulated by the research technologies psychologists use. My comments above show how psychologists miss wider communal realities and what Brown and Stenner add is the corollary that actual concrete occasioned events of life are also missed. They point out that real things are also occasioned insofar as life is dynamic and constantly in the process of becoming. They claim that "[t]he concrescence of an actual occasion is thus effected by feeling through which objects enter into real internal constitution of a subject." (p. 27) and so present how there is a concreteness to focal realities that is not deniable if we attend to it. They mean that psychological technologies abstract from everyday life and misses the real human experiences by attempting to create static models of life. The immanent experiences that are of central importance to people – the moment when a parent hears the first cry of her or his newborn child, for example – have not place in the models developed using psychological technologies.

NEXT STEPS: WILLIAM JAMES, PRAGMATISM, & ARTS-BASED TECHNOLOGIES

What matters? Habits

William James (1983/1890) provides a vision of where we could look in terms of studying what matter. He would seem to support the idea that human psychology is largely a matter of automatic activity and he was unabashed in his declaration that neural machinery is counterpart to all mental activity. This can be seen in his discussion of habits and associations. He describes instincts as activities undertaken without any training or education and without any foresight regarding their consequences. They are a reflex-type activity, requiring no conscious thought or will. More sophisticated activities become possible through repetition. Repeated sequences tend to perpetuate themselves and, when a sequence is repeated often enough, it too can be engaged and undertaken without conscious thought or will. James calls these sequences "habits".

One of the great benefits of habit is that habit "diminishes the conscious attention with which our acts are performed" (1983/1890, p. 119). A person learning a new activity (e.g. learning how to play a musical instrument) must concentrate on each successive step. Once the skill is acquired, however, all that is needed is an impulse in the form of an idea or perception and a command is sent to start the activity and the activity is executed without careful attention (p. 121). James goes so far as to note how even complex habits like social interactions are a series of "discharges" where different associations trigger each other in the stream of thought or action.

Associations are connections among the objects of our thoughts. These connections shape the flow of our inner thought life and our behaviour. A sensory experience can trigger a memory, often within a different sensory modality. James himself recounts how looking at his clock triggered a chain of thoughts and memories that culminated in his contemplation of some political developments in the Senate. Associations, says James, can be thought of as habits. Thus, thought ultimately depends on "mechanical conditions…which determine the order in which is presented the content or material for her comparisons, selections, and decisions" (1983/1890, p. 521). This leaves readers with a seemingly reductive account of automatic activity and something that looks much different from the communal focal realities that we suggest psychologists ought to examine.

James thereby anticipated our current discussion about neuro and mental plasticity by arguing that we biologically and mentally become coupled with the world. Life with others involves special training of individual habits to effectively fall into synchronicity with the

world. He argued for a social version of psychology by claiming that objects experienced together tend to be associated in the imagination insofar as relations in life entwine with mental relations. Habitual associations like we see in the stream of thought are thereby imposed from relations of a person to his surroundings. It is, in this way, that for psychology, a mind is an object in a world of other objects

> … Psychology, as a natural science, confines itself to the present life, in which every mind appears yoked to a body through which its manifestations appear. In the present world, then, minds precede, succeed, and coexist with each other in the common receptacle of time, and of their collective relations to the latter nothing more can be said. (Ibid. p. 197)

Habits and associations are inherently relational phenomena that cannot be reduced to more primal components. Writing about associations, James say that an association is "energetically operative, without, however, being sufficiently isolable in its activity as to stand out per se, and form the condition of a distinctly discriminated 'abstract idea'" (Ibid., p. 548). Habits and associations must be understood as interrelated with other objects in embodied relations: "The relations of minds to other objects are either relations to other minds, or to material things. The material things are either the mind's own brain, on the one hand, or anything else, on the other" (ibid., p. 212).

On the one hand he (1983/1890) acknowledges the seemingly mechanical nature of habits and associations. However, he also writes that the "brain is an instrument of possibilities, but of no certainties" (p. 144), that activity in the cerebrum is chance-like in the same way that "it is a matter of accident whether a rain-drop falling on a mountain ridge descend the eastern or the western slope" (p. 142), and that our psychological activity is marked by "hair-trigger organization [that] makes of it a happy-go-lucky, hit-or-miss affair" (p. 143). Habit have a role to play in shaping our behavior, but "the linked chain of our [mental] representations fall outside of all assignable rule" (p. 543). A crucial element of his critique of a mechanistic psychology is his discussion of consciousness. James distinguishes between humans and the lower animals. He had had a view about how the developed upper brain in humans makes them different than the lower animals. Lower-brain functions, many of which are shared in common with lower animals, are highly specific and regular.

Activities of the upper-brain, on the other hand, are comparatively unstable according to James (1983/1890): "A low brain does few things, and in doing them perfectly forfeits all other use. The performances of a high brain are like dice thrown forever on a table" (p. 143). Consciousness operates as a selecting agent. It surveys the material offered to it and chooses

what to attend to and, in performing this role, it loads the dice. According to James, which aspects of a representation are emphasized is determined by a number of factors: habit, recency, vividness, and emotional congruity (p. 543). This selecting role of consciousness ultimately challenges the view that human behavior is an automatic response to the environment. If we want to understand why human behavior is so difficult to predict or determine, we must understand the role of consciousness.

What do habits have to do with the background that matters? James approached habitual association in a way that is inherently entwined with others. In some places, he argues for the importance of recognizing how forming habitual associations is possible because of our "plastic" natures (e.g. p. 130). James (1983/1890) writes that daily behaviour "…especially in man, it seems, to a great extent, to be the result of education" (p. 109) and he means education in the broad sense. He described habit as the "fly-wheel" of society (p. 125). Our habits are the product of the social and environmental milieu we find ourselves in. He writes

> Already at the age of twenty-five you see the professional mannerism settling down on the young commercial traveller, on the young doctor, on the young minister, on the young counsellor-at-law. You see the little lines of cleavage running through the character, the tricks of thought, the prejudices, the ways of the 'shop,' in a word, from which the man can by-and-by no more escape than his coat-sleeve can suddenly fall into a new set of folds. (pp. 125-126)

When we consider habits and associations, we are considering dynamic activities taken in concert with others. Our habitual responses include the dynamics of associations practiced by various communities in which we are a part, and being part of many communities means that there are many expressions of habitual associations that can be possible. This flexibility and diversity is what enables associations to be interpersonally recognizable while remaining unpredictable. Our sociocultural milieu shapes our habits and associations insofar as it constitutes a generic range of potential activity and this is the communal background. An implication of this approach is that any academic study is about the study of habits and this study amounts to the study of focal realities.

Technologies and Hyperrealism: Back to Reality

James (1996/1912) puts forward the notion of "radical empiricism" to help us realize that the facts of experience are entwined with a community that constitutes the world its members enact. One tries to grasp the realities of others and this endeavour means that there are multiple worlds at play. There may be a religious world and the world of science as established by researchers, for example. Radical empiricism is to look to such realities and to understanding

the lived worlds of others and the articulation of these understandings are the propositions that constitute psychological science.

A challenge for researchers is to recognize that there may be other worlds that do not share the same taken-for-granted realities. It is for this reason that James treats radical empiricism as the name given to the pluralistic rival of absolutism. Absolutism, of any sort says James, takes the approach that there is one singular world to understand and absolutist research would be about identifying it.

Research wherein we take the presence of multiple worlds seriously, has a different set of presuppositions insofar as "[e]very end, reason, motive, object of desire or aversion, ground of sorrow or joy that we feel is in the world of finite multifariousness, for only in that world does anything really happen, only there do events come to pass." (James, 1996/1909, p. 49). There are ambiguities inherent in the study of multiple worlds and radical empiricism involves recognizing that work often includes opposites and ambiguities. Hence, James writes that "[p]luralistic empiricism knows that everything is in an environment, a surrounding world of other things, and that if you leave it to work there it will inevitably meet with friction and opposition from its neighbors." (James, 1996/1909, p. 90).

This vision for research leads to a mode that eschews certainty of the sort that hyperrealistic research pursues. Radical empiricism means that we have to form scientific propositions in terms of fuzzier categories and in ambiguous spaces of uncertainty. James argues that the "vice" of humans is that they slide into a concern for seeking definitive answers and miss the "intermediate shades" that populate life. He writes that one "cannot enter the phenomenal world with the notion of it in your grasp, and name beforehand any detail which you are likely to meet there. Whatever the details of experience may prove to be, after the fact of them the absolute will adopt them. It is an hypothesis that functions retrospectively only, not prospectively." (James, 1996/1909, p. 126).

Such an approach stands in contrast to research that seeks to close things down through technologies that specify what is real in advance. It is for this reason that James suggests that radical empiricism stands for "the legitimacy of the notion of some" (ibid. p. 79) and that we can know something about our subject matter without hyperreal pre-specification. That is, we do not have definitive or complete knowledge: "… radical empiricism allows that the absolute sum-total of things may never be actually experienced or realized in that shape at all, and that a disseminated, distributed, or incompletely unified appearance is the only form that reality may yet have achieved." (ibid. p.44). This approach opens up a helpful discussion in relation to scientists who are concerned with questions of ontology.

The foregoing discussion does not compel a researcher to take a firm ontological stance because it does not rely upon the same technologies to shape psychological propositions. James was critical of an abstract approach that involves a separation of some thing from a belief about the thing. He was against the idea that we can sensibly talk about belief being separate from some thing in the way that psychological technologies imply. His work informs us that we must address what participants' beliefs are about if we plan to study them and so turns to a cultural approach that addresses the narratives and stories. Such stories require an embodied understanding because, as James argues, belief is best characterized in terms of pure experience. The focal realities that we ought to study are entwined with our very sensation of the world around us because, as James (1982/1902) notes, thoughts or like features of our psychology have compelling force that has ontological gravitas.

Through James, I advocate forming scientific propositions about realities as people experience them instead of realities that researchers determine a priori. A psychological praxis is one that looks to what people experience as real insofar as what "these people experience IS reality. It gives us [and them] an absolute phase of the universe." (James, 1981/1907, p. 17; original emphasis). It may seem like this pluralist positioning disconnects us from any form of objective science and this charge is partially true. When we take an approach outlined by James, we turn to the shared realities that are not entirely objective. Such realities, however, are not subjective either.

Criteria for psychological scientific propositions must involve a fit with the life of those we study. It is for this reason that we do not collapse into subjective fancy. James (1981/1907, 2011/1909) repeatedly argued that truth is not a matter of the mere proclivities of subjectivity. He did so in a way that points out how one's truth is only true when it resonates with life outside one's mind and so means that it resonates with others. He made the claim that standards of fit are socio-normative in quality and are integrally integrated with life with others. This claim is not to say that people are bullied into experience by authority, but rather that those around us shape what we experience as real in the ways we outlined in previous chapters. As we come to new experience, our repertoire of facts grows with our experience as new truths are enfolded into current experience. I propose turning to the facts of experience as people live them and so researchers cannot make any sort of fanciful propositions and they cannot proceed by their use of hyperreal research teachnologies. As such, it is possible to handle experience while staying grounded in facts (for a detailed discussion see Chirkov, 2016).

A more robust research practice requires researchers to pay closer attention to the way that humans establish the facts of experience in a moral sense. James argues that the facts people

take to be true are made in the course of experience. That is, "[i]t is the most personal experience of those most qualified in all our circle of knowledge to HAVE experience, to tell us WHAT is." (James, 1981/1907, p. 17). James (2011/1909) expanded the definition of truth by arguing that it is always inextricably bound to life. Truth is not used in a moral vacuum because people use it in relation to all of the other aspects of life. He links this kind of effort to the notion of moral goods and argued that facts of experience are such when they fall into rhythm with life and reflect satisfactory relationships with other parts of experience.

This satisfactory quality involves facts that are a good fit with the rest of life. The pluralism inherent in James means that it is not a moral system of rules that we are discussing here. It is about the good that fits with life in the sense of good behavior. Good propositions involve resonance with focal reality of a community and this notion cannot be separated from moral goodness. Facts are whatever prove themselves to be good insofar as they fit with life and do not violate morals constituted in lived normativity.

Surplus of Repression & the Performance Principle: Emancipation

Propositional claims made by researchers or anyone else, are common sense claims and it means that a set of facts will fit morally in one sphere of life but, perhaps, not another. James points out that such sociocultural constituted facts continue on something like a "credit system" (1981/1907, p. 85) where people take them for granted until they are ruptured. It is here that we can see the emancipatory potential in my proposal. It involves getting past the surplus of repression.

To outline how my proposal involves emancipation from the surplus of repression and performance principles, I first need to read Marcuse (1974) and Borgmann (1992) together with James. Borgmann (1992) argues for a turn to focal realities but does not offer much more than the call to make this turn. James offers a place to look in terms of exploring the habits that people live as a matter of course. James articulates what the focal realities are about and how we can look to habits and associations.

Marcuse (1974) is the source that explains why this return is not easy. The surplus of repression and performance principles are supported by technologies. I propose that it is possible that habits and associations can become invisible because we just live them. Technologies can further obscure such habits and keep us blind to what matters, which means that we can dwell in an anesthetic mode where life remains unexamined. Extended to psychological research, the performance principle that shapes psychological research is supported by hyperreal

technologies. The question is: How do we deal with the surplus of repression and performance principles in psychological research?

I'm going to start with Marcuse's (1974) claim that the anesthesia promoted by the entertainment industries can be combated with the aesthetic potential of art. He writes that art involves "[t]he transformation of toil (labor) into play, and of repressive proclivity into 'display' – a transformation that must be preceded by the conquest of want (scarcity) as the determining factor of civilization." (p. 193). In contrast to hyper realistic entertainment, art has the potential to enable labor to be enjoyable and compact the imperatives placed on us due to a perception scarcity. Art has a liberating function that plays with what we take for granted and so provides a rupture in the surplus of repression. This rupture enables us to be less alienated from what matters in life.

James addresses such a rupture in his discussion of how the value of research propositions can be ascertained through considering whether or not a claim is generative. We change and the world around us changes such that a claim could become antiquated and irrelevant. A claim, James (1981/1907, 2011/1909) argues, is one that fits the dynamics of life to do more. If an idea has value insofar as it works in life, it has enough to be a fact of experience, which opens new directions. We are not wed to preconceived ontological notions and we still can study experience without falling into reductive approaches that enable technological hype reality. A challenge is that we cannot just collect information about various groups. When a dispute over the facts of experience becomes serious the facts themselves can be questioned and ultimately one side of a dispute must show more practical difference over another, but this is not enough.

The forgoing can respond to a call to researchers to realize their emancipatory potential in the face of injustice and oppression (c.f. Walsh, 2015; Walsh & Gokani, 2014). Walsh (2015) has written on the topic of ethics in the context of psychological research and he notes that researchers ought to develop a critical consciousness of socio-contextual phenomena. In an earlier paper, he and his colleague challenge a taboo in psychology about addressing social privilege and such an address emerges in the recognition that all aspects of our vocation are profoundly ethical (c.f. Walsh & Gokani, 2014). Such works highlight technological realism lacks a moral compass for addressing issues such as oppression and violence. It also highlights how there is potential for researchers to expose practices that are oppressive and propose emancipatory alternatives.

A growing body of research indicates that there may be value utilizing arts-based methodologies to understand the complexities and obstacles that refugees encounter in their pre-

migration and post-migration environments. With arts-based research, there is a commitment to a designated form of art, the methodological moral principles of research, an openness to the vast possibilities of individuals' imaginations, the researchers' conceptual and aesthetic artistries, and the ability to engage and relate with its participants (Coles and Knowles, 2008, pp. 61-62).

Arts-based research is capable of eliciting stronger and more empathetic responses from participants in comparison to those of textual or linguistic methods. It serves as an innovative and aesthetic form of communication that can infer diverse ideas, emotions, and experiences. As well, art-based methods are able to provide a geospatial representation of experiences and perspectives, which has rich intrinsic narrative and analytical value (Estrella and Forinash, 2007). In an early essay, Mitchell (1994) touched on this benefit: "A verbal representation cannot represent – that is, make present – an object, describe it, invoke it, but it can never bring its visual presence before us in the way pictures do. Words can "cite", but never "sight" their objects" (p. 152).

CONCLUSION

This paper critiques realism as it manifests in psychological research and the notion that we can have positive knowledge which means subject-independent knowledge. This discussion extended to challenge the presumed praxis that accuracy of propositions through convergent observations is generated through the use of neutral research technologies. Marcuse (1974) and Borgmann (1992) grounded this critique and I showed how psychological research technologies result in hyperreal similitudes and the result is that psychological propositions bypass what really matters to humans. By looking back to James, I charted a way forward.

REFERENCES

Alter, A. (2018). Irresistible: The Rise of Addictive Technology and the Business of Keeping Us Hooked. New York: Penguin.

Bakhtin, M. (1981). The dialogic imagination: Four essays by M. M. Bakhtin (C. Emerson & M. Holquist, Trans.). Austin, TX: University of Texas Press. (Original Russian Publication 1975).

Barrett, J. (2012). Born believers: The science of children's religious belief. Toronto: Free Press.

Bhatia, S. (2018). Decolonizing Psychology. Oxford: Oxford University Press.

Billig, M. (1996). Arguing and thinking: A rhetorical approach to social psychology (2nd ed.). New York, NY: Cambridge University Press.

Borgman, A. (1992). Crossing the Postmodern Divide. Chicago: University of Chicago Press.

Brown, N. (1959). Life against death: The psychoanalytic meaning of history. Middletown Connecticut: Wesleyan University Press.

Brown, S., & Stenner, P. (2009). Psychology without foundations: History, philosophy and psychosocial theory . Thousand Oaks, CA: Sage.

Chirkov, V. (2016). Fundamental of research on culture and psychology . New York: Routledge.

Cole, A. L., & Knowles, J. G. (2008). Arts-informed research. In J. G. Knowles & A. L. Cole (Eds.), Handbook of the arts in qualitative research (pp. 55-70). Thousand Oaks, CA: Sage.

Cresswell, J. (2011). Being faithful to ourselves: Bakhtin and a potential postmodern psychology of self. Culture & Psychology , 17 , 462–479.

Cresswell, J. (2017). Culture and the cognitive science of religion. New York: Routledge.

Cresswell, J. & Curtis, E. (2017). Discussing Moral Goods & Confronting Research Fetish: Review of Chirkov's (2016) "Fundamentals of Research on Culture and Psychology: Theory and Methods". Culture & Psychology, 24(1), 96-106

Danziger, K. (1990). Constructing the subject . New York: Cambridge University Press.

Español, S. (2018). Early Infancy – A moving World: Embodied Experience and the Emergence of Thinking. In A. Rosa & J. Valsiner (Eds). The Cambridge Handbook of Sociocultural Psychology (pp. 207-222). New York: Cambridge University Press.

Estrella, K., & Forinash, M. (2007). Narrative Inquiry and Arts-Based Inquiry: Multinarrative Perspectives. Journal of Humanistic Psychology, 47(3), 376-383

Gergen, K. (1985). The social constructionist movement in modern psychology. American Psychologist , 40 (3), 266–275.

Gergen, K. (1994). Realities and relationships. Cambridge, MA: Harvard University Press.

James, W. (1981). Pragmatism . Indianapolis, IN: Hackett (original publication 1907)

James, W. (1982). The varieties of religious experience . New York: Penguin (original publication 1902)

James, W. (1983). The principles of psychology. Cambridge: Harvard University Press. [original publication: 1890]

James, W. (1996). A pluralistic universe . Lincoln: University of Nebraska Press (original publication 1909)

James, W. (1996). Essays in radical empiricism . Lincoln: University of Nebraska Press (original publication 1912)

James, W. (2011). The meaning of truth . New York: Barnes & Noble Digital Library (original publication 1909)

John LK, Loewenstein G, Prelec D. (2012) Measuring the prevalence of questionable research practices with incentives for truth telling. Psychological Science, 23, 524–532.

Kerr, N. L. 1998. HARKing: Hypothesizing after the results are known. Personality and Social Psychology Review, 2(3): 196–217.

Lanier, J, (2018). Ten arguments for deleting your social media accounts right now. New York: Henry Holt and Co.

Mitchell, W. (1994). Picture Theory: Essays on Verbal and Visual Representation. Chicago: University of Chicago Press.

Polkinghorne, D. E. (1983). Methodology for the human sciences: Systems of inquiry. Albany: State University of New York Press.

Potter, J., & Wetherell, M. (1987). Discourse and social psychology: Beyond attitudes and behaviour . Newbury Park: Sage. Marcuse (1974)

Nosek B., Aarts, A., Anderson, C., et al. (2015). Estimating the reproducibility of psychological science. Science, 349, 943-952.

Rorty R. (2006). Objectivity, relativism, and truth. Cambridge: Cambridge University Press.

Schraube, E., & Højholt, C. (2016). Psychology and the conduct of everyday life.New York: Routledge.

Shotter, J. (2008). Conversational realties revisited: Life, language, body, and world. Chagrin Falls: Taos Institute.

Taylor, C. (1999). Human agency and language: Philosophical papers volume 1 . Cambridge: Cambridge University Press.

Walsh, R. (2015). Bending the arc of North American psychologists' moral universe towards communicative ethics and social justice. Journal of Theoretical & Philosophical Psychology , 35 (2), 90–102.

Walsh, R., & Gokani, R. (2014). The personal and political economy of psychologists' desires for social justice. Journal of Theoretical & Philosophical Psychology , 34 (1), 41–55.

Wu., T. (2017). The Attention Merchants: The Epic Scramble to Get Inside Our Heads. New York: Vintage Press.

Set 2019

OS NOVE CÍRCULOS DO INFERNO DA CIÊNCIA

NEUROSKEPTIC

Publicado em: NEUROSKEPTIC. The Nine circles of scientific hell. **Perspectives on Psychological Science**, v.7, n6, p.643-644, 2012.
Fonte original: http://neuroskeptic.blogspot.com/2010/11/9-circles-of-scientific-hell.html
Contato: Neuroskeptic, neuroskeptic@gmail.com, http://neuroskeptic.blogspot.com.
Tradução: André Elias Morelli Ribeiro

No espírito do inferno de Dante Alighieri, este artigo analisa com humor o destino que aguarda os cientistas que pecam contra as melhores práticas nas ciências.

A Divina Comédia de Dante é um clássico da literatura universal e foi a primeira grande obra escrita em língua italiana. No primeiro livro da trilogia, Inferno, Dante apresenta um passeio pelos nove níveis cada vez mais horríveis do Inferno, nos quais os pecadores são atormentados para sempre, conforme seus pecados. Mas Dante viveu antes da era da ciência moderna. Talvez seja necessário atualizar seu esquema para explicar o que acontece com os culpados de vários pecados científicos, que vão desde o comum até o chocante (veja a Fig. 1).

Havia lugar para todos os seres humanos no inferno de Dante, e foi apenas por conta da intervenção de Cristo que salvou alguém dele. Até pessoas "boas" foram para o inferno, porque todos pecaram, e pecados ainda pecados, por menores que fossem. Da mesma forma, pouquíssimos cientistas (os autores deste com certeza não estão neste grupo) poderiam evitar ser condenados a algum nível deste Inferno... mas isso é uma desculpa?

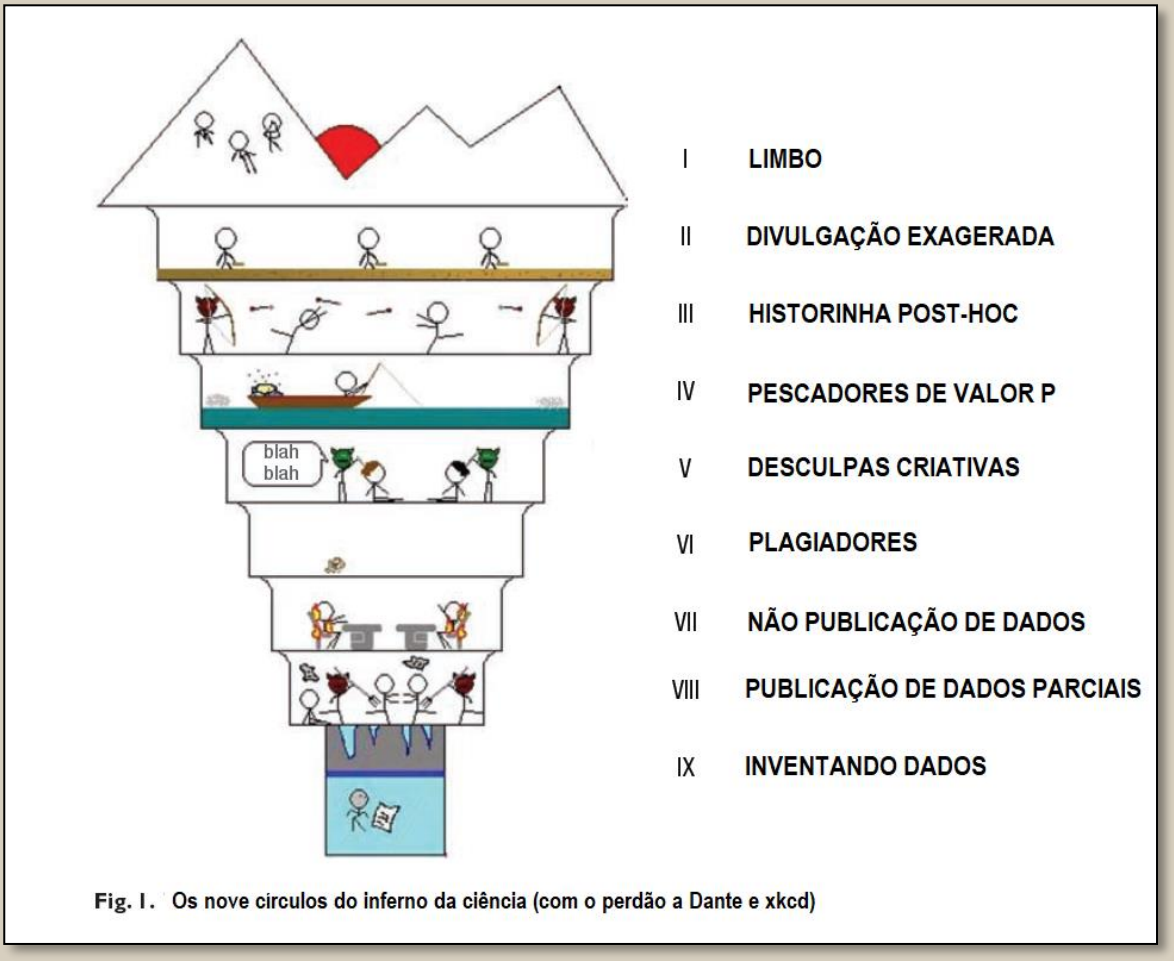


Fig. 1. Os nove circulos do inferno da ciência (com o perdão a Dante e xkcd)

Primeiro Círculo: limbo

O círculo mais alto não é um lugar de punição, e sim de arrependimento. Aqueles que não cometeram pecados científicos propriamente, mas que fecharam os olhos para eles, ou incentivaram os pecadores através da concessão de bolsas, passam a eternidade no topo dessa montanha árida, observando a carnificina abaixo e refletindo sobre como eles são parcialmente responsáveis pelo sofrimento de todos...

Segundo Círculo: divulgação exagerada

Este círculo é reservado para aqueles que exageraram a importância de seu trabalho, a fim de obter bolsas ou escrever artigos melhor avaliados. Os pecadores ficam presos em uma cova enorme, até o pescoço em lodo horrível. Cada pecador recebe o único degrau de uma escada, rotulado como "A saída - o vício dos cientistas do segundo círculo do inferno".

Terceiro Círculo: historinha post-hoc

Os pecadores condenados a este círculo devem fugir o tempo todo de ataques de demônios armados com arcos e flechas, que disparam suas armas de modo mais ou menos aleatório. Toda vez que alguém é atingido em alguma parte do corpo, um demônio passa a explicar longamente que ele estava mirando naquele ponto exato desde o começo.

Quarto Círculo: pescadores de valor p

Destinado àqueles que tentaram todos os testes e variações estatísticas possíveis até obter um valor de p menor que 0,05, ficando todos em um enorme lago de águas escuras. Os pecadores sentam-se em barcos e devem pescar pela comida. Felizmente, eles têm uma grande variedade de varas e redes de pesca diferentes (os nomes das marcas incluem Bayes, Student, Spearman e muitos mais). Infelizmente, apenas um em cada 20 peixes é comestível; portanto, os pecadores deste círculo estão constantemente com fome.

Quinto Círculo: desculpas criativas

Aqueles que “limparam” os resultados de suas pesquisas ao excluir partes inconvenientes de seus dados ficam neste círculo. Os demônios arrancam seus cabelos um por um, cada vez explicando que o pecador está melhor sem esse cabelo, porque havia algo errado com ele.

Sexto Círculo: plagiadores

Esse círculo está vazio porque, assim que os pecadores chegam nele, um demônio os leva para outro círculo, onde sofrem o castigo daquele nível. Após o término de um período de três anos, eles são transportados para outro círculo, onde sofrerão o castigo correspondente, e assim por diante ...

Sétimo Círculo: não publicação de dados

Aqui, os pecadores estão acorrentados a cadeiras em chamas, na frente a mesas cobertas com máquinas de escrever quebradas. Somente se os pecadores puderem escrever um artigo descrevendo sua situação, eles serão libertos. Cada escrivaninha tem uma gaveta cheia desses artigos já prontos, mas permanecem eternamente trancadas.

Oitavo Círculo: publicação de dados parciais

A qualquer momento, exatamente a metade dos pecadores presos neste círculo são perseguidos por demônios que os espetam com lanças. Os demônios escolhem qual grupo perseguir aleatoriamente, depois de garantir que os grupos sejam compostos proporcionalmente, conforme idade, sexo, altura e peso. Os ventos uivantes enchem o ar com uma torrente constante de artigos anunciando o sucesso de um novo programa para aumentar a participação do público em um determinado exercício físico - mas sem dizer quais são os efeitos colaterais conhecidos.

Nono Círculo: inventando dados

Aqui, o próprio Satanás fica preso para sempre em um sólido bloco de gelo, junto dos piores pecadores de todos. Congelado diante de seus olhos, há um artigo que explica muito convincentemente que a água não pode congelar nas condições ambientais desta parte do inferno. Infelizmente, os dados foram inventados.

Set 2019

APRESENTAÇÃO DO LIVRO “FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS DA ABORDAGEM CENTRADA NA PESSOA”

PAULO COELHO CASTELO BRANCO

APRESENTAÇÃO

Paulo Coelho Castelo Branco é Docente e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Saúde do Instituto Multidisciplinar em Saúde da Universidade Federal da Bahia. Também é Coordenador do Núcleo de Estudos em Psicologia Humanista e Vice Coordenador do GT de História da Psicologia da ANPEPPP. Membro da Sociedade Brasileira de História da Psicologia. E-mail: pauloccbranco@gmail.com

Antes de expor o meu livro recém lançado, "Fundamentos epistemológicos da abordagem centrada na pessoa", publicado em 2019, pela Editora Via Verita, devo salientar que considero o campo da Epistemologia como uma vertente complementar à História da Psicologia. Ambas as perspectivas dialogam e podem fornecer profícuos subsídios para (re)pensar os diversos conhecimentos psicológicos que se estruturaram em suas bases originárias e estão sendo reorganizados em outras localidades, sob outras influências. Desde a minha graduação, até então, interesso-me em aprender, implicar e aplicar alguns métodos epistemológicos e historiográficos sobre a Psicologia Humanista de Carl Rogers (Castelo-Branco, 2012; Castelo-Branco & Barrocas, 2012; Castelo-Branco & Cirino, 2016a, 2016b; Castelo-Branco & Cirino, 2017a, 2017b, 2017c, 2017d; Castelo-Branco, Vieira, Moreira & Cirino, 2016; Feitosa, Castelo-Branco & Vieira, 2017).

Conquanto no Brasil seja comum enquadrar Rogers nas searas fenomenológicas e existenciais, sentia a necessidade de organizar um pensamento sobre as matrizes de ideias que ele contatou ao longo de sua carreira, nos EUA. Tal ímpeto foi idealizado desde 2007, mas somente neste ano consegui amadurecer e autorizar, em razão de critérios pessoais, que essa necessidade viesse à tona no formato de um livro. Confesso que passei alguns anos tentando negociar (comigo mesmo) a publicação dessa visada em variados artigos. Entretanto, o formato livresco se mostrou o mais adequado para que eu pudesse expressar, sem preocupações com o limite de páginas, um fluxo adequado de pensamento que versasse epistemologicamente Rogers.

Diante disso, afirmo que o livro "Fundamentos epistemológicos da abordagem centrada na pessoa" se trata de um trabalho pioneiro que oferece uma densa e organizada elaboração sobre o desenvolvimento do pensamento de Rogers em relação às suas fundamentações teóricas e fundações epistêmicas. Permito-me apresentar a obra apontando suas nuances.

Na introdução, argumento que a noção de organismo foi o elemento basilar e edificante de todo o desenvolvimento teórico de Rogers. Nesse sentido, tomo a premissa de Jean Piaget de fieri, o qual indica que toda ciência avança conforme um elemento central (um "fio

condutor") que possibilita um conhecimento não ficar estagnado em suas ideias dado que ele sofre diversas influências. O fieri seria, pois, um devir científico que pode ser identificado segundo observações sobre a obra de um autor. Assim, percebi que em todas as fundamentações teóricas de Rogers, a noção de organismo estava presente e a considerei como o seu fieri.

A partir disso, entendi que a teoria de Rogers tem uma base organísmica que procede de um contexto de ideias funcionalistas e pragmatistas, bastante presentes na emergência da Psicologia estadunidense. Essa base perpassou outras influências psicológicas, filosóficas e psicoterapêuticas que culminaram em um contato com o paradigma holístico-sistêmico. Destarte, a concepção organísmica de Rogers avança ante variadas influências.

Em sequência, no capítulo 1, destaco que apesar da existência de alguns autores que pensaram os momentos de Rogers, é possível estabelecer uma nova inteligibilidade sobre as fases do seu pensamento segundo uma divisão temporal pautada pelos locais onde ele trabalhou e pelas publicações dos seus livros, capítulos, artigos e entrevistas. Nestes escritos, foquei os seus textos de fundamentação teórica, de modo a demarcar sua concepção organísmica. Com efeito, sistematizei quatro fases do fieri teórico de Rogers, a saber:

1. Aconselhamento Não-Diretivo, ocorrido de 1928 à 1945, período em que Rogers concluiu o Ph.D. em Psicologia Clínica na Universidade de Columbia (sob a orientação de Leta Hollingworth), trabalhou com crianças desajustadas no Rochester Society for the Prevention of Cruelty to Children e lecionou na Universidade de Ohio;

2. Terapia Centrada no Cliente, com abrangência de 1945 à 1964, envolve as pesquisas clínicas no campo da psicoterapia ocorridas nas Universidades de Chicago, onde Rogers desenvolveu a Terapia Centrada no Cliente – a primeira perspectiva de psicoterapia desenvolvida por um psicólogo reconhecida pela American Psychological Association[1] – e depois na Universidade de Wisconsin, onde ele testou esse modelo terapia com esquizofrênicos;

3. Transição entre Terapia Centrada no Cliente e Abordagem Centrada na Pessoa, de 1964 até 1977, estação em que Rogers havia se aposentado da vida acadêmica e da clínica e se mudara para a Califórnia, onde trabalhou como colaborador do Instituto Ocidental de Ciências do Comportamento, com o intento de pensar paradigmas de ciência alternativos ao Positivismo

[1] Antes de Rogers, a psicoterapia era entendida como um ofício exercido exclusivamente por médicos de formação analítica, cabendo ao campo da Psicologia Clínica trabalhar com avaliação psicológica, psicodiagnóstico e aconselhamento psicológico (Castelo-Branco, Vieira, Moreira & Cirino, 2016).

e à Psicologia Comportamental. Além disso, dedicou-se ao desenvolvimento de metodologias de aprendizagem no contexto educacional e à elaboração de práticas grupais e de outras modalidades relacionais;

4. Abordagem Centrada na Pessoa, de 1977 (quando Rogers indicou esse nome pela primeira vez) até 1987 (ano de sua morte), ocasião em que ele ampliou as implicações de sua abordagem como um jeito de ser e abordar as pessoas em qualquer campo relacional interpessoal e de relações com a natureza.

Posteriormente, no capítulo 2, aponto e implico o método histórico-crítico de Jean Piaget[2] como uma lógica epistêmica para investigar o fieri organísmico de Rogers, ao logo de suas fases. Pode parecer estranho tal apropriação, mas como epistemólogo da Ciência (para além de um psicólogo experimental e do desenvolvimento), Piaget conta com algumas obras que pensam variados critérios para ponderar os avanços das psicologias. Nesse sentido, Piaget concebe o método histórico-crítico como um exercício lógico para reconstituir as possibilidades de uma ciência psicológica.

Assim, o método aponta para o estabelecimento de como o inventor de um conhecimento psicológico (neste caso, Carl Rogers) estabeleceu o seu fieri (a noção de organismo), de modo a responder as questões científicas de sua época (Zeitgeist funcionalista e pragmatista estadunidense). Trata-se, pois, de reconstituir que tipos de conhecimentos Rogers recorreu para compor sua teoria, com quais influências ele se deparou e quais apropriações e elaborações foram acrescidas em sua concepção organísmica ao longo dos anos. Com efeito, situo o método da seguinte forma:

1. Ao longo das fases supracitadas, mapeio e apresento os principais textos teóricos de Rogers, organizados conforme sua cronologia de publicação;

2. Descrevo a teoria organísmica de Rogers em cada momento de sua carreira;

3. Identifico e distribuo, em cada fase, as influências (autores e ideias científicas e filosóficas) que exerceram impacto na concepção organísmica de Rogers;

4. Por meio de consultas bibliográficas diretas e indiretas (comentadores especializados) adentro as obras dos autores que influenciaram Rogers;

---

[2] Caso o(a) leitor(a) se interesse mais pela gênese, fundamentação e aplicação do método histórico-crítico, recomendo a leitura de Castelo-Branco e Barrocas (2012).

5. Retorno ao pensamento rogeriano de modo a analisar o que ele assimilou e elaborou dessas influências e a refletir quais acréscimos teóricos possibilitaram o desenvolvimento de sua posição organísmica.

Desta feita, o capítulo 3, em suma, compila e descreve toda a teoria organísmica de Rogers, resguardando quatro subtópicos para cada fase do seu pensamento. O(A) leitor(a) encontrará no início de cada parte uma breve descrição do contexto formativo de Rogers, de modo a adentrar como ele paulatinamente organizou sua teoria. Neste capítulo, apresento "Rogers por Rogers" para trabalhar suas proposições sobre as relações entre organismo e ambiente, as relações entre experiência, consciência, campo perceptivo e comportamento, a constituição do self, os princípios de autorregulação e suas relações com o self real e o self ideal, impulsos básicos, metas adaptativas, processos de (des)adaptação e tendências à realização e formativa.

No mencionado capítulo, levo o(a) leitor(a) a perceber que a teoria rogeriana está muito além das conhecidas "três atitudes facilitadoras" (congruência, consideração positiva incondicional e compreensão empática), as quais intencionalmente não versei, por considerar que em solo brasileiro se reduz o legado de Rogers a elas. Embora as aludidas proposições abalizem tais atitudes, entendo que creditar o pensamento rogeriano somente a elas, implica em uma concepção "dietética" do seu espólio.

Nos capítulos 4, 5, 6 e 7, que representam respectiva e novamente as fases do pensamento rogeriano, apresento as influências que impactaram Rogers em sua concepção organísmica, a saber: o funcionalismo nas escolas de Chicago e de Columbia; as psicanálises neofreudianas de Otto Rank, Karen Horney e Harry Sullivan; a filosofia educacional, social e política estadunidense; o contexto cientificista da Psicologia estadunidense em pesquisas clínicas; a Psicologia da Gestalt; a teoria do campo de Kurt Lewin; as teorias personalistas clínicas; as teorias organísmicas de Eugene Gendlin, Kurt Goldstein, Abraham Maslow e Andras Angyal; as influências dos trabalhos grupais; as reflexões sobre a Fenomenologia como paradigma de pesquisas empíricas; a filosofia do conhecimento tácito de Michael Polanyi; o paradigma holístico-sistêmico desenvolvido por Fritjof Capra, Magorah Maruyama, Ilya Prigogine e Lancelot Whyte; e as biologias ecossistêmicas de Albert Szent-Gyoergy e Jan Smuts. Para cada uma dessas influências, apresento suas ideias basilares e retorno a Rogers de modo a demonstrar o que ele assimilou e elaborou de cada uma delas em cada fase de sua teoria organísmica.

Por fim, no capítulo 8, apresento minhas ponderações em relação ao trabalho epistemológico empreendido. Para além do método usado, indico algumas circunstâncias biográficas de Rogers que poderiam estabelecer outras pesquisas epistemológicas. Constato que o pensamento

teórico de Rogers, se considerado o seu fieri organísmico, não ficou estagnado nos anos de 1960-1980, como muitos acreditam. Ao contrário, desenvolve-se em prol de uma concepção mais elevada de organismo, bastante influenciada pelos paradigmas holísticos e ecossistêmicos modernos.

Com efeito, se ajuizarmos que Rogers é devedor de uma matriz epistêmica fenomenológica e existencial, ao modo como se propaga o ensino do seu pensamento no Brasil, deveras, incorrerá em uma insuficiência do seu pensamento que culminará em críticas ou em importes teórico-conceituais dessas vertentes, ocasionando elaborações meta-científicas ao autor. Contudo, se partirmos do seu solo de ideias vernáculas, entenderemos que Rogers manteve um programa de desenvolvimento fiel às contendas científicas e filosóficas de sua época e do seu contexto, desde o funcionalismo até o paradigma sistêmico. Essas influências (de forte inspiração biológica) são mais patentes do que aquelas filosofias europeias. É o que eu pude discutir, a partir dos resultados obtidos pelo método histórico-crítico. Contudo, considero que, se postulados outros fieris do pensamento rogeriano, existe a possibilidade de obtermos outros resultados e discussões que poderão complementar o atual trabalho epistêmico.

Ressalto, finalmente, que a lógica metodológica utilizada sobre as fases de Rogers e a (re)constituição do seu pensamento teórico partem, também, do posicionamento pessoal de quem vos escreve. Nesse sentido, não acredito que tenha descoberto algo que estava escondido, dado que usei de diversas citações diretas de Rogers para indicar o ponto de partida de minhas articulações e reflexões. Considerando que o expoente humanista não desenvolveu uma organização epistemológica do seu pensamento, deixando esse desafio para os seus estudiosos, espero ter dado minha contribuição à comunidade centrada na pessoa e à comunidade de historiadores e epistemólogos das psicologias.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Sociedade Brasileira de História da Psicologia, em especial, ao professor André Elias Morelli Ribeiro pelo convite de expor uma elucidação sobre o meu livro. Agradeço aos mestres Ricardo Barrocas e Sérgio Cirino pela formação.

REFERÊNCIAS

Castelo-Branco, P. (2012). Revisão dos aspectos monadológicos da teoria de Carl Rogers à luz da fenomenologia social. Revista do NUFEN, 4(2), 83-98.

Castelo-Branco, P., & Barrocas, R. (2012). O método histórico-crítico e a pesquisa epistemológica em Psicologia: uma perspectiva de Jean Piaget. Memorandum, 22, 40-51.

Castelo-Branco, P., & Cirino, S. (2016a). Funcionalismo e pragmatismo na teoria de Carl Rogers: apontamento históricos. Revista da Abordagem Gestáltica, XXII(1), 12-20.

Castelo-Branco, P., & Cirino, S. (2016b). Reflexões sobre a consciência na fenomenologia e na abordagem centrada na pessoa. Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia, 9(2), 241-258.

Castelo-Branco, P., Vieira, E., Cirino S., & Moreira, J. (2016). Influências da Psicanálise neofreudiana na psicoterapia de Carl Rogers. Contextos clínicos, 9(2),279-289.

Castelo-Branco, P., & Cirino, S. (2017a). Recepção e Circulação da Psicologia Humanista de Carl Rogers no Brasil. Revista de Psicología (Santiago), 26(2), 106-117.

Castelo-Branco, P., & Cirino, S. (2017b). Fenomenologia nas obras de Carl Rogers: apontamentos para o cenário brasileiro. Revista de Psicologia (UFC), 8(2), 44-52.

Castelo-Branco, P., & Cirino, S. (2017c). Circulação de artigos brasileiros sobre Carl Rogers: ascensão, renascimento ou declínio?, Subjetividades, 17(2), 01-11.

Castelo-Branco, P., & Cirino, S. (2017d). História da Psicologia em Contexto: teoria, conceitos e implicações metodológicas. Revista Sul Americana de Psicologia, 5(2), 172-194.

Feitosa, E., Castelo-Branco, P., & Vieira, E. (2017). Notas sobre a visita de Carl Rogers ao Brasil: implicações políticas para uma revolução silenciosa. Estudos e Pesquisas em Psicologia, 17(2), 777-795.

Set 2019

História da Psicologia no Museum of Russia Abroad, Moscou

ÉRIKA LOURENÇO
REGINA HELENA DE FREITAS CAMPOS

Caros colegas e amigos,

Temos uma notícia importante para transmitir a vocês. É que nos dias 27 e 28 de maio de 2019 participamos em Moscou, na Rússia, a convite do governo de Moscou e do Centro Alexander Solzenítcin dos Russos no Estrangeiro, da cerimônia de inauguração do Museu da Rússia no Estrangeiro (Museum of Russia Abroad), dedicado à memória dos cidadãos russos que deixaram o país por motivos políticos, étnicos ou pessoais durante o século 20, sobretudo após a Revolução de 1917. O endereço do Museu é: 109240, Moscow, Nizhniia Radishevskaia street, 2.

A organização do Museu é fruto do trabalho dos pesquisadores do Centro Solzenítcin (Alexander Solzhenitsyn House of Russia Abroad), instituído em 1995 como Lybrary-Foundation "Russia Abroad", renomeado como House of Russia Abroad in 2005, ao qual foi atribuído o nome de Alexander Soljzenítsin (dissidente soviético, Prêmio Nobel de Literatura em 1970) após sua morte em 2008. Desde sua fundação, o Centro tem sido responsável por reunir informações e documentação, e pela realização de pesquisas sobre a chamada diáspora russa, isto é, a história de cientistas, escritores, intelectuais e profissionais que deixaram o país por motivos políticos, étnicos ou pessoais, e construíram obras relevantes em outros países. Este esforço resultou na coleta de relatos, textos, livros, imagens e objetos que retratam aspectos das vidas pessoais e profissionais dessas pessoas que agora são homenageadas no Museum of Russia Abroad, que documenta aspectos importantes da presença mundial da cultura e da intelectualidade russas em países estrangeiros durante o século 20.

Localizado anexo ao Centro Alexander Soljenítcin, em um prédio de 4 andares construído especialmente para abrigá-lo, o Museu impressiona os visitantes pela beleza da exposição, pelo registro historiográfico competente e expressivo da vida dos exilados e migrantes russos no estrangeiro no contexto das transformações sociais e conflitos políticos que marcaram o século 20 na Rússia e em vários outros países. Exibe objetos de uso pessoal, vestimentas, malas, livros, correspondências, máquinas de escrever, peças de mobília, medalhas, moedas, itens de coleções, lado a lado com fotografias, imagens de vídeo, músicas, livros e registros de vozes. Permite assim, com sensibilidade, que se vislumbrem as diferentes faces da diáspora russa: a rotina e o estilo de vida dos migrantes, as dificuldades enfrentadas, a nova vida que construíram em terras mais ou menos distantes, o impacto cultural de seu trabalho em outros países, a saudade de casa que a memória manteve viva nas gerações seguintes.

Professoras Regina Helena Campos e Érika Lourenço, da UFMG, participam da cerimônia de inauguração do Museu da Rússia no Estrangeiro (Museum of Russia Abroad), em Moscou, Rússia, em 27 de maio de 2019.

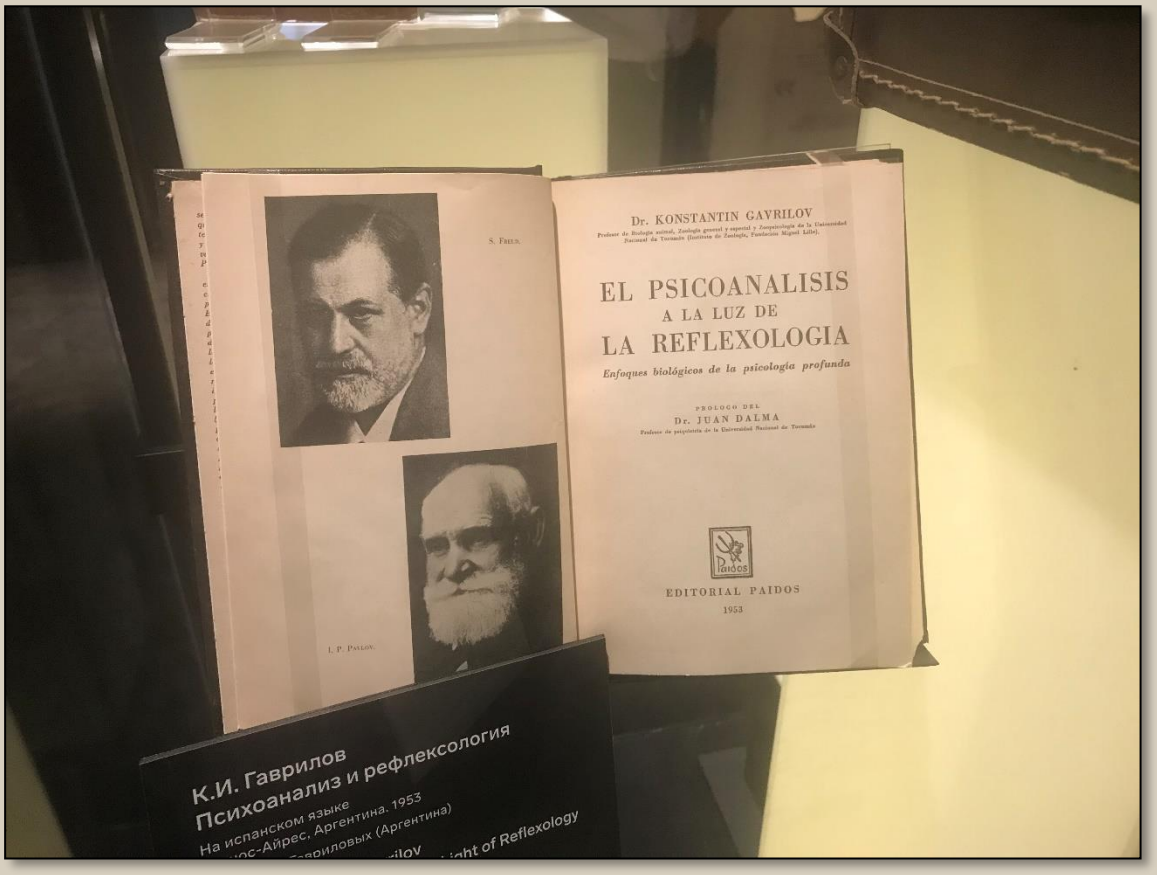
Especialmente interessante para nós é presença da psicóloga e educadora russo-brasileira Helena Antipoff (1892-1974) entre os personagens retratados pelo Museu. Em uma vitrine especial, nossa professora, fundadora da cadeira de Psicologia da Educação na Universidade de Minas Gerais (atual Universidade Federal de Minas Gerais) e criadora de obras de grande relevância no Brasil, é lembrada através de uma exposição de objetos pessoais (sapatos, luvas e peças de artesanato mineiro que colecionou), de um retrato ao lado das imagens dos demais personagens ali representados, de livros e fotografias que ilustram sua trajetória, bem como as biografias de seu marido, o escritor e jornalista Victor Iretsky (1882-1936), e de seu filho, o também psicólogo Daniel Antipoff (1919-2005). Os objetos e documentos em exposição foram cedidos pela Fundação Helena Antipoff e pelo Centro de Documentação e Pesquisa Helena

Antipoff, com a autorização do Conselho do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural da cidade de Ibirité, em Minas Gerais, onde Helena Antipoff viveu e dirigiu o Complexo Educacional da Fazenda do Rosário entre os anos de 1950 e 1970. A historiadora Marina Sorokina, do Centro Solzenítcin, visitou o acervo Antipoff por duas vezes, em 2012 e 2017, e organizou a exposição junto com a psicóloga Natalia Masolikova, estudiosa da história da Psicologia russa e da trajetória de Antipoff naquele país, anterior à sua vinda para o Brasil.

Vitrine dedicada à vida e obra da psicóloga e educadora russo-brasileira Helena Antipoff (1892-1974) no Museu da Rússia no Estrangeiro (Museum of Russia Abroad), inaugurado em Moscou, Rússia, em 27 de maio de 2019.

Helena Antipoff nasceu em Grodno, na Rússia, em 1892, cursou a escola primária e secundária em São Petersburgo (até 1909), fez estudos superiores em Paris (Sorbonne) e Genebra (Instituto Jean-Jacques Rousseau) entre 1910 e 1915. De volta à Rússia em 1916, assistiu à eclosão da Revolução Comunista de 1917, à Guerra Civil, e trabalhou no Sistema de Educação do Comissariado do Povo, responsável pelo exame psicológico e distribuição de crianças para instituições em Petrogrado (órfãos, crianças de rua e crianças socialmente necessitadas) entre os anos de 1919 e 1924. Em 1924 deixou o país para se reunir ao marido Viktor Iretzki, então exilado em Berlim por motivos políticos. Transferiu-se então para Genebra, a convite de Èdouard Claparède, de quem foi assistente no Laboratório de Psicologia da Universidade de Genebra e no Instituto Jean Jacques Rousseau entre 1926 e 1929. Em agosto de 1929 foi convidada a lecionar Psicologia na Escola de Aperfeiçoamento de Professores de Belo Horizonte. Transferiu-se então para o Brasil, onde permaneceu por toda a vida, tendo obtido a cidadania brasileira em 1951. Sua obra inclui contribuições relevantes nas áreas da Psicologia e das Ciências da Educação, especialmente Educação Especial, Educação de Bem-dotados e Educação Rural.

Outro personagem da Psicologia latino-americana cuja biografia está retratada no Museu é o biólogo e psicanalista russo-argentino Konstantin Ivanovitch Gavrilov (1908-1982). Nascido em Novgorod, Rússia, Gavrilov formou-se no ginásio em Tallinn, na Estônia, e cursou a Faculdade de História Natural na Charles University em Praga, na Tchecoslováquia, entre 1927 e 1933. Em 1938 migrou para a Argentina, onde seus pais viviam. Foi professor na Universidade Tucuman, membro honorário da Academia de Ciências da Argentina, autor de mais de 80 artigos científicos publicados. Sobre temas da Psicologia escreveu *El problema de las neurosis en el dominio de la reflexología* (Buenos Aires, 1944), e *El psicoanálisis a la luz de la reflexología: enfoques biológicos de la psicología profunda* (Buenos Aires, 1953).



Vitrine dedicada ao biólogo, psicanalista, professor e pesquisador russo-argentino Konstatin Gavrilov (1908-1982) no Museu da Rússia no Estrangeiro (Museum of Russia Abroad), inaugurado em Moscou, Rússia, em 27 de maio de 2019.

Se tiverem a oportunidade de ir a Moscou, não deixem de visitar o Museum of Russia Abroad!

REFERÊNCIAS:

Campos, R. H. F. & Lourenço, E. (2019) Helena Antipoff: Science as a Passport for a Woman's Career between Europe and Latin America. *Transversal: International Journal for the Historiography of Science* 6: 15-34. Disponível em: https://www.historiographyofscience.org/index.php/transversal/article/view/123/200Acesso em 13/08/2019.

Masolikova, N. (2014) Helena Antipoff's Russian Years. In: Sorokina, M. & Masolikova, N. (2014) *The global educational space and academic migrants – The legacy of Russian-Brazilian psychologist Helena Antipoff (1892-1974) in science, education and human rights (Latin America, Europe and Russia)*. Proceedings of the International Colloquium. Moscow: Alexander Solzhenitcyn's House of Russia Abroad, p. 25-45.

http://www.russiangrave.ru/person?prs_id=75

http://www.russiangrave.ru/person?prs_id=259

Set 2019

DOIS CONGRESSOS EM MEGA ESCALA: PERCURSOS POLÍTICOS DAS PRÁTICAS PSI

ARTHUR ARRUDA LEAL FERREIRA

Em período próximo tivemos dois congressos de larguíssima escala: a Conferência internacional da ISTP, de 19 a 23 de agosto em Copenhague e a Conferência 4S (Society for Social Studies of Science), de 04 a 07 de setembro em Nova Orleans. A larga escala destes encontros pode ser verificada pela quantidade de inscritos e sessões em ambos encontros: cerca de 300 inscritos na Conferência internacional da ISTP com cerca de 7 sessões paralelas em três grandes faixas de horário por 5 dias; cerca de 2200 inscritos na Conferência 4S com cerca de 20 sessões paralelas em cinco faixas de horário por 4 dias. Ambos os congressos tiveram inscrições consideráveis caras para padrões brasileiros (acima de mil reais), oferecendo em contraparte uma sofisticada organização em termos de infraestrutura com alimentação para os inscritos todos os dias e espaços bem preparados para receber o público, como Universidade Aarhus em Copenhague e o Hotel Sheraton de Nova Orleans. Arquitetonicamente a universidade dinamarquesa apresentou um dos espaços mais bem trabalhados para congresso, com um amplo salão para refeições e encontros, com salas e espaços mais reservados nos demais andares tanto para apresentações, como para trabalhos individuais.

Congressos de larga escala constantemente apresentam problemas como uma grande dispersão dos inscritos em sessões variadas e concorrentes, sendo difícil a manutenção de uma determinada linha de discussão comum que reúna a todos. Uma alternativa tem sido a postulação de Grupos de trabalho ou Sessões Temáticas que reúnem uma espécie de mini-congressos no interior desses encontros. No entanto, ambos encontros aqui citados tiveram suas estratégias de vencer as forças entrópicas dos grandes encontros, além de render bons elementos para discussão de práticas psi, engatando com discussões políticas relevantes.

Começarei pelo encontro da 4S justamente com a pergunta: em que um congresso no campo CTS (Estudos em Ciência, Tecnologia e Sociedade) pode contribuir para o entendimento das práticas psi e sua história? O Campo CTS pode ser definido atualmente como um dos maiores empreendimentos interdisciplinares para entendimento das ciências, tecnologias e respectivos arranjos sociais, se distanciado tanto das epistemologias quanto das abordagens mais tradicionais em sociologia das ciências. Ainda que possa ser grande a presença de cientistas sociais, há um forte protagonismo de representantes dos mais diversos campos científicos e técnicos com destacado ativismo político, e por meio de leituras diversas (programa-forte, epistemologia política, teoria ator-rede, pós-fenomenologia, etc.). No caso dos saberes e práticas psi, o que se busca é a descrição de seus arranjos e conexões mais diversas, conectando estas a um cenário mais amplo de outras práticas, dentro de uma linha tanto sincrônica, como diacrônica (histórica). Neste aspecto, destacaria algumas sessões deste encontro 4S: 1) Attention: Language, expertise and labor; 2) Becoming otherwise: STS inroads into Techniques of the better self; 3)

Postphenomemology: refinig concepts. No primeiro caso, a sessão apresentou vários dispositivos de atenção na economia, psiquiatria e em outros campos, discutindo sua reverberação política. A segunda sessão referida, apresentou as técnicas de si referidas a práticas de neurociências, uso de enteógenos, drogas psiquiátricas e coaching. No terceiro caso, tivemos a presença de uma abordagem, a Pós-fenomenológica, que se aproxima de abordagens psicológicas no entendimento das experiências de técnicos e cientistas, incorporando contribuições de autores de como James Gibson. Destaque nesta seção foi a presença de um de seus proponentes Don Ihlde.

O Encontro internacional da ISTP apresenta conexões mais diretas com nosso campo. A conexão já pode ser indicada na proposta de Saulo Araújo de um vínculo entre história e filosofia da psicologia. Mas esta conexão não se dá apenas nesta conexão com o trabalho filosófico e conceitual; é importante destacar o vínculo da ISTP com o ativismo na área. Isto já se destacava no título do evento, problematizando o lugar da teorização na atual era da aceleração. Os temas trabalhados neste encontro foram os mais variados: processos de subjetivação, experiência de subjetivação de migrantes, o self dialógico, retomadas do trabalho de Vygotsky, conexões da psicologia com a filosofia, meta-metodologia (discutindo questões de replicação, pesquisa qualitativa e uso de big data) e mesmo o conceito de antropofagia (como crucial para pesquisa). De toda a forma, o encontro mostrou-se um excelente fórum internacional de discussão das práticas de produção de conhecimento em psicologia, seja num sentido filosófico, político e mesmo histórico. Neste cenário, a SBHP foi convidada a estabelecer acordos com a própria ISTP cuja presidência se deslocou para o hemisfério sul, mais exatamente para a pesquisadora Antonia Larrain, docente da universidade Alberto Hurtado, do Chile, uma das organizadoras do encontro de 2013 em Santiago.

Nos dois encontros, além de interessantes discussões dos sentidos políticos de nossas práticas (envolvendo uma narrativa histórica ou não), houve uma intensa curiosidade quanto aos estranhos processos governamentais que passa o Brasil neste momento. Constantemente os brasileiros presentes nestes encontros foram interpelados a produzir uma versão inteligível sobre o assassinato de Marielle Franco, o dia do fogo, os cortes na pesquisa e educação e os ataques a outros chefes de estado. O exercício de explicar o inexplicável numa onda que vai para além do espectro político, e tem sua conclusão na desmontagem (e mesmo a destruição) do estado, das relações exteriores, do patrimônio ecológico e da nossa produção de conhecimento tem sido o trabalho mais intenso em nossas participações em congressos no exterior. Mas tem mostrado um profundo interesse e atenção de nossos colegas e instituições no exterior.

Por tal, é mais do que necessário estreitar relações e firmar acordos de cooperação com nossos parceiros.

Set 2019

XXXVII Encontro Anual Helena Antipoff e III Congresso Brasileiro de História da Psicologia (15,16 e 17 de abril de 2019)

LETICIA GOMES CANUTO

Na manhã de uma segunda-feira nublada em Belo Horizonte teve início o 37º Encontro Anual Helena Antipoff, que em 2019 ocorreu em conjunto com o 3º Congresso Brasileiro de História da Psicologia. O evento ocorreu majoritariamente na Faculdade de Educação da UFMG, com as conferências e mesas redondas sendo realizadas no auditório do prédio. A mesa de abertura destacou a importância das união entre as diferentes entidades que tornaram o evento possível – com destaque para o Centro de Documentação e Pesquisa Helena Antipoff (CDPHA), principal promotor do evento – e discutiu o tema escolhido para intitular o congresso em 2019: "Psicologia no século 21: Novos paradigmas, reflexões inovadoras, contribuições para a melhoria da qualidade de vida - Questões históricas e contemporâneas".

A conferência que inaugurou o evento foi ministrada pelo professor Willian Barbosa Gomes, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Com o título "Apontamentos conceituais e históricos sobre o movimento fenomenológico e suas promessas ao futuro da psicologia", a apresentação do professor Willian trouxe um amplo panorama sobre a história da fenomenologia e levantou discussões relevantes sobre o campo.

Em seguida, ocorreu a conferência do professor Miguel Gallegos, da Universidade Nacional do Rosário, localizada na Argentina. O professor Miguel trouxe um provocativo debate sobre qual seria a gênese da profissão de psicólogo na América Latina. O pesquisador concluiu sua conferência defendendo que esta origem não estaria em uma mera importação da psicologia americana ou europeia, mas sim em uma mescla dessas duas tradições em conjunto com fatores sociais, políticos, econômicos e culturais específicos da América Latina que foram determinantes para a psicologia aqui desenvolvida.

Durante a tarde deste primeiro dia de evento ocorreram simultaneamente seis sessões coordenadas. Com duração de duas horas cada, as sessões são ótimas oportunidades para que pesquisadores e estudantes que trabalhem com temas correlatos se conheçam e possivelmente ampliem sua rede de conhecimento, fontes e contatos dentro do seu campo de estudos. Neste dia, compareci à sessão "História da Psiquiatria" na qual apresentei, em conjunto meus colegas de grupo de pesquisa, um trabalho a respeito dos CAPS e pude conhecer outros ricos trabalhos que se relacionam com nosso tema. No mesmo horário ocorriam outras interessantes sessões coordenadas, como a sessão "História da Psicologia Educacional e a sessão "Questões raciais, de gênero e religião na história das ciências psicológicas".

Ainda no dia 17 de abril, ocorreu a mesa redonda "Contribuições da Psicologia Social à análise da sociedade contemporânea". Neste encontro, a professora Ana María Talak, da Universidade Nacional de La Plata, na Argentina, nos brindou com uma apresentação sobre como a história recente da História da Psicologia pode nos ajudar a ter um olhar crítico sobre as

práticas atuais do psicólogo. O professor Milton Campos, do Programa de Psicossociologia e Ecologia Social da UFRJ, nos trouxe uma discussão muito atual cruzando o tema de seu trabalho com problemáticas envolvendo o uso da tecnologia no nosso cotidiano. Infelizmente, a professora Mitsuko Makino Antunes, da PUCSP, não pode comparecer ao evento para realizar a última apresentação desta mesa redonda.

Após um pequeno intervalo, voltamos ao auditório para assistir a mesa redonda "Psicologia do Esporte em Minas Gerais: história, formação e atuação profissional". Trazendo pesquisar baseadas na teoria e na prática do trabalho de um psicólogo do esporte, os pesquisadores Paula Ângela de Figueiredo (PUC Minas), Marina de Mattos (UFMG) e Emmi Myotin (UFMG) discutiram a história, os desafios e as possibilidades levantadas por esse campo de estudo.

Para abrir o segundo dia de evento, o professor James Cresswell, da Ambrose University, no Canadá, apresentou uma discussão intitulada "History of psychology in the 21st century: looking to William James to address current technologies and alienating research practices". Assim como todos os outros convidados nacionais e internacionais do evento, o professor James se mostrou muito disponível e bem-disposto para o debate sobre o seu tema de trabalho, o que tornou sua conferência ainda mais proveitosa para os presentes.

No final da manhã do dia 16, acompanhamos a mesa redonda "Organização de arquivos e museus em História da Psicologia", que nos deu a oportunidade de discutir um pouco mais sobre aquilo que todo pesquisador que trabalha com História considera seu bem mais precioso: o seu acervo de fontes. Patricia Scherman (Universidade Nacional de Córdoba,Argentina) tratou sobre os Museus Universitários sua relação com o ensino e a pesquisa na Argentina. Filipe Degani-Carneiro (UNISUAM/UERJ) e Rodrigo Lopes Miranda (UCDB) expuseram detalhes sobre o trabalho de organização, manutenção e emprego do material alocado nos acervos nos quais eles integram a gestão responsável por sua conservação e acesso.

Em mais uma rodada de sessões coordenadas, tivemos novamente seis encontros de pesquisadores que trabalham com temáticas semelhantes. Apresentei minha pesquisa na sessão "Questões de saúde mental e práticas em psicologia", mas outras sessões com importantes temáticas ocorreram no mesmo horário, como as sessões "História da psicologia educacional e da educação especial" e a sessão "Fontes em história da psicologia". Recomendo fortemente ao leitor que folheie o Boletim do Centro de Documentação e Pesquisa Helena Antipoff 2019 para que possa ler os resumos e conhecer um pouco mais sobre os trabalhos apresentados nas conferências, mesas redondas e sessões coordenadas do evento.

Em seguida, tivemos umas das apresentações mais multilingues do evento: a conferência do professor Emanuele Colombo, da Depaul University, nos EUA, que nos presenteou com uma

belíssima apresentação sobre a relação de amizade do historiador com seus objetos de estudo. Com uma mescla de italiano, inglês e português e com a ajuda da professora Marina Massimi —que era a debatedora da sessão—, o professor Colombo conversou com diversos integrantes da platéia que foram encorajados a refletir sobre como o trabalho do historiador exige que ele olhe para o seu objeto de estudo —pessoas que viveram no passado— com a simpatia que olhamos para um amigo. Após a apresentação do professor Emanuele, o auditório foi ocupado pelos membros da Sociedade Brasileira de História da Psicologia para realização da reunião que havia sido previamente programada.

Como item final da programação do dia, os participantes do evento puderam assistir ao documentário "Helena Antipoff: Vida e Obra" que havia sido lançado há pouquíssimo tempo. Assisti-lo foi como ver e ouvir um trabalho historiográfico claramente feito com o máximo de dedicação e detalhamento. Os diretores Guilherme Reis e Ana Paula Arantes foram muito bem-sucedidos não apenas em contar a história inspiradora de Helena Antipoff, mas também em transmitir a atmosfera de crença na educação como ferramenta transformadora que a psicóloga e pedagoga passava a seus alunos e companheiros de trabalho.

No último dia de evento tivemos a incrível oportunidade de visitar a Fundação Helena Antipoff, em Ibirité. A organização do evento disponibilizou uma van para transportar aqueles que estivessem interessados em conhecer a Fundação de perto e participar das diversas atividades programadas para aquele dia no local. Após uma viagem de cerca de 40 minutos, fomos recebidos na Fundação com um excelente café da manhã oferecido aos visitantes.

Em seguida, assistimos à Mesa de Abertura e a brilhante apresentação da Orquestra Jovens Gerais no auditório da Fundação. Nesta apresentação, cinco jovens se apresentaram com violinos, violoncelo e percussão em uma exibição que fez a plateia aplaudir de pé e pedir "bis" mais de uma vez. Os instrumentistas representaram de forma excepcional este projeto que desde 1997 oferece oficinas de instrumentos de cordas, sopros e percussão a crianças e jovens de comunidades de baixa renda e em situação de vulnerabilidade social em Belo Horizonte e Ibirité.

Uma Mesa Redonda com o tema "Preservação do patrimônio cultural e ambiental e a valorização da vida humana", que também ocorreu no auditório da Fundação, trouxe discussões extremamente relevantes no nosso contexto político atual de desvalorização da cultura e do meio ambiente. A professora Marina Massimi (USP), a diretora de ações museais Ana Maria Azeredo Furquim Werneck (Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais) e o analista de gestão, proteção e restauro Luiz Molinari Mundim (IEPHA—MG) debateram questões relativas ao patrimônio e os desafios que envolvem a sua seleção, proteção e manutenção no Brasil. Com apresentações tocantes pelo aspecto pessoal contido em seus trabalhos, a professora

Tatiana de Souza (UFOP) e o pesquisador Ariel Lucas Silva (UFMG) trouxeram pesquisas que mostravam como o patrimônio, seja ele material ou imaterial, pode se ligar intimamente à educação e aos projetos de vida de uma comunidade.

Por conta do horário marcado para o retorno à UFMG com a van contratada, a visita ao Memorial Helena Antipoff foi a última atividade na Fundação que o meu grupo pode realizar. Essa também foi, sem dúvidas, uma das atividades mais especiais de toda a experiência no evento. O memorial é composto por três salas da Fundação que são ocupadas pelo escritório e quarto de Helena Antipoff mantidos da maneira que ela os deixou antes de falecer e mais duas salas com objetos que foram de alguma forma relevantes em sua vida. O trabalho de manutenção e preservação de todos os artigos que compõem esses espaços é inquestionavelmente formidável e provoca a admiração de todos que os visitam.

Ainda dentro na Fundação, ocorreram mais duas atividades neste dia: uma nova exibição do documentário "Helena Antipoff: Vida e Obra" e uma mesa redonda com o tema "Possibilidades de pesquisa em história das ciências da educação no acervo Antipoff". Infelizmente, por conta do horário combinado com o motorista da van contratada, não foi possível para o grupo em que eu estava participar destas atividades.

Após o retorno à Faculdade de Educação da UFMG, ainda no dia 17 de abril, assistimos à conferência do professor David Robinson, da Truman State University, nos EUA, com o tema "What the classics can propose to 21th century historians? Fechner's psychophysics and his scientific program". Tal conferência rendeu interessantes discussões sobre os trabalhos do Fechner entre o professor David, o professor Saulo Araújo —que atuava como debatedor da conferência— e o público que assistia a apresentação.

No evento também ocorreu o lançamento do livro "A Fundamentação da Psicologia Científica", que contém textos fundamentais de Wilhelm Wundt que foram organizados e traduzidos diretamente do alemão pelo professor Saulo Araújo, da Universidade Federal de Juiz de Fora. Tal livro faz parte da Coleção Clássicos da Psicologia, da Editora Hogrefe CETEPP, que busca atender a uma grande reivindicação de pesquisadores da psicologia pelo acesso a traduções de textos historicamente importantes para o campo.

A última apresentação do evento teve como conferencista a professora Jelena Martinovic, da University College, da Inglaterra, e foi intitulada como "C.G. Jung, America, and the therapeutics of death". A professora Jelena compartilhou com o público uma fascinante pesquisa sobre como os conceitos de C. G. Jung foram aplicados em pesquisas que envolviam estudos sobre a morte —com temas como o suicídio e experiências de quase morte, por exemplo— no período de 1960-1980 nos EUA. Após o debate sobre esse trabalho, tivemos o encerramento do

evento com uma breve conversa entre os membros da Comissão de Organização e a platéia presente no auditório para fazer um balanço geral sobre o congresso.

Eventos acadêmicos tem um poder de muita influência no apreço que os pesquisadores têm pela sua ocupação. Não estou falando apenas dos contatos, do conhecimento ou das inspirações que comparecer a um evento deste tipo traz aos seus participantes. Mais do que isso, esses espaços de troca trazem a possibilidade de humanizar aquilo que está mais presente no cotidiano de qualquer pesquisador: textos, artigos, livros, resumos e outros escritos que sustentam o nosso campo. Ver o rosto, as expressões, os sorrisos, apertar a mão e saber aquele pesquisador é ou não adepto do café como fonte de energia nas infindáveis horas de leituras são detalhes que transformam aquele livro, capítulo, resumo de um autor que você conheceu pessoalmente no evento em algo mais vivo, mais significante dentro da enorme teia de conhecimentos na qual todos tentamos ajudar a construir com nossos trabalhos. A simpatia, o bom humor e a receptividade do mineiro amplificam essa experiência e a torna ainda mais prazerosa, revitalizando nosso afeto pela profissão de pesquisador.

Por nos possibilitar essas vivências de forma tão excepcional, acredito que temos muito a agradecer aos organizadores do XXXVII Encontro Anual Helena Antipoff e III Congresso Brasileiro de História da Psicologia pela sua dedicação, gestão e excelência na execução deste evento.

Set 2019

UMA CONVERSA COM FRANCISCO TEIXEIRA PORTUGAL

HUGO ROSA
FERNANDO MACHADO

APRESENTAÇÃO

A entrevista com o professor Francisco Portugal ocorreu no Instituto de Psicologia da UFRJ no dia 04 deste mês. Agradecemos ao entrevistado pela gentileza em nos receber para uma agradável conversa. A secretaria da SBHP também agradece a Fernando Machado e Marcus Gama pelo valioso auxílio na transcrição e revisão da entrevista.

Francisco Teixeira Portugal é Professor Associado do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atua principalmente nas áreas de História da Psicologia, História da Psicologia no Brasil, Psicologia Social e Psicologia e Educação. Foi um dos organizadores do livro "História da Psicologia: rumos e percursos" e mais recentemente do "História Social da Psicologia". Entre as questões conversadas na entrevista, falou sobre sua trajetória e o encontro com a História da Psicologia; também compartilhou sobre seus projetos enquanto esteve à frente da Nau Editora e tratou um pouco sobre as relações entre Psicologia Social e História da Psicologia.

Boa leitura!

Hugo Rosa: Francisco, obrigado por aceitar o convite. É um prazer estar aqui com você e revê-lo. A primeira questão que eu queria te perguntar é a seguinte: você tem formação em Engenharia e Psicologia, você é engenheiro e psicólogo. Como foi esse encontro com a História da Psicologia?

Francisco Portugal: Meu primeiro desejo quando estava terminando o Ensino Médio era fazer História, mas acabei optando pela Engenharia por ser uma profissão "nobre", no sentido de ser uma profissão clássica, tal como Direito e Medicina. Na escola eu tinha um bom desempenho nessas áreas técnicas, mas era verdadeiramente fascinado por História. E não sabia o que fazer em História, a não ser (ironicamente) atuar como professor. Imagine a cena: você está no Ensino Médio, num colégio que tinha um funcionamento de cursinho visando a aprovação no vestibular até então unificado, participei do primeiro ou do segundo ano em que a PUC-Rio fez um processo seletivo próprio. O candidato escolhia uma carreira e fazia uma prova concorrendo ao ingresso em uma universidade de forma comparativa que marcava o seu destino universitário sem um debate, uma reflexão sobre as profissões e as possibilidades de atuação profissional. Então, sem vislumbrar um contexto do que se podia fazer com o título de graduado em História, ser professor não passava muito pela minha cabeça naquele tempo; eu optei por fazer

engenharia, dadas as minhas condições, e fui aprovado na PUC-Rio e, em seguida, na UFRJ e optei pela PUC onde recebi bolsa por participar da equipe universitária de remo.

H.R.: A PUC-Rio na época já era reconhecida como uma universidade de prestígio? Isso foi em que época?

F.P.: Isso foi em 1982, quando eu entrei na faculdade. As engenharias, a área técnica da PUC-Rio em geral, já eram muito conhecidas e a PUC sempre foi diferenciada entre as universidades que não são públicas, não só no Rio. Cursando Engenharia na PUC-Rio, chegou a época de fazer estágio. Neste momento ficou muito evidente que a coisa toda não estava funcionando direito para mim. Eu ia levando a faculdade sem muito gosto, até tranquei por um tempo, voltei e decidi que não dava para continuar com aquilo. Então, eu fiz o vestibular de Psicologia da UFRJ e fiz o da UFF, e acabei sendo aprovado aqui [na UFRJ]. Comecei a fazer o curso de Psicologia ainda no final do curso de Engenharia e durante um ano e meio cursei duas faculdades.

H.R.: Se formou em engenharia?

F.P.: Formei. Eu estava no quarto ano, antes de vir para cá [UFRJ]. Chegando aqui tendo cursado parcialmente uma faculdade tive direito à dispensa de algumas disciplinas, mas mesmo assim eu fui obrigado a fazer Estatística II [risos]. Acho que as pessoas que analisaram o pedido não entenderam o currículo das Matemáticas do curso de Engenharia da PUC. Então eu fiz, mas era uma Estatística totalmente iniciante para quem já tinha estudado Engenharia. Sendo uma segunda faculdade fiz o curso mais rápido, obtive a formação em psicólogo em cinco anos, mas me formei em bacharel em três anos e meio. Eu corri, peguei muitas disciplinas, para poder começar a trabalhar logo. No meu penúltimo ano de faculdade tentei o mestrado lá na PUC e, uma vez aprovado, voltei para a PUC; arrumei o meu primeiro emprego de Professor em Psicologia porque já era bacharel e comecei a lecionar lá em Niterói. Em 1992 fui ao mesmo tempo aluno de pós-graduação na PUC, professor em Niterói e estudante de graduação [na UFRJ]. Iniciei a carreira de professor lecionando Psicofisiologia e Behaviorismo, estudava psicanálise no mestrado e seguia o último ano da graduação com uma intensidade juvenil.

H.R.: Qual foi a Universidade?

F.P.: Foi a FAMATH, Faculdade Maria Thereza, que ficava exatamente em frente ao campus de Gragoatá da UFF.

H.R.: Mas e a História? Como é que você caiu na História da Psicologia?

F.P.: Eu gostei muito de pensar a Psicologia de forma histórica e filosófica durante a minha graduação em Psicologia. Quando eu conversava com as pessoas na Universidade, todo mundo achava que eu fazia Filosofia e não Psicologia. Eu tinha um interesse que era um pouco filosófico que foi fomentado por certa tradição do Instituto [de Psicologia] que vem lá do [Antônio Gomes] Penna, e meio embarquei nisso. Eu tinha uma leitura histórica num sentido mais sistemático, de uma forma que ainda está presente em nosso currículo nessa área de História. Então essa dimensão sistemática foi fortalecida por conta dessa formação, de querer de abraçar e formalizar as coisas conceitualmente em conjuntos sistemáticos, também por conta de uma exigência que eu tinha na época, de entender a proposta de forma mais integral. Meu primeiro interesse era numa área que tinha ganhado muita consistência aqui no Instituto de Psicologia - a Psicanálise. O Curso de [Pós-Graduação em] Teoria Psicanalítica tinha sido criado no ano que eu ingressei como estudante de psicologia. Cursei então muitas aulas interessantes, fiz cursos variados, fiquei encantado com a produção textual de Freud e as conversas com a Filosofia. Esse interesse me levou mestrado na PUC-Rio onde elaborei uma dissertação em psicanálise e, ao longo da escrita deste trabalho ficou evidente que meu interesse era mais histórico. Após a conclusão do mestrado me afastei um pouco da Universidade, me envolvi num empreendimento fascinante, fundei uma editora e passei a trabalhar como editor com toda intensidade aí envolvida. Alguns anos depois fiz doutorado em História da Psicologia, também na PUC-Rio, com a Monique Augras. A tese já concebida como uma história da psicologia, uma pesquisa sobre a psicologia inglesa no século XIX e suas criações sobre o humano por meio de comparações com os animais, passou por dificuldades por conta das limitações de acesso ao material histórico. Eu consegui várias fontes importadas, mas sem fomento em uma época de muito estrangulamento das universidades derivado das políticas do governo federal não pude contar com material que uma viagem aos arquivos históricos na Inglaterra teria fornecido de modo mais completo. O sistema de apoio ao intercâmbio acadêmico com outros centros de pesquisa internacionais cresceu enormemente alguns anos depois, quando o valor e o número de bolsas de pesquisa foram multiplicados e em que houve valorização desses intercâmbios com outros países, enfim estas transformações positivas que ocorreram na década de 2000. Os arquivos de material histórico acessível pela Internet não existiam quando eu estava elaborando o trabalho. A pesquisa visava visibilizar uma inflexão da Psicologia sobre os animais para falar do humano, era um questionamento da chamada Psicologia Comparada e os usos que se fazia deste tema

problemático, essa divisão de homem, da cultura por um lado e dos animais e da natureza por outro, tão importante no século XIX e com amplas derivações no século XX.

H.R.: Então você estuda História da Psicologia desde o seu doutorado?

F.P.: Formalmente, sim. Aqui [na UFRJ] eu fui monitor de História da Psicologia na graduação, e também fui monitor de Behaviorismo. Na época a Iniciação Científica não estava tão sedimentada como está atualmente, mas como eu estava profundamente interessado em explorar tudo que o curso poderia oferecer, me candidatei e participei intensamente da pesquisa como IC. Daí participei da construção de textos fruto das pesquisas e de sua divulgação por meio da participação em congressos o que não era algo frequente entre as e os estudantes de graduação naquela época. A História da Psicologia encantava porque fazia com que eu percorresse diversos aspectos da psicologia sem cair nos sectarismos frequentes no curso.

H.R.: Por que Manoel Bomfim?

F.P.: Ao terminar o doutorado surgiu um concurso aqui em 2002. Era uma mudança de governo e por oito anos a Universidade tinha ficado sem contratar basicamente ninguém. O Instituto de Psicologia já tinha perdido algo em torno 20% de seu quadro docente. Ao mudar o governo naquela época houve uma ênfase na educação pública e também na educação universitária pública, e a abertura de novos concursos. Mas eu não pude fazer o concurso porque eu ainda não tinha o diploma e naquela época o diploma de doutorada foi condição para a inscrição. Nem todas as vagas foram preenchidas então o concurso foi reaberto e realizado em 2003 com vaga para o Departamento de Psicologia Social. A Psicologia Social tinha apresentado seu encanto para mim há um tempo, especialmente pela articulação, muito própria da Psicologia Social no Brasil, entre uma reflexão histórica e a formação subjetiva, a dimensão social dessa formação. Lecionando em uma universidade privada fiquei responsável pela sequência de disciplinas obrigatórias da área social do curso de Psicologia. Esta experiência de formação de estudantes em Psicologia Social foi muito importante para mim porque fez com que pesquisasse e vislumbrasse toda uma geografia conceitual da Psicologia Social que até então ignorava. A Psicologia Social era uma perspectiva que eu não gostava quando me formei por ter tido cursos muito empobrecidos com o olhar voltado quase exclusivamente para a perspectiva da Psicologia Social norte-americana da década de 1960, construída em cima de experimentos feitos dentro da Universidade, tendo como sujeitos da pesquisa a população universitária, uma Psicologia Social que estava muito mais preocupada com uma legitimação e produção acadêmica do que verdadeiramente com a pesquisa social. Então eu achava que aquilo era totalmente carente de valor,

era algo com que não queria me relacionar embora já houvesse um amplo conjunto de questionamentos da psicologia social norte-americana que não foram sequer mencionados aos estudantes. Enfim, um bom exemplo de como estes cursos que se dizem isentos e científicos são fruto de escolhas e realizam omissões planejadas.

H.R.: Mas em sala de aula, quando você lecionava Psicologia Social, tinha um espaço para você falar de outras perspectivas, de outras abordagens?

F.P.: Quando leciono, sigo sempre o procedimento de apresentar a ementa para as e os estudantes. Como minha formação tinha sido muito limitada e a docência exige bem mais que uma formação graduada, fui pesquisar Psicologia Social. Eram três ou quatro disciplinas sequenciais, em um espaço de um ano e meio ou dois anos, e eu seguia o procedimento. O curso de Psicologia no campus em que lecionava era novo e, por este motivo, segui com a mesma turma sucessivos semestres o que me permitiu formar um quadro amplo a partir das ementas e fazendo alguns ajustes diante das informações da área. Quando estava neste processo de pesquisa e planejamento dos cursos descobri que, muito além do que eu havia estudado aqui na minha formação na Psicologia da UFRJ, existia uma produção em Psicologia Social muito vasta, inclusive uma produção brasileira de Psicologia Social muito vigorosa, muito ativa. Ter me formado na UFRJ em 1992 sem ter ouvido falar na ABRAPSO (Associação Brasileira de Psicologia Social) foi, para mim, uma falha muito grande para quem se interessa por Psicologia Social no Brasil, dada a dimensão da ABRAPSO e sua conexão com a Universidade, a quantidade de produção de material acadêmico e a relevância desta produção. O acesso a este material, novo para mim, fez com que ficasse absolutamente encantado com a Psicologia Social que estava sendo elaborada aqui, que era um movimento de crítica ao modelo norte-americano, e de conhecimento de outras vertentes, de outros países, que eu nunca tinha ouvido falar como, por exemplo, a Análise Institucional francesa. Pude acessar reflexões da Psicologia Social relacionadas à língua e à linguagem, um pessoal do discursivismo da Inglaterra, e mesmo textos clássicos que podíamos revisitar com essa Psicologia Social, uma certa filosofia pragmática, um certo discurso da linguagem, uma retomada das perspectivas mais combativas, revolucionárias, então eu pude formar um novo campo, uma nova paisagem que, na Psicologia, eram para mim absolutamente desconhecidas. Este esforço de leitura e de organização do material para docência objetivaram dois aspectos: o primeiro foi a dimensão histórica da Psicologia Social e o segundo foi ter visibilizado uma certa inflexão histórica, de uma história que vai habitar, que vai constituir a carne do sujeito, uma subjetivação que é histórica e social; então, essa dimensão histórica passava a fazer parte da própria subjetivação. Pensar o sujeito como sendo constituído

historicamente escapando ao truísmo que se constituiu em torno disso foi importante. A História fornecia um certo sentido, orientava um caminho que permitia escapar desta coisa meio vaga chamada "social". Não tinha vislumbrado até então esta nuance histórica da subjetivação, eu pensava História num modo mais clássico, a partir de conceitos, e nunca desse modo constitutivo, isso inclusive me deu uma nova visão de autores clássicos que trabalhávamos na História e na Psicologia, como Foucault. Então, retomando a estória, fiz o concurso e fui aprovado e comecei a trabalhar aqui. Nesta época eu conheci um pessoal que estava trabalhando com História da Psicologia aqui no Rio de Janeiro e São Paulo também, de forma mais sistemática e fiquei interessado em pesquisar um pouco a dimensão da História da Psicologia no Brasil para contribuir com novos aspectos já que somos formados a pensar a Psicologia como algo essencialmente estrangeiro e ignoramos muito da Psicologia produzida conceitualmente no país. Então eu vi no Manoel Bomfim um pensador combativo, intenso e que indicava essa dupla preocupação social em sua produção textual, algo de crítica social e de crítica ao colonialismo conceitual por meio uma Psicologia Social presente no subtítulo de seu trabalho mais famoso.

H.R.: No curso de História no IFCS, as poucas vezes que fizeram referência a Manoel Bomfim foi ao *América Latina. Males de origem*, nos dois professores [que fizeram referência].

F.P.: Então, fiquei interessado nesse campo problemático, nas limitações dessa imagem que o historiador em geral faz da Psicologia. Ela me incentivou a pensar uma certa História da Psicologia Social que expandia a psicologia de seu cerco subjetivista com que é concebida pela imensa maioria das pessoas mesmo pesquisadores da história e das ciências sociais.

H.R.: Por quanto tempo, aproximadamente, você ficou estudando o Manoel Bonfim e as relações da Psicologia com a Educação?

F.P.: Comecei a estudar isso em 2004 e fiquei por dois anos, talvez, centrado nos trabalhos do autor. Daí me interessei pelas derivas históricas do projeto da educação do início do século XIX, pelo Pedagogium e pelo envolvimento de Manoel Bomfim neste processo. Era um projeto que me afastava da reflexão histórica e conceitual centrada no pensamento de pessoas e me aproximava mais das transformações institucionais. O Pedagogium me ocupou mais tempo e estiva envolvido com a história da Psicologia/Educação. Houve neste período uma demanda das e dos estudantes daqui do Instituto de Psicologia de incrementar a área da Educação. Na época lecionei a disciplina obrigatória de educação do curso de psicologia, com a maravilhosa parceria da Lilian Ulup, quando ela estava trabalhando aqui na DPA. Comecei a orientar trabalhos de graduação e pós-graduação em psicologia e educação e organizei eventos aqui no IP

nesta área. Orientei durantes alguns anos com estágio em escolas. Posso dizer que essa área também me adotou, pois as pessoas passaram a me procurar, sobre questões ligadas à Educação, Psicologia Social e sua dimensão histórica. Até hoje eu oriento trabalhos que tem essa pegada, digamos.

H.R.: Você, Francisco, é autor de textos que são bastante lidos e comentados entre alunos e profissionais, como o "História da Psicologia: rumos e percursos", que é usado em várias instituições, mas tem também um recente, o "História Social da Psicologia". De que modo você acredita que o campo da História pode contribuir no ensino e na formação do futuro profissional da Psicologia.

F.P.: Tem várias formas, mas aponto duas. Para falar disso, eu vou falar um pouco destes projetos que apresentei. O livro "História da Psicologia: rumos e percursos" surgiu para mim antes de eu entrar para a UFRJ, quando eu estava envolvido com a função de editor [da NAU Editora]. A Editora publicava livros dirigidos para o público universitário ligado à Psicologia, à Filosofia e às Ciências Sociais. Nessa lida cotidiana com mundo editorial de livros universitário que nos faz conhecer livrarias, distribuidoras, eventos, autores e o funcionamento universitário de outra perspectiva, vislumbrei algumas áreas da formação universitária que eram muito deficitárias de publicações de qualidade, e publicações que não fossem apenas uma reprodução um tanto antiquada de um outro momento do pensamento psicológico. Calcado neste vislumbre concebi uma coleção chamada Ensino da Psicologia que foi iniciada com três livros: um de história da psicologia, um de psicologia jurídica e um de psicologia do envelhecimento. Nesta coleção a ideia foi produzir textos inovadores para a formação, textos estruturantes, e pensei inicialmente em História da Psicologia porque conhecia a produção que circulava nas universidades e considera os livros muito insuficientes, muito deslocados quanto ao nosso contexto acadêmico, nossa história. Tinha também uma área nova, que naquela época estava crescendo muito e que precisava uma reflexão mais estruturada, a Psicologia Jurídica. Pensei também um texto numa área que achava que ia crescer muito, e não sei como ela está, que era a questão do envelhecimento, que é um caminho da população, que vem envelhecendo. Então foram os três primeiros livros, mas eu me desvencilhei formalmente da editora e não tive como continuar embora já tivesse um quarto livro em vista, que é uma coisa que ainda pretendo fazer, um livro de Psicologia Social agregado à história da psicologia aqui no Brasil, essa imensa transformação que a Psicologia Social passou por aqui e que não temos um livro aglutinador, só manuais com uma concepção muito clássica. Para o primeiro livro, em História da Psicologia, estruturei uma proposta editorial com uma série de exigências emanadas da experiência de editor. A ideia era

evitar o formato coletânea de textos em que os autores e os autores escrevem sobre o que querem e reúnem o conjunto de textos heterogêneos em um livro. Isso pode parecer algo corriqueiro agora, mas foi fomentado no mundo editorial dos anos 1990. Até então publicar um livro envolvia um processo industrial mais oneroso e pesado. A multiplicação dos microcomputadores possibilitou a produção de livros a custo muito menor, e atendendo a públicos que até aquele momento simplesmente não se publicava em função do custo e das limitações das editoras. A transformação foi tão intensa que as pessoas brincavam que não davam conta de ir a tanto lançamento de livro. Lançamentos que contribuíram para a existência de livrarias interessantíssimas que vieram posteriormente a fechar.

H.R.: Mas naquele momento os trabalhos eram mais individuais?

F.P.: A pós-graduação de Psicologia começa a se consolidar de fato nos anos 1990, então as pessoas defendiam os trabalhos e publicavam em livro. Concomitantemente o formato de coletânea se difundiu em livros cujos textos não eram muito articulados entre si. Havia um tema geral, mas estilos e formatos muito variados, sem a coesão que vigia até então.

H.R.: E como você vê o "História da Psicologia: rumos e percursos"?

F.P.: Esse livro foi fruto inicialmente de minha experiência como editor. A estrutura do livro foi pensada longamente. Na verdade, bolei uma estrutura geral, escapando ao formato coletânea, que exigia uma certa "conversa" entre os capítulos. Assim, as autoras e os autores foram convidadas(os) sabendo que os textos poderiam voltar em função da adequação daquele texto com o restante dos capítulos, com a estrutura geral do livro. O projeto do livro com todas as características foi apresentado para todas(os) as(os) autoras(es). Escrevemos um texto grande, com várias páginas, explicando o projeto, explicando o que a gente não queria, explicando os recursos que seriam utilizados, os tamanhos possíveis, ou seja, uma série de aspectos que apontavam para a concepção geral de um livro dedicado à formação de Psicologia na graduação, para uma preocupação histórica muito bem pensada previamente e que obedecesse a uma série de critérios menores. A gente argumentou e propôs uma linguagem, abordamos a questão dos conceitos, a questão dos *boxes* para fornecer informações adicionais ou abrir novos caminhos em relação aos temas. Então era um texto que envolvia uma dedicação dos autores que foram instados a produzir um material que teria de fato um uso universitário. O projeto demorou muito tempo a sair, acho que foram três anos entre o momento que convidei a professora Ana para ser organizadora do livro até o lançamento. Eu não figuraria inicialmente como organizador deste livro já que era o editor. Foi ao longo deste processo muito trabalhoso que contou também com

o debate com Ana e Arthur para chegar ao formato final da publicação que eles sugeriram que eu tinha que fazer parte como organizador do livro.

H.R.: Você já era autor ou isso foi depois?

F.P.: Isso veio depois também. Quando eu formulei a ideia, eu formulei, como dito acima, como editor, eu tinha um projeto editorial a partir de dez anos aproximadamente de experiência editorial e querendo fazer uma publicação que tivesse alguma relevância acadêmica que contribuísse para a formação acadêmica em Psicologia. Realizei a função do editor que cria projetos editoriais que efetivam um acordo entre as pesquisas realizadas nas universidades e projetos que tem um campo, um sentido, que envolve uma dimensão que vai para além da universidade. O fato de ter feito doutorado, de atuar como professor e de querer me envolver com a educação pública esteve na base do projeto. A experiência editorial envolveu uma história rica, que não dá contar para vocês em função de nosso tempo, que envolve a criação de uma associação de pequenos editores, formas de distribuição das publicações para que chegassem ao público de forma mais barata, como a criação de feiras e várias outras iniciativas. Ou seja, foi um momento rico, de muita ebulição, amizade, trabalho em conjunto, esforço e também ganhos. Os anos 1990 foram os anos, acho, decisivos para uma mudança editorial e a publicação na área acadêmica. Este acontecimento foi muito importante, e que deveria ser narrado algum dia. Então veio o "História da Psicologia: rumos e percursos", e cumpriu exatamente esta função. Toda organização de livro envolve muito trabalho, ainda mais um livro daquela dimensão, mais de trinta capítulos, com aquele formato elaborado. Então houve, como ocorre frequentemente em qualquer organização de livros e eventos, muitas idas e vindas, muitos entendimentos, agradecimentos, desentendimentos e atritos entre autores, muito trabalho entre os editores, organizadores, e o livro chegou ao fim, eu diria que de maneira muito bem sucedida, tanto no sentido editorial porque é um livro que tem um público bastante numeroso, que ocupou um nicho que é esse da formação da História da Psicologia, que do meu ponto de vista – e é claro que eu, sendo organizador, tenho que elogiar o livro – com grandes ganhos para a formação em relação ao material que existia, agregando partes que as pessoas não tinham acesso nos livros de história da psicologia existentes, recursos didáticos, essa preocupação em ter uma consistência dos capítulos e assim sucessivamente. Então, do ponto de vista editorial, ele está muito bem, continua sendo reimpresso e reeditado, está na terceira edição, mas com muitas reimpressões. Pode-se dizer que para um livro acadêmico ele é um sucesso editorial, cumpriu uma função que precisava, de fato, ser preenchida.

H.R.: Você esperava essa recepção?

F.P.: Eu tinha muitas esperanças, mas a deriva de um livro é sempre uma novidade. As atuais editoras me informam que o livro continua vivo e cumprindo a função que planejamos. Muitos professores de diferentes cursos no Brasil se valem do livro em suas disciplinas. Então, de fato, não foi uma surpresa sua difusão. Até porque ele tem um lado muito clássico, que foi o que me levou a pensar no outro livro, de História Social da Psicologia.

H.R.: O Rumos e Percursos é de 2005, né?

F.P.: 2006 é quando, acho, sai a primeira edição, não me lembro mais.

H.R.: O História Social da Psicologia é do ano passado.

F.P.: Isso, saiu em 2018. São ideias que a gente perdura. Eu não tinha pensado num livro, nessa vida atabalhoada e intensa que a gente tem como professor de universidade pública. A ideia do livro surgiu em função do Alexandre e da Cristiana. Eu tinha apresentado um texto em um encontro da ANPEPP, muitos anos atrás, acho que em Bento Gonçalves, já com uma proposta de pensar a História da Psicologia, a formação em psicologia, e acabou que este texto permitiu que começasse o diálogo mais consistente com os dois sobre o tema. Então levamos isso adiante, pensando até algumas críticas ao livro "História da Psicologia: rumos e percursos", que tem esse papel muito bacana de apresentar todo um campo, de as pessoas poderem seguir seus caminhos, mas tenho a impressão que ele reproduz, numa parcela muito menor, evidentemente, um certo modo muito clássico de fazer a história da psicologia que evoca o modelo elaborado pelo "velho" Boring, nos anos 1920, que é essa de dividir a psicologia em Behaviorismo, Gestaltismo, essa coisa dos sistemas. A segunda parte do livro foi elaborada com esta cara, com as derivações que esse projeto propicia. Porque um livro de história da psicologia não é dividido em individualização, articulação entre processos de governo e práticas psicológicas e outros analisadores que forneceriam uma forma legítima de pensar a formação da Psicologia? Mas há certo conjunto de práticas que, de modo automático, permanece nos cursos de graduação, que pensa sempre em estudar história a partir dos sistemas, dos conceitos, não pensa nos processos de produção destes conceitos, nas questões mais profundamente históricas da formação da Psicologia e também dos conceitos, daquilo que por um certo tempo chamou-se de sistemas de Psicologia. Fiz entre 2009 e 2010 um pós-doutorado, que é uma experiência muito bacana, nos EUA. Uma das grandes vantagens das pesquisas nos EUA é que você tem um material gigantesco e de fácil acesso para sua pesquisa, pelo menos no que diz respeito à produção

bibliográfica. Naquela época eu estava interessado nessa questão mais bibliográfica, acessei um banco de dados imenso e comecei a descobrir novas reflexões tanto no campo chamado de social, e em algum momento vamos ter que discutir isso, de a Psicologia Social ter virado uma área, como na história. Conheci então uma História da Psicologia feita por historiadores, e não por psicólogos, por cientistas sociais, e comecei a achar muito interessante estes trabalhos, que me afetaram muito, e algumas vezes eu vi que a grande diferença e originalidade destes trabalhos é que essas pessoas não conheciam Psicologia internamente por não terem cursado psicologia. Então estas reflexões faziam ver um certo funcionamento, uma certa ação da Psicologia no meio social que eu nunca teria prestado atenção espontaneamente. Eu vi que tinha um ganho naquilo, um ganho para pensar a Psicologia. Este procedimento casava com certa reflexão da Psicologia Social, com a transformação que a Psicologia Social teve no Brasil a partir dos anos 1980. Ficamos então com essas questões nos rondando e fomos articulando um texto em encontros regulares. Estes temais mais abertos, mais fundamentais foram debatidos com certo humor entre nós e quando surgiu uma oportunidade a partir de fomento público finalizamos o livro. Nós tínhamos pensado nos três capítulos iniciais, já havíamos trabalhado este material de forma mais sistemática. Aí valorizamos questões que convidam a apresentar positivamente áreas de intervenção, de investimento da Psicologia. Assim, para enriquecer as problematizações apresentadas, seria preciso apresentar reflexões mais dirigidas a campos mais específicos. Então convidamos três autores, o Fernando, o Hildeberto e o Renato para fazerem os três capítulos finais que compõem o livro, voltados para a questão da libertação, da raça, e uma reflexão sobre a própria História da Psicologia Social no Brasil – uma história da História –, como formas de produzir uma história renovada. Pensamos num livro muito aberto, sempre em construção. Assim, se o livro tiver uma boa circulação na universidade, saírem novas edições, pensamos em inserir outros capítulos e propor uma renovação. Não queremos um livro para ficar parado, mas um livro para ter modificações ao longo de sua trajetória. É claro que o objetivo deste livro é muito diferente do livro *História da psicologia. Rumos e percursos.* Este um é livro de formação mais clássico do curso de psicologia, o *História Social da Psicologia* é mais problematizador, para ser lido e debatido ao longo de um curso de História [da Psicologia], mas também por não especialistas, não é um livro básico, canônico, como o primeiro. Soube que o "História da psicologia: rumos e percursos" tem sido indicado em processo seletivo de pós-graduação e teve de fato uma circulação muito grande. Este novo está aí ainda engatinhando. Eu tenho visto algumas resenhas, algumas muito boas, e teve pesquisador que, de fato, resolveu conversar com o livro e algumas resenhas foram muito além de apresentar o livro em sua forma mais simplificada e partiu mesmo para problematizar algumas questões que tinham sido

colocadas ali, inclusive de autor que estava ou está cursando pós-graduação, se formando nesse debate mais acadêmico.

H.R.: Em sua fala anterior você adiantou o que vou perguntar agora, mas pergunto novamente para você poder desenvolver mais esse ponto. A pergunta é a seguinte: que articulação você vê entre a Psicologia Social e a História da Psicologia?

F.P.: Sim, já falei um pouco disso. Eu comecei a estudar a Psicologia Social como professor universitário em um programa então bastante difundido de Psicologia Social. A Psicologia Social I estudava as produções norte-americanas daquilo que se convencionou chamar de teoria moderna da psicologia social: teoria das atitudes, da comunicação social, percepção social etc. A Psicologia Social II também era apegada a essa Psicologia Social I mas abria um pouco para estudar a Psicologia aqui no Brasil discorrendo, por exemplo, sobre as transformações operadas na Psicologia Social nos anos 1980 tendo como marco a ABRAPSO, a psicologia social produzida em Minas Gerais, a produzida em São Paulo, no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Ceará e por aí vai. Estas proposições eram inovadoras em relação a aquele outro modelo. Tinha a dimensão de uma crítica, embora eu tenha algumas críticas a esse momento da crítica, que se colocava de uma forma muito salvacionista e simplificava muito a história da Psicologia Social norte-americana. Foi somente depois que eu conheci uma reflexão dos historiadores da Psicologia Social norte-americana que pude ver que ela merece ser enriquecida. No livro *The Romance of American Psychology* a autora, uma historiadora, está centralmente preocupada com as articulações que essa Psicologia Social fez com processos sociais relevantes nos Estados Unidos do século XX. Sua preocupação não se dirigiu para a fundamentação interna, mas como essas articulações entre a prática psicológica (ou produção universitária) e políticas de controle social foram feitas. Em seguida, tive que ler e pensar em outras formulações e que me afetaram profundamente. Teve a Análise Institucional – que eu não tinha tido nenhum contato na graduação – pela qual eu me interessei. Fiquei absolutamente encantado com a reflexão institucionalista e com as provocações insurgentes intensamente vinculadas à prática profissional. Tem essa dimensão da Análise Institucional de valorizar uma certa potência do presente, as articulações que estão aqui e agora e como essa potência pode ser valorizada e, de fato, atualizada por um tipo de reflexão que contém certa dimensão histórica, dentre outras modalidades. A valorização dos processos inconscientes. E os processos inconscientes, ainda que não de forma absoluta, para mim tem sempre uma atualização da História. Então, a questão de uma subjetivação que é histórica, e a própria ideia de uma subjetivação ampliando os limites do sujeito, foi muito intensa para mim. Foi um momento em que pensei: poxa, isso sai dessa História mais erudita,

mas que é colocada em estantes de museu (como indicamos no livro *História Social da Psicologia*), como se fosse tão somente um quadro a ser olhado e ratificada sua beleza, e este ato simplificador elide todo um campo de disputa que pertence ao passado e dialoga com o presente. Um processo que enterra toda a força atual que essa História tem. Você vai ver um quadro, ainda que seja no museu, e muitas vezes pode ser um acontecimento, pode ter uma dimensão presencial ou atual que é muito grande. Então, o que se revelou para mim muito claramente foi a força desse presente, dessa atualidade, desses investimentos que estão de fato em curso na Psicologia tendo como uma de suas formas de análise uma dimensão que é histórica. Foi pensando nisto que essa articulação ganhou consistência. É difícil pensar uma Psicologia Social sem pensar essa dimensão histórica, bastante estrita eu sei. Inclusive hoje em dia estou pensando de forma mais sistemática um projeto, uma linha de pesquisa fazendo essa articulação.

H.R.: Uma pergunta que a gente não formulou é o que você está fazendo hoje, quais são as suas preocupações. Legal você ter falado isso. Por fim, a última questão. Ela foi formulada pela primeira vez na entrevista anterior que eu fiz com a Marina Massimi por Skype. É uma pergunta que diz respeito ao cenário atual que estamos vivendo e ela me deu uma resposta, publicada no Boletim, que mexeu muito comigo. Aí eu resolvi seguir fazendo essa pergunta aos entrevistados, que é importante principalmente para os pesquisadores da área. No atual cenário do Brasil, das instituições de pesquisa, que futuro você vê para a área de História?

F.P.: Bom, primeira coisa que eu acho importante marcar é que eu sou um péssimo futurologista [risos]. Essa é uma coisa à qual não me dedico. É difícil pensar essas coisas… Aliás, as coisas que mais me interessam em História são as transformações, as inovações… Mas nós estamos aí com uma diversidade no campo das Ciências Sociais e Humanas que cresceu muito nestas últimas duas, três décadas. Os sistemas de publicações e de pós-graduação, os cursos de Psicologia no Brasil, cresceram muito não apenas nas universidades públicas, mas também nas universidades privadas. O nosso Conselho testemunha que somos uma classe bastante numerosa. Então, a Psicologia se envolveu efetivamente com áreas importantes relacionadas à Constituição de 1988, centrada na questão das Políticas Públicas, como a Assistência Social que é grande empregadora. Isso é um quadro a se pensar… Sua pergunta foi na área de História da Psicologia?

H.R.: Isso.

F.P.: Temos uma contribuição importante a produzir. A psicologia sempre carregou consigo, nessas análises histórico-filosóficas, uma articulação com uma perspectiva de controle social. O século XX foi chamado de século da Psicologia ao ser evidenciado como essa Psicologia se articulou com processos absolutamente importantes na organização social norte-americana e europeia, como os processos de trabalho, de controle social no seu sentido de governo. Não me refiro ao entendimento de controle social em uma leitura persecutória, mas formas historicamente novas formas de organização social e humana. A Psicologia tem sido uma área bastante atuante nisso e muita gente no final do século passado indicou como algumas formas neoliberais e contemporâneas de política são habilidosas no que diz respeito à constituição subjetiva, como isso é trabalhado com riqueza e força. Esse é um campo bastante importante. Estamos vivendo um momento intenso do projeto neoliberal com todos os desastres que o acompanha. Algumas pessoas chamam esse momento de capitalismo subjetivo, em que os processos de subjetivação estão na ordem do dia. Hoje em dia é extremamente importante pensar a capacidade de produção de consumidores e a capacidade produtiva de filmes, de símbolos e textos. Esse campo é absolutamente gigantesco. Veja a quantidade de filmes, em plataformas de *streaming*, em que, digamos assim, os temas psicológicos (disputa pela atenção, produção de uma memória artificial, mediação da comunicação, polarização cognitiva, mas também produção subjetiva de consumidores, empreendedores de si e muitos outros) produzidos e veiculados. Isso é gigantesco e está na ordem do dia. Então acho que cabe à universidade e especialmente a uma reflexão histórica – especialmente de uma reflexão histórica psi - problematizar isso tudo. Tem um pessoal que luta diretamente nesse campo por meio de uma política de direitos, contra as práticas autoritárias, racismo e problemas que a gente está vivendo de forma intensa. Tenho todo o respeito e admiração por esse tipo de trabalho. Mas tem um trabalho histórico de fundo, de problematização das naturalizações, de pensar como que dimensões históricas, sociais, políticas se articularam na formação dessas dimensões subjetivas contemporâneas, que é um trabalho também com uma intensidade muito grande e que está por ser ampliado. Tenho a impressão que a valorização dessa dimensão história, dessa análise, é muito rica e está aí para ser feita com mais intensidade.

H.R.: Você acha que as outras áreas da Psicologia, além da Psicologia Social, estão tendo uma aproximação com a História da Psicologia ou você acha que esse diálogo ainda está muito distante?

F.P.: Este é um campo de tensão. Muitas áreas não gostam de ter essa conversa com a história, já que a história desmonta alguns pressupostos, veja, por exemplo, as limitações das leituras

históricas da TCC ou da psicologia positiva. E eu tenho visto hoje dia na Psicologia pressupostos que me assustam muito, muito rasteiros, até compatíveis com essa coisa rasteira do meio político e social atual; uma recusa à reflexão mais acadêmica, mais aprofundada; uma recusa ao conhecimento. Evidentemente que não estou dizendo que meus colegas se recusam ao conhecimento, mas há uma dimensão problematizadora desse conhecimento que está inerentemente ligada à reflexão histórica, mais próxima à reflexão histórica em determinada acepção da palavra, pois há também uma história mais cristalizada e cristalizadora. Esta postura histórica que defendo é incômoda porque depende de algo muito além da Psicologia. Estamos sofrendo ataques sistemáticos à Educação, à instituição do pensamento de uma Educação Superior qualificada. É evidente que no Brasil o projeto de privatização da educação superior pública conduz a um empobrecimento, talvez este seja um exercício de futurologia que possamos fazer calcados na análise do passado. O número de alunos que se formam em Psicologia nas universidades privadas é expressivamente maior do que o número de formados nas universidades públicas; porém mais de 95% (há estudos que indicam 99%) de toda produção da pesquisa acadêmica está nas universidades públicas. Sabemos que a fonte pública de financiamento é também majoritária nos EUA e na Europa. Existe um jogo político aí por trás dessa mudança tão drástica, inimaginável há cinco anos atrás, que está em curso. Nunca sabemos o que irá acontecer. As inovações históricas estão aí nos afetando. Não sei, mas faço votos, não faço um exercício de futurologia, faço um exercício de "intenção" de que essa área da Psicologia se consolide nesse sentido problematizador, pois me parece que há uma grande contribuição a fornecer.

H.R.: A pergunta foi menos no sentido de futurologia e mais se você como pesquisador da área, vendo o que está acontecendo… se você vê que o futuro de alguma forma está indo para um caminho mais esquisito ou uma coisa mais promissora... ou se você acha que o campo vai ter uma abertura para novos interessados, para futuros profissionais da área.

F.P.: Nesse sentido eu poderia te dizer o seguinte: é difícil falar isso pois há uma dimensão acadêmica que é reprodutora; que está preocupada com a reprodução dos modos de ação. De certa forma, conforme você vai caminhando na carreira, essas formas de reprodução vão se aproximando dos pesquisadores e professores que acabam tendo que gerir projetos por um período maior, que têm que corresponder aos fomentos, se inserir neles, coordenar uma forma de funcionamento acadêmico mais administrativa e política acadêmica; então, se você não tomar algumas decisões, o seu tempo de pesquisa acaba diminuindo e esse processo da reprodução vai tomando conta. Tem que tomar cuidado com isso. É um traço da universidade pública que eu defendo pois está relacionado à autonomia universitária. Acho que seria absolutamente

desastroso conceder a gerência, a gestão desse funcionamento acadêmico a um corpo especializado de gestores. Seria um caos… porque os gestores muitas vezes estão presos a dados procedimento muito limitados e pensam em "otimizar", em "empreendedorismo" e estas dimensões que funcionam sobrecodificando a pesquisa a partir de códigos absolutamente indefensáveis, contrários à autonomia; mas tem essa característica que conecta praticamente todos que seguem a carreira ao processo de gestão acadêmica e à essa máquina de reprodução. Temos que tomar cuidado com ela. Porque se é importante que tenhamos cursos que funcionem bem, revistas, publicações etc., temos que tomar cuidado para que em nome de certas características hegemônicas de funcionamento acadêmica isto não inviabilize a diversidade dos modos de produção das pesquisas, do ensino e não acabemos cristalizando apenas um modo histórico da reprodução. O que vejo entre nós é que há variedade de perspectivas em História da Psicologia, mas houve também certa institucionalização normalizadora dessa área de História da Psicologia no Brasil. Criamos grupos de pesquisa que já existem há bastante tempo, grupos atuantes, grupos de trabalho da ANPEPP, eventos de história da psicologia, enfim essas coisas que garantem uma certa reprodução institucional. E não estou falando aqui de reprodução em seu aspecto negativo. Tem um aspecto negativo que eu já enunciei. Isso está dado. Agora, existem outros nomes se formando, existe gente produzindo coisas interessantes não necessariamente ligadas a esses grupos. Isso é um campo sempre por se fazer. Há procedimentos, caminhos e temas já constituídos: hoje em dia fica muito mais fácil fazer um mestrado ou doutorado envolvendo diretamente questões que no passado seriam muito difíceis de fazer como a psicologia no Brasil, a história da psicologia social, as práticas psicológicas de controle social; então isso é uma contribuição importante. Mas tem sempre uma dimensão nas pesquisas que estão sendo produzidas que é inovadora, que forma novos grupos e que não necessariamente segue um caminho que já foi pavimentado por outras pessoas. Por exemplo, é possível chegar um determinado momento e tentar novas coisas e tal. Apesar de não estar defendendo aqui um "futuro da história da psicologia" – a orientação que defendo está na tensão entre as rigorosas análises de uma boa pesquisa acadêmica e as sempre instáveis proposições das formas mais criativas de pesquisa entre os pesquisadores e as pesquisadoras em História da Psicologia. Está em curso uma dimensão bem atuante e promissora, não propriamente no âmbito de um certo conforto acadêmico; conforto acadêmico é sempre muito perigoso, quando você acaba por realizar exclusivamente exegeses, quando se começa a gostar muito daquela coisa que está parada; para citar Manoel Bomfim: "aqueles que se alimentam da carne pútrida… São abutres.. Aqueles que gostam do que está morto e não do que está vivo e em transformação" (risos)

H.R.: Acho que eu li essa frase em um dos seus textos… (risos)

F.P.: Há uma lista enorme dos termos que ele usava ... Coisas de uma retórica bem impactante…

H.R.: Retórica no sentido mais nobre da palavra.

F.P.: Sim, claro. Não no sentido da enganação. A retórica e o sofisma para mim são coisas muito boas (risos).